



**ISABELA BETINA FERREIRA**

**CRENÇA E TABU NO PENSAMENTO FREUDIANO:  
OS LUGARES DA PROIBIÇÃO DO INCESTO E DA RELIGIÃO  
NA CONSTRUÇÃO DO PSIQUISMO**

**LAVRAS-MG**

**2021**

**ISABELA BETINA FERREIRA**

**CRENÇA E TABU NO PENSAMENTO FREUDIANO:  
OS LUGARES DA PROIBIÇÃO DO INCESTO E DA RELIGIÃO  
NA CONSTRUÇÃO DO PSIQUISMO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do mestrado em Filosofia, para a obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Léa Silveira  
Orientadora

**LAVRAS-MG  
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca  
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Ferreira, Isabela Betina.

Crença e tabu no pensamento freudiano : Os lugares da  
proibição do incesto e da religião na construção do psiquismo /  
Isabela Betina Ferreira. - 2021.

100 p.

Orientador(a): Léa Silveira.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de  
Lavras, 2021.

Bibliografia.

1. psicanálise freudiana. 2. proibição do incesto. 3. religião. I.  
Silveira, Léa. II. Título.

**ISABELA BETINA FERREIRA**

**CRENÇA E TABU NO PENSAMENTO FREUDIANO: OS LUGARES DA PROIBIÇÃO DO INCESTO E DA RELIGIÃO NA CONSTRUÇÃO DO PSIQUISMO**

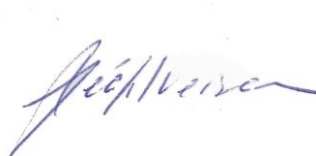
**BELIEF AND TABOO IN FREUDIAN THOUGHT: THE PLACES OF THE PROHIBITION OF INCEST AND RELIGION IN THE CONSTRUCTION OF PSYCHISM**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do mestrado em Filosofia, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 25 de novembro de 2021.

Dra. Ana Carolina Soliva Soria UFSCAR

Dra. Janaina Namba UFSCAR



Profa. Dra. Léa Silveira  
Orientadora

**LAVRAS-MG**  
**2021**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Universidade Federal de Lavras (UFLA) e ao programa de pós-graduação em Filosofia, pela oportunidade concedida para a realização do mestrado.

Aos professores, pelos ensinamentos transmitidos, pela amizade e pelo apoio.

À professora Dra. Léa Silveira pelo comprometimento, amizade e pela incansável paciência e dedicação no processo de orientação que foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

Às professoras, Dra. Ana Carolina Soliva Soria e Dra. Janaina Namba, por aceitarem o convite para participarem da qualificação e da defesa dessa pesquisa, e por contribuírem tanto para a conclusão da mesma.

Aos meus pais, familiares e amigos por todo o apoio e incentivo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Muito obrigada!

## RESUMO

Esta pesquisa tem como finalidade analisar se seria possível a proibição do incesto ter uma construção psíquica a partir da teoria freudiana. Em suas obras, Freud deixa claro que a proibição do incesto é uma das bases para se viver em cultura, porém, essa proibição culturalmente parece se vincular a crenças religiosas, ou seja, a cultura teria origem a partir de um fato que favorece a religião. Como em sua obra "O futuro de uma ilusão", de 1927, Freud aposta na possibilidade de nos desvencilharmos da religião preservando a cultura, alcançamos o seguinte problema: a proibição do incesto poderia, nos termos do próprio Freud, se articular no psiquismo sem implicar crença religiosa? Seria possível sustentar, de uma maneira interna ao pensamento freudiano, a possibilidade da constituição da cultura sem que ela implique a consequência da fé religiosa?

Palavras-chave: psicanálise freudiana; proibição do incesto; cultura; religião; ilusão.

## **ABSTRACT**

The purpose of this research is to investigate if the prohibition of incest could have, in the context of Freudian theory, a psychic construction itself. In his texts, Freud makes it clear that this prohibition is one of the bases for the very existence of culture. However, from the cultural point of view, it seems to be linked to religious belief, so that culture would be rooted in something that favours religion. As in the essay “The future of an illusion” (1927) Freud sustains that humanity could put away religion preserving culture, we reach the following problem: could the incest prohibition, in Freudian terms, be psychically articulated without implying religious belief? Would it be possible to endorse, from within Freudian thought, the possibility of constitution of culture without the consequence of religious belief?

**Keywords:** Freudian psychoanalysis; Prohibition of incest; Culture; Religion; Illusion.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1 .....	5
1. O lugar do desejo incestuoso e da religião na teoria freudiana da cultura .....	5
1.1 O Complexo de Édipo.....	5
1.2 Tabu e crença.....	8
1.3 Neurose obsessiva, religião e tabu.....	21
1.4 Religião: o maior patrimônio psíquico da humanidade .....	24
1.5 Um futuro não tão auspicioso.....	30
CAPÍTULO 2 .....	35
2. O mecanismo da repressão e suas modificações ao longo da teoria freudiana .....	35
2.1 Introdução do princípio de realidade na teoria freudiana .....	40
2.2 A repressão .....	41
2.3 O Inconsciente.....	44
2.4 Trauma, repetição e pulsão de morte .....	50
2.5 A segunda tópica freudiana .....	56
2.6 A repressão originária e o trauma do nascimento.....	60
CAPÍTULO 3 .....	71
3. Ciência, o futuro da ilusão.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	86
REFERÊNCIAS .....	89



## INTRODUÇÃO

O objetivo dessa dissertação é a compreensão da importância do tabu do incesto para a construção do psiquismo, segundo a teoria freudiana, e, conseqüentemente, a desvinculação de uma suposta origem religiosa desse tabu, já que na maioria das vezes em que o tema do incesto é colocado em pauta, acabamos remetendo também à religião, como se sua origem fosse religiosa. Essa associação ocorre, por exemplo, em passagens bíblicas que condenam as práticas incestuosas, como pode ser observado no terceiro livro da Bíblia hebraica e do Antigo Testamento cristão, intitulado de *Levítico*. Como podemos ver a partir da pesquisa de Razon:

O Levítico condena em seguida todas as uniões incestuosas. Ele enumera as uniões proibidas: A nudez de teu pai e a nudez de tua mãe, não as descobrirás [...] A nudez da filha de tua irmã, filha de teu pai ou filha de tua mãe, não a descobrirás: é a nudez de teu pai. A nudez da filha de teu filho ou da filha de tua filha, não as descobrirás, pois são a tua nudez. [...] Seria impudícia.<sup>1</sup>

Se o Antigo Testamento foi escrito por volta de 1500 anos antes de Cristo, isso fala em favor de a proibição do incesto ser um dos pilares estruturantes da cultura ocidental, juntamente com o conceito de sentimento de culpa. Ambos os conceitos são articulados de forma complementar na obra *Totem e tabu*, escrita entre 1912 e 1913, em que Freud investiga o tabu e o totemismo, criando, através de estudos antropológicos, um mito científico (o mito da horda primeva) de como teria sido originada a primeira constituição de civilização e as primeiras religiões.

Nessa obra, Freud estabelece uma ligação entre cultura e psicanálise a partir da articulação dos conceitos de sentimento de culpa e tabu do incesto, ambos denominados pelo autor como constituintes da civilização e responsáveis por sua manutenção. Portanto, a partir dessa obra publicada em 1913, é possível observar que, na teoria freudiana, os conceitos de incesto, religião e cultura parecem estar estritamente interligados, ficando subentendido, de certa forma, que o tabu do incesto seria uma construção cultural.

Segundo Razon, para Freud, existem dois tabus que são estruturantes tanto para a constituição do indivíduo, quanto da cultura: o interdito do assassinato (e do canibalismo) e a proibição do incesto. O que explica o lugar de extrema importância de ambos os tabus para a

---

1 Razon, L. Enigma do incesto: da fantasia à realidade. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2007. p. 10.

construção dos indivíduos e de seus grupos sociais é o fato de que, primeiramente, para que algo venha a ser instituído como um tabu, deve ser fundamentalmente desejado pelos indivíduos, ou seja, ambos os desejos (o assassinato/canibalismo e o incesto) são provenientes das pulsões, e, em 1920 ao escrever *Além do princípio do prazer*, Freud irá supor que esses desejos são originários da pulsão de morte, já que se trata de pulsões que podem colocar em risco a vida em cultura.<sup>2</sup> Nessa direção,

Freud conclui [escreve Razon] pela existência de uma pulsão que empurra para o incesto. Assim, quer se trate do homem primitivo, da criança edipiana ou do neurótico, o interdito protetor viria se opor com força às cargas pulsionais presentes em cada um de nós, mas se exprimiria com uma acuidade crescente em cada um deles. Essa pulsão mal definida por Freud em *Totem e tabu* aparentar-se-ia com uma pulsão de autodestruição.<sup>3</sup>

Contudo, como o tabu do incesto pode ter sua origem na cultura sendo, ao mesmo tempo, a própria base mantenedora dela? Tal conexão, se estabelecida desse modo, não produziria uma petição de princípio? Quer dizer: na mesma medida em que a cultura fosse remetida a esse tabu, ele, por sua vez, seria remetido à cultura? E se esse tabu, como muitos acreditam, realmente tivesse sua origem na religião, se em algum momento da história, por suposição, a religião viesse a ser extinguida, o tabu do incesto deixaria de existir também? Questão que nos faz voltar à primeira pergunta: se esse tabu é uma das bases que mantêm a vida em cultura, então a cultura também viria a se dissipar?

Freud escreve uma obra em 1927, *O futuro de uma ilusão*, em que ele acredita na possibilidade de um desvencilhamento entre os homens e a religião, mas sem que isso acarrete a destruição da cultura. Em sua argumentação nessa obra, o autor aborda sobre a insatisfação dos indivíduos em relação à cultura, insatisfação decorrente das inúmeras renúncias pulsionais que a vida em cultura exige dos indivíduos. Em contraposição aos obstáculos que se colocam para os seres humanos em relação à cultura em virtude dessas renúncias pulsionais, segundo Freud os indivíduos possuem atributos psíquicos que têm o objetivo de defender a cultura e indenizar os homens pelos sacrifícios feitos em seu nome. Como exemplo desses patrimônios temos o Supereu, o narcisismo, a arte e as ilusões (ou ideias religiosas).

---

<sup>2</sup> Freud, S. (1927). “O futuro de uma ilusão”. Em: *Freud – Obras completas (1926-1929)* Vol. 17. Companhia da Letras, 2014. p. 235.

<sup>3</sup> Razon, L. Enigma do incesto: da fantasia à realidade. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2007. p. 22.

Para Freud, a religião seria o patrimônio cultural que teria mais peso na vida dos indivíduos, por ter a função de desvendar os mistérios do universo e por oferecer a ilusão de recompensas pelas renúncias pulsionais, mas, na realidade é também aquele que possui a base mais frágil. Porém, mesmo Freud concordando com a importância da religião para conter inúmeras pulsões antissociais que poderiam ameaçar a cultura, o autor pretende mostrar que manter a postura atual da sociedade em relação à religião pode ser mais perigoso para a cultura do que abandoná-la. Claro que Freud admite a dificuldade que seria retirar a doutrina religiosa da vida dos indivíduos; porém, ele também é otimista em acreditar que, com os avanços da ciência, chegaria o momento em que os indivíduos perceberiam as falhas irracionais cometidas pela religião.

Dessa forma, chegamos ao problema central dessa pesquisa. É possível notar que a proibição do incesto é uma das bases para se viver em cultura; porém, essa proibição culturalmente nos parece ser de cunho religioso, ou seja, a cultura teria origem a partir de um fato que favorece a religião. Como em *O futuro de uma ilusão* Freud aposta na possibilidade de nos desvencilharmos da religião preservando a cultura, nós alcançamos o seguinte problema: a proibição do incesto poderia, nos termos do próprio Freud, se articular no psiquismo sem implicar crença religiosa?

Na tentativa de responder essas questões, percorreremos a teoria freudiana da cultura e da metapsicologia, abordando os principais escritos de Freud referentes à proibição do incesto e à religião. Como a proibição do incesto, assim como a religião, correspondem a fenômenos que, aparentemente, são melhor observáveis no âmbito cultural, decidimos, então, iniciar essa pesquisa analisando o lugar do desejo incestuoso e da religião na teoria freudiana da cultura.

Portanto, o primeiro capítulo é praticamente dividido em duas partes: na primeira parte, temos como tema principal a proibição do incesto. Lá, abordamos sobre o lugar do desejo incestuoso, tanto na ontogênese, como na filogênese, e o modo como Freud estruturou sua teoria da cultura, tendo como uma das bases principais a proibição do incesto. A segunda parte é dedicada ao lugar da religião dentro da psicanálise freudiana, sua gênese e suas contribuições, positivas ou negativas, para a cultura. Claro que, como veremos, ambos os assuntos acabam sendo interligados.

Depois de compreender o papel da proibição do incesto e da religião dentro da teoria freudiana da cultura, passaremos para o esforço de entender como a proibição do incesto se articula no psiquismo. Para isso, dedicamos o segundo capítulo ao conceito de repressão.

Nele, investigaremos o funcionamento do mecanismo da repressão e suas modificações no decorrer da teoria freudiana, já que a proibição do incesto parece estar estritamente vinculada com o mecanismo da repressão.

Por fim, concluiremos com o terceiro e último capítulo, argumentando um pouco sobre o conceito de ciência para Freud, na tentativa de unir os pontos que foram colocados nos dois primeiros capítulos e responder as questões postas aqui, principalmente em torno da hipótese lançada em *O futuro de uma ilusão*<sup>4</sup>.

---

4 De um possível desvencilhamento da cultura em relação à religião, que, segundo Freud, levaria à uma substituição da crença religiosa pela crença na ciência.

## CAPÍTULO 1

### 1. O lugar do desejo incestuoso e da religião na teoria freudiana da cultura

Desde suas primeiras obras, Freud já havia percebido a importância do desejo do incesto para a constituição dos indivíduos, mas apenas em 1910, em um texto intitulado de *Um tipo especial de escolha de objeto feita pelo homem (contribuições à psicologia do amor I)*, ele irá nomear a constelação psíquica vinculada a esse desejo de ‘complexo de Édipo’. Contudo, é em sua obra *Totem e Tabu*, de 1913, que o conceito de complexo de Édipo e o próprio desejo de incesto passam a ocupar um lugar fundamental para a teoria freudiana da cultura, em que Freud defende que esse desejo não é apenas constitutivo dos indivíduos, mas, também, de todas as sociedades.

Para conseguir atingir o objetivo dessa pesquisa, primeiramente, é importante compreender como a proibição do incesto, um desejo, até então, constitutivo da ontogênese passa a ser constitutivo também da filogênese. O que levou Freud a notar esse caráter universal cultural do complexo de Édipo? Qual o lugar do desejo do incesto e, em contrapartida, sua proibição para a origem da cultura? Para responder essas questões é necessário que comecemos retomando a teoria freudiana do complexo de Édipo, para que possamos compreender como ocorre essa passagem, do caráter individual do complexo de Édipo para o universal, para que, em seguida, possamos analisar também como se dá a construção religiosa no psiquismo segundo a teoria freudiana.

#### 1.1 O Complexo de Édipo

Em 1923, na obra *A organização genital infantil*, Freud percebe a necessidade de ajustar sua teoria da sexualidade infantil. Desde 1905, data da publicação de *Três ensaios de uma teoria da sexualidade*, ele ainda não havia reformulado suas teses sobre as características da sexualidade infantil. Com as investigações que considera agora, o autor se dá conta de que,

mesmo na infância, já é possível notar uma grande semelhança em relação à vida sexual de um adulto, e não apenas na escolha do objeto, como era afirmado anteriormente, mas também no que diz respeito à primazia dos genitais.

A principal característica dessa “organização genital infantil” constitui, ao mesmo tempo, o que a diferencia da definitiva organização genital dos adultos. Consiste no fato de que, para ambos os sexos, apenas um genital, o masculino, entra em consideração. Não há, portanto, uma primazia genital, mas uma primazia do falo.<sup>5</sup>

Segundo Freud, essa primazia do falo se dá, no menino, da seguinte forma: inicialmente, a criança do sexo masculino presume que todos os indivíduos (e até mesmo objetos inanimados) possuem um órgão genital igual ao dele, ou seja, possuem um falo. Por ser um órgão extremamente sensível, desperta o interesse e a curiosidade do menino, que passa a querer ver o genital de outras pessoas, para poder comparar com o seu. Ao descobrir que nem todos os indivíduos possuem um pênis, em um primeiro momento, temos a recusa, em que a criança tenta lidar de diversas maneiras com a ausência daquilo que ela esperava ver, inclusive pensando na possibilidade de que talvez o membro “ainda [seja] pequeno e crescerá, e aos poucos [as crianças] chegam à conclusão emocionalmente significativa de que no mínimo ele estava presente e depois foi retirado”<sup>6</sup>. O menino precisa lidar com a ideia de que, se outra criança acabou sendo castrada, então ele próprio poderá vir a perder seu membro também, o que conduz à instauração de um outro complexo, o complexo de castração.

Nesse momento, o menino ainda não associou as mulheres à falta de pênis. Na realidade, argumenta Freud, ele associa a castração a desejos considerados culturalmente imorais, inclusive, desejos que ele próprio possui; é como se a castração fosse a punição por tais desejos. Nas palavras do autor: “o menino acha que apenas mulheres indignas, provavelmente culpadas de impulsos proibidos como os dele, teriam perdido o genital. Mulheres respeitadas, como sua mãe, conservam o pênis por muito tempo.”<sup>7</sup>

O complexo de castração é de extrema importância para findar o complexo de Édipo, pois, enquanto o complexo de Édipo abriga a ambivalência de desejos da criança em relação aos pais – desejos hostis e amorosos, em que a criança deseja ter para si, tomar como objeto de amor, um dos pais, e vê o outro como um empecilho –, o complexo de castração faz com

---

5 Freud, S. (1923). “A organização genital infantil”. Em: *Freud – Obras completas (1923-1925)* Vol. 16. Companhia da Letras, 2011. p. 171.

6 *Idem*, p. 173.

7 *Idem*, p. 174.

que a criança não consiga obter satisfação do complexo de Édipo, já que, a seu ver, a ameaça de castração é iminente caso ela (a criança) dê vazão a seus desejos.

É claro que esse medo da castração não se refere a uma possibilidade real de castração. Porém, o que está em jogo aqui é justamente a condição de possibilidade da castração acontecer e o sentimento gerado no menino, sentimento esse que o leva ao abandono do complexo de Édipo, que é substituído pela introjeção e identificação com os pais. Segundo Freud:

Os investimentos objetais são abandonados e substituídos pela identificação. A autoridade do pai ou dos pais, introjetada no Eu, forma ali o âmagô do Supereu, que toma ao pai a severidade, perpetua a sua proibição do incesto e assim garante o Eu contra o retorno do investimento libidinal de objeto.<sup>8</sup>

Com o processo de identificação, o investimento libidinal que pertencia ao complexo de Édipo passa a ser dessexualizado, ou seja, ele é sublimado e inibido em sua meta; o que antes aparecia para a criança como desejo sexual, agora se mostra como impulsos ternos. Dessa forma, a criança passa da fase fálica para o período de latência, colocando abaixo o complexo de Édipo e instaurando a instância do Supereu.

Se em 1923 Freud ainda não sabia como esse processo se dava na menina, em 1924, em *A dissolução do complexo de Édipo*, suas investigações já cobriram também o terreno do feminino. Na menina, o processo é semelhante ao do menino, a diferença é que no complexo de castração da menina, ela não teme a castração, pois já se ‘encontra castrada’. Tudo se passa da seguinte forma: em questão de anatomia, a menina “nota que saiu perdendo”<sup>9</sup> em comparação de seu clitóris ao pênis; o que, segundo Freud, seria motivo para um complexo de inferioridade em relação ao sexo masculino. Porém, ela “não entende sua falta de pênis como uma característica sexual”<sup>10</sup>; na realidade, ela já se considera como castrada, acreditando que o possuía (o falo), mas que o perdeu ou então que ele virá a crescer.

Como a criança do sexo feminino não possui o medo da castração, as mudanças implicadas no declínio do complexo de Édipo, segundo Freud, “(...) parecem consequência da educação, da intimidação externa, que ameaça com a ausência do amor.”<sup>11</sup> Contudo, a menina busca uma compensação pela falta do falo. Ela passa, de forma simbólica, do pênis ao

---

8 Freud, S. (1924). “A dissolução do complexo de Édipo”. Em: *Freud – Obras completas (1923-1925)* Vol. 16. Companhia da Letras, 2011. p. 208, 209.

9 *Idem*, p. 211.

10 *Idem*, p. 212.

11 *Idem*.

bebê, um bebê que seria um presente do pai, e para o pai. Como esse desejo acaba não se realizando, a menina vai abandonando o complexo de Édipo aos poucos.

Em qualquer caso, o complexo de Édipo é decisivo para a constituição do indivíduo, já que é ele, ou melhor, o seu declínio, o responsável por instaurar uma das instâncias psíquicas dos indivíduos: o Supereu<sup>12</sup>, que inclusive é a instância psíquica que responde por possibilitar a vida em cultura.

Foi possível apreender o caráter individual do complexo de Édipo, passemos agora, então, para uma investigação mais aprofundada da obra *Totem e Tabu*, para entender a construção que Freud faz do conceito no nível universal cultural.

## 1.2 Tabu e crença

Ao ler a obra freudiana *Totem e Tabu*, em um primeiro momento, pode passar despercebida a enorme semelhança entre o sistema totêmico e o complexo de Édipo, porém, como veremos na análise dessa intrigante obra, por mais que esse conceito freudiano não apareça de forma central, ele é, a quase todo momento, o pano de fundo dessa pesquisa quase que antropológica de Freud; a diferença é que, agora, o complexo aparecerá em uma escala muito maior do que a individual que acabamos de ver, e, segundo Mezan, em sua obra *Freud, pensador da cultura*: “o resultado [desse] trabalho consiste em ancorar o complexo de Édipo não apenas nas fantasias dos neuróticos, mas no ponto de origem da civilização, fundando assim de modo mais amplo e seguro a afirmação de sua universalidade.”<sup>13</sup>

Como o objetivo do autor é tentar explicar aspectos da cultura através de teorias psicanalíticas até então formuladas, para escrever *Totem e Tabu*, Freud utilizou de pesquisas antropológicas e etnográficas para basear suas investigações e, como ele acreditava que alguns homens, por viverem em culturas semelhantes às primitivas, também possuiriam vidas psíquicas muito próximas aos ancestrais da espécie humana, escolheu então as tribos de aborígenes da Austrália para sua investigação, já que essas tribos eram “descritas, pelos

---

12 Não irei me aprofundar na explicação das instâncias psíquicas nesse momento, pois farei isso no próximo capítulo, que será dedicado à repressão e à metapsicologia freudiana.

13 Mezan, R. (1985) *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Blucher, 2019. p. 360.



etnógrafos, como as mais atrasadas e miseráveis”<sup>14</sup>, o que levava Freud a crer que a vida psíquica de seus membros seria o mais próximo a que se poderia chegar da vida psíquica dos seres humanos mais primitivos.

A descrição, dada por Freud, dessas tribos é a seguinte:

Os aborígenes da Austrália são vistos como uma raça particular, sem parentesco físico nem linguístico com seus vizinhos mais próximos, os povos melanésios, polinésios e malaios. Eles não constroem casas nem palhoças permanentes, não trabalham o solo, não criam animais domésticos, exceto o cão, e não conhecem nem mesmo a arte da cerâmica. Alimentam-se quase exclusivamente da carne dos animais que abatem e das raízes que desenterram. Eles desconhecem reis ou chefes, a assembleia dos homens maduros decide sobre as questões comuns. Traços de religião, na forma de adoração de seres superiores, dificilmente lhes podem ser atribuídos.<sup>15</sup>

Essas características levam o autor a crer que, se comparada à cultura europeia em que Freud estava inserido, a forma de vida desses aborígenes parecia ser atrasada. Assim, ele supõe, provavelmente, eles não deveriam possuir regras em relação à vida sexual. Porém, o que Freud observa é que eles seguem rigorosamente a regra de não estabelecer relações sexuais incestuosas, inclusive, “toda a sua organização social parece servir a tal propósito ou estar ligada à sua realização.”<sup>16</sup>

Quanto à religião, foi dito anteriormente que eles não possuem instituições religiosas. Porém, os aborígenes australianos seguem, sustenta Freud, o sistema do totemismo, ou seja, cada clã possui um totem que é considerado como o ancestral do clã, podendo ser um animal, uma planta ou uma força da natureza. Os adoradores desse totem não podem matá-lo ou destruí-lo, e isso vale para toda a espécie a que o totem pertence; ele é sagrado, o que levaria à punição caso o mandamento de não usufruir do totem fosse desobedecido. Segundo Freud:

o totem é transmitido hereditariamente, por linha materna ou paterna. (...) A relação com o totem é fundamento de todas as obrigações sociais para um australiano; ela se sobrepõe ao fato de pertencer a uma tribo, por um lado, e ao parentesco sanguíneo, por outro lado.<sup>17</sup>

O totem não está ligado a um território, mas às linhagens de parentesco, ou seja, dentro de uma família pode haver pessoas que adoram totens diferentes. Por exemplo, se o

---

14 Freud, S. (1913). “Totem e Tabu”. Em: *Freud – Obras completas (1912-1914)* Vol. 11. Companhia da Letras, 2012. p. 18.

15 *Idem*, p. 18, 19.

16 *Idem*, p. 19.

17 *Idem*, p. 20.

totem for transmitido pela linha materna, a mãe e os filhos adoram um totem, enquanto o pai adora um totem diferente, isso porque, dentro do sistema do totemismo, prevalece também a lei da exogamia ligada ao totem, o que significa que os indivíduos que possuem um mesmo totem não podem casar ou ter relações sexuais entre si.

Até então, Freud não consegue explicar exatamente o porquê dessa associação entre o totemismo e a exogamia, mas considera inegável a existência de um laço estrito entre ambos. O autor apenas menciona que, segundo pesquisadores, a vinculação entre os dois conceitos acontece “quando limitações ao casamento se revelaram necessárias.”<sup>18</sup> As transgressões dessa proibição são punidas pelo clã com a morte; seus membros, em alguns casos, matam o homem e a mulher às vezes é poupada, mas acaba sendo espancada e ferida com uma lança quase até a morte – isso se vincula à crença de que ela pode ter sido coagida para transgredir a lei.

Contudo, parece haver uma brecha no que diz respeito às relações incestuosas entre o pai e as filhas. É como se a lei da exogamia ligada ao totem fosse destinada para impedir o ato incestuoso entre o filho e a mãe, pois, nas palavras de Freud:

Se um homem pertence a um clã que tem o totem Canguru, digamos, e se casa com uma mulher do totem Emu, então os filhos, homens e mulheres, são todos Emu. As regras do totem fazem com que seja impossível, para um filho homem desse casamento, a relação incestuosa com a mãe ou as irmãs, que são Emu, como ele.<sup>19</sup>

Porém, como o pai não possui o mesmo totem que as filhas, o ato incestuoso entre eles não se encaixaria nessa proibição. É claro que, se a herança for patrilinear, o inverso também pode ocorrer, mas isso não é o que parece acontecer, já que, segundo Freud, a herança matrilinear, além de ser mais antiga, parece prevalecer.

O que nos leva ao seguinte questionamento: essa é uma brecha curiosa, a respeito da qual podemos questionar se esse formato familiar de herança totêmica, se dá justamente nesse formato por se tratar de um problema patriarcal, em que, de um lado temos uma briga por poder entre o pai e o filho, em que o filho não pode ter acesso à mãe e às irmãs, que são vistas como propriedades do pai. Já o pai poderia ter acesso também às filhas, pois estas seriam vistas como objetos que não se mostram como um obstáculo ao poder do pai e é na posse das mulheres (mãe e filhas) que ele (o pai) mostra seu poder.

---

18 *Idem*, p. 21.

19 *Idem*, p. 24.

Independentemente desse ser ou não o real motivo pelo qual a lei da exogamia totêmica é direcionada à mãe e às irmãs, existe também um outro propósito, que é unir as pessoas do clã como se fossem uma família, uni-las em seus laços de parentesco e, dessa forma, impedir que esses indivíduos mantenham relações sexuais entre eles. Assim, “esses selvagens mostram um grau insolitamente elevado de horror ou sensibilidade ante o incesto.”<sup>20</sup>

Nas pesquisas de Freud, ele se depara com muitas tribos australianas que, mesmo não seguindo o sistema do totemismo, ainda assim seguem a lei da exogamia. No entanto, em vez de ser uma exogamia ligada ao totem, tais tribos possuíam classes matrimoniais, que nada mais são do que uma divisão para saber quais clãs poderiam se relacionar entre si sem cometer o incesto. Sobre esse ponto, Freud escreve:

Nota-se apenas que esses arranjos visam o mesmo que a exogamia totêmica, e que pretendem ainda mais. Porém, enquanto a exogamia totêmica dá a impressão de ser um estatuto sagrado surgido não se sabe como, ou seja, um costume, as complicadas instituições das classes matrimoniais, das subdivisões e condições a elas relacionadas, parecem vir de uma legislação deliberada, que talvez retomasse a tarefa da prevenção do incesto porque a influência do totem declinava. E enquanto o sistema do totem, como sabemos, é a base de todas as demais obrigações sociais e restrições morais da tribo, a importância das fratrias se reduz, em geral, à regulamentação da escolha matrimonial, que é seu objetivo.<sup>21</sup>

Se antes de 1913 Freud já havia percebido a importância do desejo incestuoso e de sua proibição para a constituição dos indivíduos, a partir de *Totem e tabu*, ele percebe também sua participação crucial na origem da cultura; em suas palavras:

Somos levados a crer que tal rejeição [em relação ao desejo incestuoso] é, antes de tudo, um produto da forte aversão do homem a seus antigos desejos incestuosos, desde então submetidos à repressão. Daí não carecer de importância, para nós, mostrar que os povos selvagens ainda veem como ameaçadores, e merecedores de rigorosas medidas de defesa, os desejos incestuosos humanos fadados a se tornarem inconscientes.<sup>22</sup>

Em relação ao tabu, Freud diz que seu significado é divergente já que, por um lado, ele faz alusão a algo sagrado e, por outro lado, a algo impuro. Contudo, segundo Freud, o tabu não deve ser confundido com as proibições morais e religiosas, já que se trata de tipos

---

20 *Idem*, p. 25.

21 *Idem*, p. 29.

22 *Idem*, p. 41.

diferentes de proibições, pois, enquanto as proibições morais e religiosas possuem um fundamento necessário ou ‘dado por deus’, “as proibições do tabu prescindem de qualquer fundamentação; têm origem desconhecida; para nós obscura.”<sup>23</sup> Freud afirma que, segundo as pesquisas de Wilhelm Wundt, o tabu seria “o mais antigo código de leis não escritas da humanidade. Considera-se geralmente que o tabu é mais antigo que os deuses e remonta a épocas anteriores a qualquer religião.”<sup>24</sup>

Freud se preocupa tanto em enfatizar a desvinculação do tabu com a religião que, ao citar o verbete “*Taboo*” da *Encyclopaedia Britannica*, logo em seguida ele faz questão de afirmar novamente que as proibições religiosas não devem ser confundidas com o tabu. Essa questão é crucial para o desenvolvimento dessa pesquisa, já que um dos objetivos é justamente mostrar que, no pensamento freudiano, o tabu do incesto não é pensado como um produto da religião. Dessa forma, passemos para a citação do verbete e, também, para a reafirmação do autor:

Propriamente falando, o tabu abrange apenas a) o caráter sagrado (ou impuro) de pessoas ou coisas, b) o tipo de proibição que resulta desse caráter, e c) a santidade (ou impureza) que resulta de uma violação da proibição. O contrário de tabu, na Polinésia, é *noa* e formas afins, que significam ‘geral’ ou ‘comum’. [...] Num sentido mais amplo, várias classes de tabu podem ser diferenciadas: I. Tabu natural ou direto, resultado do mana (poder misterioso) inerente a uma coisa ou pessoa; 2. Comunicado ou indireto, igualmente resultado do mana, mas a) adquirido ou b) imposto por um sacerdote, chefe ou outro alguém; 3. Intermediário, em que ambos os fatores estão presentes, como na apropriação de uma mulher pelo marido [...].<sup>25</sup> O termo é também aplicado a outras restrições rituais, mas não se deve chamar de tabu aquilo que é melhor caracterizado como “interdição religiosa”.<sup>26</sup>

Como já foi dito que o tabu foi o primeiro sistema penal da humanidade, isso faz com que ele seja central para a origem da cultura. De início, a punição para a violação de um tabu era dada automaticamente: “o tabu ferido vinga a si mesmo”<sup>27</sup>. Porém, com o desenvolvimento da cultura, primeiramente, o tabu acabou sendo associado ao divino, que ficou responsável pela punição das transgressões e, em seguida, os próprios membros de uma

---

23 *Idem*, p. 42, 43.

24 *Idem*, p. 43.

25 Essa passagem foi transcrita por Freud do verbete “*Taboo*”, da *Encyclopaedia Britannica*, assinado pelo antropólogo Northcote W. Thomas.

26 Freud, S. (1913). “Totem e Tabu”. Em: *Freud – Obras completas (1912-1914)* Vol. 11. Companhia da Letras, 2012. p. 43, 44.

27 *Idem*, p. 45.

sociedade puniam os transgressores, já que a quebra do tabu significava perigo para toda a comunidade.

O que nos leva a um argumento interessante, colocado por Mezan, de como a execução de um ato considerado tabu é punido se realizado por um único indivíduo do clã, sendo, no entanto, liberado e livre de punição se aceito por todos os indivíduos do grupo. O argumento segue da seguinte forma: quando um dos indivíduos do clã se rende a seus desejos contra-civilizatórios (desejos homicidas ou incestuosos), ele é punido com a morte por todos do grupo, ou seja, “sob o pretexto de punir o culpado, o grupo primitivo se autoriza a realizar o ato-tabu (condenando à morte o violador), Freud desvenda um dos mecanismos essenciais de toda ordem penal humana: a existência de sentimentos idênticos no carrasco e na vítima.”<sup>28</sup> Portanto, da mesma forma com que a vítima está sendo punida, o carrasco está satisfazendo os mesmos desejos pelos quais se coloca a punição, a diferença sendo que, como se trata, neste caso, da punição aceita por todo o grupo, a vazão das pulsões do carrasco não é vista como um perigo para a cultura, não levando à punição.

Ainda sobre o tabu, Freud diz que sua fonte “é atribuída a um poder mágico especial que é inerente às pessoas e espíritos e pode ser transmitido por eles através de objetos inanimados.”<sup>29</sup> Como é possível notar com o próprio significado da palavra “tabu”, ela possui uma conotação ambígua e, a partir de pesquisas mais aprofundadas, Freud percebe que o tabu está estritamente relacionado à ambivalência emocional, ambivalência essa que, de acordo com ele, seria a responsável por originar as proibições do tabu. A ambivalência de sentimentos já possuía grande importância para a teoria freudiana, já que ela é a base do complexo de Édipo, mas agora, com sua introdução também na teoria freudiana da cultura, a ambivalência emocional passa a ser também a origem do tabu, da consciência e, como veremos mais à frente, da própria cultura.

Freud percebe então que o tabu tem uma participação na “natureza e [na] gênese da consciência moral”<sup>30</sup>. Segundo ele, ter ‘consciência’ seria o indivíduo identificar seus desejos, reprimi-los e condenar a si mesmo por ter desejado, o que o leva a se sentir culpado. Isso se dá, pelo fato de que no psiquismo não existe distinção entre o desejo e a ação; assim que o

---

28 Mezan, R. (1985) Freud, pensador da cultura. São Paulo: Blucher, 2019. p. 367.

29 Freud, S. (1913). “Totem e Tabu”. Em: *Freud – Obras completas (1912-1914)* Vol. 11. Companhia da Letras, 2012. p. 45.

30 *Idem*, p. 112.

indivíduo deseja, seu aparelho psíquico já entende como se ele tivesse realizado o ato, levando-o a se sentir culpado.

A partir de suas pesquisas, o autor percebe que essa ‘consciência’ presente nos selvagens está relacionada ao tabu e “sua violação faz surgir um terrível sentimento de culpa.”<sup>31</sup> Nesse sentido, Freud escreve:

Portanto, também a consciência [*Gewissen*] provavelmente surge com base numa ambivalência emocional, a partir de relações humanas bem específicas às quais se liga tal ambivalência, e sob as condições reivindicadas para o tabu e a neurose obsessiva, de que um dos sentimentos opostos seja inconsciente e conservado reprimido pelo outro, obsessivamente dominante.

Existe uma notável semelhança entre o tabu e a neurose obsessiva; porém, como diz Freud, “o tabu não é uma neurose, e sim uma instituição social,”<sup>32</sup> o que o faz perceber a importância de ressaltar que, por mais parecidas que sejam em sua manifestação, o mais relevante, que é a essência de ambas, se diferencia. Isso leva Freud a fazer uma análise equiparando os dois fenômenos, mas deixaremos essa análise para a próxima seção desse capítulo, na qual comentaremos esse ponto juntamente com uma obra em que Freud se dedica à neurose obsessiva e às práticas religiosas.

Como já dissemos anteriormente, Freud faz questão de diferenciar o sistema totêmico da religião. Para se aprofundar mais nessa diferenciação, o autor dedica a terceira seção de sua obra ao sistema de pensamento que prevalece no totemismo, o animismo. Segundo Freud, o animismo corresponde à primeira forma da qual os seres humanos se utilizaram para explicar o mundo.

Desde os primórdios da espécie humana, é possível distinguir, argumenta Freud, três sistemas de pensamento subsequentes que foram predominantes: o sistema animista, o religioso e o científico. “Remontando a esses três estágios de visão do mundo”, ele escreve, “fala-se que o animismo em si não é ainda uma religião, mas contém as premissas sobre as quais depois se constroem as religiões.”<sup>33</sup>

Nesse desenvolvimento dos sistemas é possível observar uma mudança característica na onipotência dos pensamentos. No animismo, a onipotência é dada ao próprio homem e é por isso que os homens primitivos acreditavam que poderiam interferir no curso da vida de outras pessoas apenas por atos cometidos; como, por exemplo, para prejudicar um inimigo, só

---

31 *Idem.*

32 *Idem*, p. 117.

33 *Idem*, p. 125.

era necessário fazer algo ‘ruim’ com um fio de cabelo ou pedaço de unha do indivíduo; ou então, temos também o exemplo do canibalismo, em que eles acreditavam que, ao ingerirem a carne de um guerreiro morto, iriam tomar para si as qualidades dele. Com a religião, a onipotência passa a ser dos deuses, porém o homem poderia influenciá-los de algumas formas; já a partir do estabelecimento da ciência, o homem perde qualquer resquício dessa onipotência que acreditava possuir.

A partir desse desenvolvimento, Freud percebe um fato curioso: ele nota um desdobramento das fases do indivíduo para as do sistema de pensamento. É como se o desenvolvimento da cultura acompanhasse, porém em um âmbito maior, o desenvolvimento libidinal do indivíduo. Nas palavras de Freud:

Então a fase animista corresponde, tanto cronologicamente como em termos de conteúdo, ao narcisismo; a fase religiosa, ao estágio de eleição de objeto, caracterizado pela ligação aos pais; e a fase científica tem sua plena contrapartida no estado maduro do indivíduo que renunciou ao princípio do prazer e busca seu objeto no mundo exterior, adequando-se à realidade.<sup>34</sup>

Ou seja, “o homem primitivo deslocava relações estruturais de sua própria psique para o mundo exterior,”<sup>35</sup> e isso fica muito perceptível, por exemplo, no caminho que se deu para a criação da religião, já que a criação de espíritos e demônios nada mais é do que “projeções das próprias emoções do ser humano.”<sup>36</sup>

Dando continuidade a sua obra, o autor faz uma síntese com as teorias mais relevantes, de diversos autores, que encontrou sobre o totemismo. É nesse momento “que Freud vai procurar reunir todos os fios esparsos pelo texto,”<sup>37</sup> como, por exemplo, a parte que mais importa para nós e que também foi crucial para a construção que Freud faz de um mito científico que, segundo ele, teria originado a cultura. Trata-se da parte em que ele reúne diversos argumentos com diferentes conclusões sobre como teria se estabelecido a relação entre a exogamia e o totemismo. Dentre todas as teorias citadas pelo autor – e vale lembrar (já que isso é especialmente importante para o objetivo dessa pesquisa) que ele chega à conclusão de que nenhuma das hipóteses é boa o suficiente e não consegue dar conta de explicar a gênese ao horror do incesto –, existe uma hipótese que fez toda a diferença para a conclusão

---

34 *Idem*, p. 142.

35 *Idem*, p. 144.

36 *Idem*, p. 145.

37 Mezan, R. (1985) Freud, pensador da cultura. São Paulo: Blucher, 2019. p. 376.

da obra *Totem e tabu*, como também para toda a teoria freudiana da cultura: é a “hipótese de Charles Darwin sobre o estado social primevo do homem.”<sup>38</sup>

Essa hipótese darwiniana é construída com base numa observação que Darwin fez sobre o hábito de vida dos macacos superiores e a partir da qual inferiu que, nos primórdios da humanidade, o homem, provavelmente, também teria vivido “em pequenas hordas, dentro das quais o ciúme do macho mais velho e mais forte impediu a promiscuidade.”<sup>39</sup>

Por mais importante que tenha sido a influência dessa hipótese darwiniana para a construção do mito científico de Freud, não foi apenas nela que o autor se baseou. O mito da horda primeva, criado por Freud, que tem como objetivo a reconstrução do nascimento da cultura, foi elaborado a partir da junção de quatro teorias; são elas: **1-** a ideia da “horda primitiva” de Darwin; **2-** a teoria da família de Atkinson; **3-** a teoria do “sacrifício totêmico” de Robertson Smith (que seria o primeiro ato de cultura); **4-** a ideia da “identificação do homem com o totem” do próprio Freud.

Segundo Freud, a teoria da família, de Atkinson, seria a seguinte:

Atkinson deve ter sido o primeiro a notar que essas condições da horda primitiva de Darwin impunham praticamente a exogamia dos homens jovens. Cada um desses jovens expulsos podia fundar uma horda semelhante, na qual vigorasse a mesma proibição de atos sexuais motivada pelo ciúme do chefe, e no curso do tempo essas circunstâncias resultariam na regra, agora consciente em forma de lei: “Nada de relações sexuais entre companheiros de horda”. Após o estabelecimento do totemismo a regra teria se transformado em: “Nada de relações sexuais no interior do totem”.

A teoria do sacrifício totêmico de Robertson Smith é construída em torno da hipótese de que teria existido uma cerimônia, a refeição totêmica, que haveria sido uma das características essenciais do totemismo. A refeição totêmica nada mais era do que uma festa de sacrifício em que todos os indivíduos pertencentes a um clã se reuniam para sacrificar o animal sagrado do clã, o animal que representasse o totem deles, e, na sequência do sacrifício, todos deveriam se alimentar de sua carne. Sobre isso, Freud escreve:

Apesar do temor que protege a vida do animal sagrado como membro do clã, de vez em quando se torna uma necessidade matar um animal daquele numa

---

38 Freud, S. (1913). “Totem e Tabu”. Em: *Freud – Obras completas (1912-1914)* Vol. 11. Companhia da Letras, 2012. p. 193.

39 *Idem.*



solene comunhão, e dividir sua carne e seu sangue entre os que fazem parte do clã.<sup>40</sup>

Por fim, a ideia freudiana da identificação do homem com o totem foi construída da seguinte forma: Freud percebe, através da clínica, que grande parte das crianças desenvolve quadros clínicos de zoofobia e que, na maioria dos casos, o animal temido representava o pai. Nas palavras de Freud, “o que aprendemos [...] é o fato – valioso para o totemismo – de que em tais condições a criança desloca, do pai para o animal, uma parte de seus sentimentos.”<sup>41</sup>

Esse deslocamento de sentimentos ocorre por causa do complexo de Édipo. A criança, que pensa estar em uma disputa com o pai em relação à mãe, acaba possuindo sentimentos de ódio em relação ao pai, sentimentos que entram em conflito com a admiração e o amor a ele direcionados, gerando uma ambivalência conflitante na psique da criança, o que faz com que ela transfira seus sentimentos hostis em relação ao pai para um animal, que não apenas será o receptáculo dos sentimentos hostis, mas da própria ambivalência.

Sendo assim, se, como já vimos, o totemismo é “a identificação com o animal totêmico e a atitude emocional ambivalente em relação a ele,”<sup>42</sup> podemos, portanto, inserir o pai como substituto do animal totêmico. Assim, Freud chega à seguinte conclusão:

Se o animal totêmico é o pai, o teor dos dois principais mandamentos do totemismo – os dois preceitos que constituem seu núcleo, não matar o totem e não ter relações sexuais com uma mulher do totem – coincide com os dois crimes de Édipo, que matou o pai e tomou a mãe por esposa, e com os dois desejos primordiais da criança. [...] Se essa equiparação for mais que uma enganadora obra do acaso, ela deverá nos permitir lançar alguma luz sobre a gênese do totemismo em tempos imemoriais. Em outras palavras, conseguimos tornar verossímil que o sistema totêmico resultou das condições do complexo de Édipo.<sup>43</sup>

Além de ser uma conclusão espetacular que, juntamente com as demais teorias, dará forma ao mito científico da horda primeva, foram abordados dois aspectos que nos interessam particularmente para o objetivo desse capítulo e da pesquisa em si. Primeiro, temos a questão do complexo de Édipo, pois é especialmente nesse momento que Freud o conduz de um nível individual para o universal; e, em segundo, o que também acaba sendo uma consequência do primeiro aspecto, temos o reconhecimento de que a filogênese replicaria a ontogênese, já que

---

40 *Idem*, p. 210.

41 *Idem*, p. 199.

42 *Idem*, p. 202.

43 *Idem*, p. 203.

a história da espécie, a origem da cultura, passaria pelas mesmas fases que um indivíduo em seu desenvolvimento.

Assim, o mito freudiano da horda primeva ganhou a seguinte forma: nos primórdios da humanidade havia uma horda em que o chefe possuía todas as mulheres e expulsava os filhos do clã por causa do ciúme que sentia em relação às suas mulheres. Os filhos, unidos pelo ódio em relação ao pai e pelo desejo de também possuir as mulheres desse pai, acabam matando o pai e, em seguida, eles o devoram.

No ato de devorá-lo eles realizavam a identificação com ele, e cada um apropriava-se de parte de sua força. A refeição totêmica, talvez a primeira festa da humanidade, seria repetição e a celebração desse ato memorável e criminoso, com o qual teve início tanta coisa: as organizações sociais, as restrições morais, a religião.<sup>44</sup>

Contudo, os irmãos possuíam sentimentos ambivalentes em relação ao pai; eles o odiavam, por ele reprimir seus desejos sexuais, mas também o amavam e o admiravam, e, quando o mataram e comeram de sua carne, o ódio cessou, restando apenas a identificação com o pai e o amor. Dessa forma, um sentimento que vai ser colocado por Freud em 1930 como uma das bases para a vida em cultura, mas que nesse momento já é percebido como essencial para sua origem, o sentimento de culpa, passa a dominar os irmãos, fazendo com que eles abram mão, definitivamente, de possuir as mulheres do pai e de tomarem seu lugar. Nas palavras de Freud:

Eles revogaram seu ato, declarando ser proibido o assassinio do substituto do pai, o totem, e renunciaram à consequência dele, privando-se das mulheres então liberadas. Assim criaram, a partir da consciência de culpa do filho, os dois tabus fundamentais do totemismo, que justamente por isso tinham que concordar com os dois desejos reprimidos do complexo de Édipo.<sup>45</sup>

É possível notar por que o parricídio é essencial para a constituição da cultura. Segundo Henriquez, o chefe da horda, enquanto objeto real, não pode ser o pai, pois, necessariamente, o pai precisa ser alvo da ambivalência de sentimentos, ele tem de ser amado e odiado. Assim, apenas o pai morto, ou seja, o pai mítico consegue agregar essas duas tendências. Sobre o assunto, Henriquez escreveu:

---

44 *Idem*, p. 217.

45 *Idem*, p. 219.

O pai, em sua função mítica, é aquele que provoca reverência, terror e amor ao mesmo tempo, o pai é aquele que sufoca, castra e que deve então ser morto ou, no mínimo, vencido; ele é, além disso, o portador e depositário das proibições. Seu assassinato é acompanhado de culpa e veneração. Não existe jamais o pai real. O pai é sempre um pai morto, e o pai morto é sempre um pai mítico.<sup>46</sup>

O sentimento de culpa, originado pelo assassinato do pai, não é somente uma das bases da cultura, mas também é uma das bases da religião, já que foi esse sentimento que desenvolveu a religião totêmica e que perdurou em todas as demais religiões. O que anteriormente correspondia à refeição totêmica, nas instituições religiosas passou a ser substituído pelo sacrifício, e a identificação do homem com o animal totêmico (que como já vimos antes, nada mais era do que a identificação do homem com o pai), passa a ser sua identificação com deus, que também “nada mais é que um pai elevado,”<sup>47</sup> sem contar a estrita relação entre deus e o animal totêmico. Sobre isso, Freud escreve:

Seria natural supor que o próprio deus é o animal totêmico, que se desenvolveu a partir deste num estágio posterior do sentimento religioso. Mas a consideração de que o totem nada mais é que um sucedâneo do pai nos dispensa de toda discussão ulterior. De modo que ele pode ser a primeira forma do sucedâneo do pai, e o deus, uma posterior, em que o pai readquire sua configuração humana.<sup>48</sup>

Por fim, foi possível observar como o complexo de Édipo acarreta um caráter universal cultural na teoria freudiana, já que, como vimos, a origem e o desenvolvimento da cultura imita as mesmas fases do processo de desenvolvimento dos indivíduos. Enquanto o complexo de Édipo individual se passa no núcleo familiar, em que o indivíduo passa a ter sentimentos ambivalentes pelo pai, ocasionados pelo desejo de posse da mãe, o complexo de Édipo cultural ocorre pelo desejo dos irmãos de possuírem as mulheres do pai, levando-os, também, a terem sentimentos ambivalentes com relação ao pai, o que os une para cometerem o crime que deu origem à cultura. Ou seja, um desejo que, até então, era constitutivo da ontogênese, passa agora a ser, também, constitutivo da filogênese.

Outra questão que também colocamos no início do capítulo e que também se tornou possível responder a partir da análise de *Totem e tabu*, é a seguinte: Qual o lugar do desejo do incesto e, em contrapartida, sua proibição para a origem da cultura? Como vimos no mito da

---

46 Enriquez, E. Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: J. Zahar. 1990. p. 31.

47 Freud, S. (1913). “Totem e Tabu”. Em: *Freud – Obras completas (1912-1914)* Vol. 11. Companhia da Letras, 2012. p. 224.

48 *Idem*, p. 225.

horda primeva, o desejo pelo incesto é, no pensamento freudiano, constitutivo de todos os indivíduos, inclusive da história da espécie; e sua proibição é uma das bases da constituição da cultura, juntamente com o parricídio e o sentimento de culpa.

Podemos formular a importância de sua proibição para a cultura do seguinte modo: essa proibição corresponde a um tabu e, como vimos a partir do estudo que Freud faz do tabu, para uma proibição vir a ser um tabu é necessário que ela seja dotada de uma ambivalência de sentimentos e também deve ser algo desejado por todos os indivíduos; sendo assim, Henriquez escreve, “o tabu tem por base uma ação proibida, para cuja realização existe forte inclinação do inconsciente.”<sup>49</sup>

Logo, abrir mão da realização do incesto torna-se um dos atos fundantes da cultura, e, talvez, não por questões morais que levam a conclusões estabelecidas por convenções sociais em que se estabelece a imoralidade do ato incestuoso, mas por se tratar do primeiro ato de renúncia às pulsões, visando à possibilidade de uma vida em comum. Todos desejam tomar o lugar do pai, todos desejam possuir suas mulheres (cometer o incesto), mas renunciam a seus desejos, visando às regalias de se viver em grupo e a segurança de suas vidas, já que aquele que tomasse o lugar do pai seria o próximo alvo de ódio dos demais integrantes do clã. Existe realização cultural maior do que abrir mão dos próprios desejos para ser aceito por um grupo? Ou como diz Freud em sua obra *O mal-estar na cultura*, não existiria cultura sem a renúncia às pulsões.<sup>50</sup>

Se nossas observações em relação à hipótese anterior estiverem corretas, estamos de acordo também com o seguinte argumento de Monzani: “O problema, portanto, é invertido: não se trata da consciência moral levar à renúncia pulsional, mas o contrário: a renúncia pulsional é que cria a consciência moral.”<sup>51</sup>

O que nos leva a duas últimas questões (que de certa forma se complementam) a serem esclarecidas em relação ao tabu do incesto: **1-** Por que, na lei da exogamia das sociedades primitivas, diferentemente das sociedades atuais, todas as mulheres do clã eram proibidas e não apenas a mãe? Segundo Mezan, “se as regras referentes ao casamento são tão rigorosas entre os primitivos, é porque neles o desejo incestuoso é proporcionalmente mais

49 Enriquez, E. Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: J. Zahar. 1990. p. 37.

50 O que Freud denomina de ‘desejo’, em sua obra *A interpretação dos sonhos*, é a tentativa de restabelecer uma satisfação anterior, ou, nas palavras de Sanches, é “um desdobramento da busca pelo prazer” (SANCHES, 2010, p. 98). A partir de 1915, ao escrever *Pulsões e destinos da pulsão*, o conceito de pulsão passa a prevalecer sobre o conceito de desejo quase que completamente.

51 Monzani, L. “Totem e tabu, uma revisão”. In: Luiz Roberto Monzani e Ana Carolina Soliva Soria. (Org.). *Freud: Filosofia e Psicanálise*. 1ed. São Carlos: Edufscar, 2019, v. , p. 11-19. p. 18.

intenso do que nos civilizados”<sup>52</sup> 2- Assim como Freud observa em *Totem e tabu*, é realmente intrigante a impressão que temos de que as então chamadas primeiras culturas possuíam mais medo do incesto do que civilização atual, mas, segundo Monzani, essa impressão se dá pelo fato de que as culturas atuais já possuem instituições sociais que utilizam de premissas que já reprimem os desejos incestuosos dos indivíduos desde que eles são ainda muito jovens, não dando espaço para que pensem sobre seus desejos e fazendo com que apenas assimilem a imoralidade (segundo a instituição) do ato. E isso não vale apenas para o desejo incestuoso, mas também para os desejos de agressividade; “o que, mais uma vez, confirma que a obra civilizadora é neurótica em sua própria essência.”<sup>53</sup>

Enfim, agora que já conseguimos, ao menos em certa medida, assimilar as questões relacionadas ao problema do incesto, voltemos então para o objetivo dessa pesquisa, que é a compreensão da importância do tabu do incesto para a construção do psiquismo e, conseqüentemente, a desvinculação de uma suposta origem religiosa desse tabu; o que nos leva à preservação da cultura caso a hipótese proposta por Freud em o *Futuro de uma ilusão* se realizasse, isto é, a hipótese de que seria possível nos desvencilharmos da religião preservando a cultura, já que o tabu do incesto seria uma das bases que a constituem.

O percurso até aqui traçado nos conduz à tentativa de compreender melhor como a religião vem a se inscrever no psiquismo e as teorias freudianas sobre as crenças religiosas. Para isso, nada melhor do que retomarmos um assunto que colocamos de lado na análise de *Totem e tabu*: a semelhança entre a neurose obsessiva e o tabu.

### 1.3 Neurose obsessiva, religião e tabu

O texto freudiano de 1907, *Atos obsessivos e práticas religiosas*, tem por objetivo a compreensão dos “processos psíquicos da vida religiosa”<sup>54</sup> através de uma analogia com a neurose obsessiva, já que ambos os fenômenos são, argumenta Freud, extremamente semelhantes, principalmente em relação aos cerimoniais. Enquanto na religião encontramos

---

52 Mezan, R. (1985) Freud, pensador da cultura. São Paulo: Blucher, 2019. p. 361.

53 Monzani, L. “Totem e tabu, uma revisão”. In: Luiz Roberto Monzani e Ana Carolina Soliva Soria. (Org.). *Freud: Filosofia e Psicanálise*. 1ed. São Carlos: Edufscar, 2019, v. , p. 11-19. p. 12.

54 Freud, S. (1907). “Atos obsessivos e práticas religiosas”. Em: *Freud – Obras completas (1906-1909)* Vol. 08. Companhia da Letras, 2015. p. 301.

os cerimoniais ritualísticos, a neurose obsessiva é caracterizada justamente pelo fato de indivíduos apresentarem quadros de cerimoniais de atos obsessivos; em ambos os casos o cerimonial corresponde a um ato sagrado que, se não for realizado, acarreta em angústia e numa penosa conscienciosidade. Nas palavras de Freud:

É fácil ver onde está a semelhança entre o cerimonial neurótico e os atos sagrados do ritual religioso: na consciência angustiada quando algo não foi feito, no completo isolamento em relação a qualquer outra atividade (proibição de interrupção) e na conscienciosidade de execução dos detalhes.<sup>55</sup>

Assim como as semelhanças, em um primeiro momento, as diferenças também parecem ser gritantes, como por exemplo o caráter público e totalmente investido de sentido dos cerimoniais religiosos e, em contrapartida, os cerimoniais dos neuróticos obsessivos que parecem não possuir nenhum tipo de significado e são particulares. Porém, essa diferença crucial entre os dois fenômenos é apenas aparente. Através da análise de um paciente com essa doença, é possível perceber que o cerimonial individual também é dotado de símbolos e significados, já que ele (o cerimonial) nada mais é do que uma forma de expressão do inconsciente. Segundo Freud, “o que é representado nas ações obsessivas ou no cerimonial vem das experiências mais íntimas, geralmente sexuais, dos indivíduos afetados.”<sup>56</sup>

Mas, o que se tornará a principal característica em comum da neurose obsessiva e da religião e, também, um dos conceitos mais importantes para toda a teoria freudiana da cultura, é o sentimento de culpa, que é citado pela primeira vez nessa obra de 1907, quando Freud enuncia que os indivíduos que possuem atos obsessivos (compulsões e/ou proibições) comportam-se como se carregassem um sentimento de culpa inconsciente, já que esses indivíduos não possuiriam conhecimento disso.

Segundo Freud,

Tal sentimento de culpa tem sua fonte em determinados processos psíquicos da infância, mas é continuamente reavivado na tentação que se repete a cada novo ensejo, e, por outro lado, faz surgir uma angústia expectante que sempre fica à espreita, uma expectativa de desgraça que, mediante a noção de castigo, acha-se ligada à percepção interna da tentação.<sup>57</sup>

---

55 *Idem*, p. 303, 304.

56 *Idem*, p. 305.

57 *Idem*, p. 308.

Desse modo, o cerimonial passa a ser uma forma de defesa ou de proteção em relação a qualquer infortúnio que pudesse ocorrer, tanto para o neurótico, quanto para o religioso; ambos se sentem culpados, mesmo que se trate de um sentimento inconsciente, seja culpa por seus desejos sexuais (no caso do primeiro), ou por suas pulsões egoístas, que levam à crença de ser um pecador (para o segundo).

Isso nos traz uma questão intrigante: “como pode ser inconsciente aquilo que é sentido?”<sup>58</sup> A questão pode ser respondida da seguinte forma: a neurose obsessiva tem sua gênese na repressão de pulsões, ou seja, trata-se de desejos que, por motivos culturais, não são aceitos pela consciência moral do indivíduo; tais desejos são, portanto reprimidos; porém, quando uma pulsão é reprimida, apenas sua representação pode ser banida para o inconsciente; seu afeto não pode ser reprimido, transformando-se, então, em angústia. Ou seja, o indivíduo não possui mais a representação daquilo que o atormenta, apenas sente uma angústia que parece ser inexplicável.<sup>59</sup> Por conseguinte, “uma conscienciosidade especial, voltada para as metas dessa pulsão, é criada durante sua repressão; porém, esta formação psíquica reativa não se sente segura, mas continuamente ameaçada pela pulsão que espreita no inconsciente.”<sup>60</sup>

Retomemos então, o ponto que foi deixado de lado na seção anterior para que fosse melhor aprofundado nesse momento: a relação do tabu com a neurose obsessiva e, conseqüentemente, com a religião. Os pontos em comum entre os três elementos são: **1-** suas relações com o sentimento de culpa; **2-** as sensações de angústia carregadas pelos indivíduos, caso transgridam o tabu ou não realizem o cerimonial; **3-** assim como a neurose e a religião, o tabu também possui sua base na repressão das pulsões (como vimos, para algo vir a ser instituído como um tabu, deve ser profundamente desejado); **4-** o medo do contato, seja o contato sexual no caso do neurótico, ou o contato com aquilo que é sagrado ou proibido como no tabu. Nesse sentido, Freud escreve que “o tabu é um mandamento da consciência, sua violação faz surgir um terrível sentimento de culpa.”<sup>61</sup>

---

58 Gellis, A; Hamud, M. I. L. “Sentimento de culpa na obra freudiana: universal e inconsciente”. *Psicologia USP*, v. 22, n. 3, p. 635-653, 2011.

59 Freud, S. (1915). “O Inconsciente”. Em: *Freud – Obras completas (1914-1916)* Vol. 12. Companhia da Letras, 2015. p. 118.

60 Freud, S. (1907). “Atos obsessivos e práticas religiosas”. Em: *Freud – Obras completas (1906-1909)* Vol. 08. Companhia da Letras, 2015. p. 309. Tradução modificada.

61 Freud, S. (1913). “Totem e Tabu”. Em: *Freud – Obras completas (1912-1914)* Vol. 11. Companhia da Letras, 2012. p. 112.

Finalmente, chegamos à conclusão de que a maior semelhança entre a neurose obsessiva e a religião é a renúncia pulsional ocasionada por ambas, renúncia essa que, como já dissemos antes, é fundamental para a origem e a manutenção da cultura. Sendo assim, nas palavras (a meu ver, fantásticas) de Freud:

Em vista dessas coincidências e analogias, podemos tomar a liberdade de caracterizar a neurose obsessiva como a contrapartida patológica da formação da religião, a neurose como uma religiosidade individual e a religião como uma neurose obsessiva universal.<sup>62</sup>

As palavras do autor nos levam a crer que, então, não haveria outra saída para a humanidade que não fosse o caminho da neurose, seja ela individual ou coletiva. Porém, Freud acredita ter encontrado um caminho ‘seguro’ através da “razão científica”<sup>63</sup>, caminho esse que ele trilha em seu livro *O futuro de uma ilusão*, que é um texto extremamente peculiar se comparado aos demais textos do autor, especialmente em virtude de seu caráter ‘esperançoso’ em relação à espécie humana e, também, por ser a primeira vez na obra freudiana em que vemos o autor ter uma atitude normativa, em que ele tenta convencer o leitor de sua opinião, de que continuar com a ilusão religiosa é um erro, pois ela trará, a seu ver, mais malefícios para a cultura do que benefícios. Mas, de acordo com Henriquez (1983/1990), esse traço esperançoso (peculiar) da obra freudiana, só irá persistir até Freud escrever *O mal-estar na cultura*.

#### **1.4 Religião: o maior patrimônio psíquico da humanidade**

*O futuro de uma ilusão*, de 1927, é uma das obras freudianas mais relevantes sobre a religião. Segundo Henriquez,

*O futuro de uma ilusão* propõe fazer uma reflexão sobre a própria natureza da civilização, seu desenvolvimento atual, seu futuro provável e principalmente sobre o item mais importante do inventário psíquico de uma civilização, suas ideias religiosas ou em outras palavras, suas ilusões.<sup>64</sup>

---

62 Freud, S. (1907). “Atos obsessivos e práticas religiosas”. Em: *Freud – Obras completas (1906-1909)* Vol. 08. Companhia da Letras, 2015. p. 312.

63 Henriquez, E. Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: J. Zahar. 1990. p. 81.

64 *Idem*, p. 79.



Como dito anteriormente, se trata de uma obra peculiar por seu caráter ‘esperançoso’ em relação à humanidade, caráter esse que dificilmente é visto nas obras freudianas. Segundo Mezan, esse caráter se dá pelo fato de que “Freud herda do Iluminismo uma abordagem em que o desmascaramento do irracional e sua redução ao racional é o objetivo da análise.”<sup>65</sup>

O autor inicia sua obra dizendo que, quando um indivíduo estuda muito sobre uma cultura, em algum momento, acaba cedendo à tentação de se questionar sobre o futuro e as modificações dessa cultura. É exatamente o que ocorre nessa obra. Além de outros pontos significativos, o autor tenta desvendar qual o futuro da nossa cultura em relação à religião. Focaremos nessa questão em especial, já que ela é a chave para o desenvolvimento do objetivo dessa pesquisa.

De acordo com Freud, aquele que decide ceder a essa tentação de predizer o futuro tem de saber de algumas dificuldades que poderá enfrentar, como: **1-** ter uma noção abrangente da espécie humana e não apenas de uma área do saber; **2-** lembrar que as expectativas dos indivíduos que vivem nessa cultura são individuais e relativas às suas vivências, não podendo ser generalizadas; **3-** o fato de as pessoas não darem a devida relevância para o momento presente, vivendo de forma ingênua. **4-** ter noção da “incerteza inerente a toda predicação”<sup>66</sup> em geral.

Seguindo sua argumentação, existiriam, então, dois aspectos evidentes da cultura humana: o primeiro é a capacidade do ser humano de unir todo o seu conhecimento e habilidades para controlar as forças da natureza e poder satisfazer as suas necessidades e o outro aspecto é a criação de “instituições necessárias para regulamentar as relações entre os indivíduos e, em especial, a distribuição dos bens obteníveis”<sup>67</sup>. São aspectos interdependentes, pois a relação de reciprocidade entre os indivíduos deve-se à satisfação pulsional causada pelos bens existentes, sendo que os próprios indivíduos podem se tornar um bem ao representarem um objeto para o outro, seja como objeto sexual ou como força de trabalho, mas principalmente, pelo fato do próprio homem mostrar-se como um inimigo da cultura, quando a cultura deveria ser de interesse geral.

Mas por que o homem se mostra como um inimigo da cultura se ele é incapaz de viver sozinho? O motivo é que a vida em cultura requer inúmeros sacrifícios dos indivíduos e é para

---

65 Mezan, R. (1985) Freud, pensador da cultura. São Paulo: Blucher, 2019. p. 579.

66 Freud, S. (1927). “O futuro de uma ilusão”. Em: *Freud – Obras completas (1926-1929)* Vol. 17. Companhia da Letras, 2014. p. 232, 233.

67 *Idem*, p. 233.

isso que servem as instituições, regulamentos e decretos, para defender a cultura das moções pulsionais hostis dos indivíduos. Essa defesa seria necessária, pois todas as criações humanas podem ser facilmente destruídas, e da mesma forma que a ciência e a técnica ajudaram a construir as criações, também podem ser usadas para destruí-las.

Para Freud, essas dificuldades em relação à cultura (do descontentamento dos indivíduos em relação a ela), na realidade, não seriam problemas próprios da cultura, de sua essência, mas sim da forma imperfeita com que as culturas foram desenvolvidas até o momento. Como consequência dessa imperfeição, podemos situar os avanços da humanidade em relação ao domínio da natureza. Tais avanços foram enormes e não se comparam com os avanços nas regulamentações dos assuntos humanos, que foram mínimos, e ainda levam os indivíduos a se questionarem se realmente vale a pena continuar defendendo as conquistas culturais.

A possibilidade de acreditar em um reordenamento das relações humanas de forma que fosse plausível os indivíduos não precisarem renunciar às suas pulsões, eliminando-se a fonte de seu descontentamento em relação à cultura, é, para Freud, uma hipótese pouco provável de se tornar realidade, pois, “parece, isto sim, que toda cultura tem de se basear na coação e na renúncia pulsional.”<sup>68</sup>

Se, até o momento, foi possível acreditar que os perigos que ameaçam a cultura poderiam ser evitados através de uma distribuição adequada dos bens vitais entre os indivíduos, agora temos que levar em conta um fator decisivo para a avaliação da cultura humana, o fator psicológico, em que todos os seres humanos são constituídos por tendências destrutivas, antissociais e anticulturais, que podem interferir e determinar sua conduta na sociedade.

Assim como a coação ao trabalho cultural, também é necessário que uma minoria domine a massa, pois, segundo Freud, a massa é inculta e indolente, não consegue se conscientizar da necessidade da renúncia às pulsões para a vida em cultura, nem mesmo sendo apresentada a bons argumentos. Além disso, diz Freud, na massa os indivíduos acabam influenciando negativamente uns aos outros, já que são coniventes com o desregramento. É por conta dessas duas características dos seres humanos que as instituições da cultura só obtêm um pequeno grau de sucesso em relação à coação das pulsões dos indivíduos: “eles não

---

68 *Idem*, p. 235. Tradução modificada.

se inclinam espontaneamente a trabalhar e os argumentos são ineficazes contra suas paixões.”<sup>69</sup>

Donde se segue, pensa Freud, a necessidade de um líder, pois esse seria um indivíduo exemplar que iria influenciar os demais a trabalharem e a renunciarem a suas pulsões para a manutenção da sociedade. Porém, a situação torna-se arriscada quando os líderes acabam cedendo excessivamente à massa por medo de perderem sua influência, pois a massa sempre tem de ceder mais ao líder do que este a ela, donde se segue a necessidade de que o líder seja independente da massa.

Mesmo com todos esses obstáculos que os homens têm em relação à cultura, por conta das renúncias pulsionais, segundo Freud os indivíduos possuem “patrimônios psíquicos da civilização”<sup>70</sup>, que são atributos psíquicos que possuem o objetivo de defender a cultura e indenizar os homens pelos sacrifícios feitos em seu nome. Como exemplo desses patrimônios temos o Supereu, o narcisismo, a arte (como uma gratificação substitutiva) e as ilusões (ou ideias religiosas).

As ideias religiosas podem ser consideradas como o maior patrimônio da cultura, pois, além de oferecerem a ilusão de recompensas pelas renúncias pulsionais, ainda fornecem duas concepções decisivas: a ideia de finalidade de vida, o que faz com que seja mais fácil para os seres humanos suportarem a existência e a “natureza indomada”<sup>71</sup> e uma solução para um dos maiores temores dos indivíduos, a morte, já que, segundo a religião, a vida supostamente continuaria após ela. Nesse sentido, Freud escreve:

As pessoas acreditam não poder suportar a vida, se não derem a tais concepções o valor que é reivindicado para elas. Cabe então perguntar: O que são essas concepções à luz da psicologia, de onde vem sua alta estima, e, arriscando timidamente, qual o seu real valor?<sup>72</sup>

Para explicar essa crença do homem nas ideias religiosas, Freud utiliza três respostas: **1-** os indivíduos têm fé nessas ideias, pois seus ancestrais também acreditavam nelas; **2-** existem provas de que acreditar em tais ideias é uma tradição desde a pré-história; **3-** por ser proibido fazer questionamentos relacionados à religião. Essa última resposta por si só já é

---

69 *Idem*, p. 237.

70 *Idem*, p. 239.

71 Com a expressão “natureza indomada” Freud está fazendo referência à crença dos seres humanos no “destino”, que a partir da minha leitura da obra, acredito estar estritamente relacionada com as frustrações dos indivíduos em relação à própria vida. *Idem*, p. 247.

72 *Idem*, p. 253.

muito contraditória, pois, se a base da crença religiosa fosse tão firme e absoluta como aparenta ser, não haveria motivos para existir uma proibição de questionamentos em relação a ela; pelo contrário, tais questionamentos seriam aceitos de bom grado pela sociedade. Em seguida, as outras duas respostas podem ser questionadas através da mesma linha de raciocínio: por que, afinal, as crenças dos ancestrais justificariam as crenças atuais? Ambas as concepções também são contraditórias se analisarmos que esses mesmos ancestrais também acreditavam em coisas nas quais hoje não acreditamos mais por causa do esclarecimento humano, ou seja, a geração atual possui muito mais conhecimento do que seus antepassados.

Portanto, o patrimônio cultural que teria mais peso na vida dos indivíduos, por ter a função de desvendar os mistérios do universo, na realidade é também aquele que possui a base mais frágil. E não se trata de supor que os antepassados acreditassem cegamente nessas ideias, mas de assumir que padeciam do medo de questioná-las.

Como uma tentativa de escapar desse problema de as bases religiosas serem frágeis, Freud afirma que os indivíduos são impelidos a acreditar nas ideias religiosas porque tais ideias estariam acima da razão.<sup>73</sup> Mas o que levaria o ser humano a aceitar algo que não possui uma explicação racional?

Essa crença é devida à gênese psíquica das ideias religiosas, pois tais ideias “são ilusões, realizações dos mais antigos, mais fortes e prementes desejos da humanidade; o segredo de sua força é a força desses desejos.”<sup>74</sup> E qual é o maior desejo da humanidade, senão a vontade de inibir o sentimento de desamparo? É exatamente isso o que a religião faz,

[ela] dá conta do desamparo humano por meio de uma ilusão a partir da qual somos protegidos por uma instância maior – um pai. É por esse caráter – o de realizar ilusoriamente os desejos mais antigos da humanidade de justiça e proteção – que o conhecimento religioso independe de comprovações empíricas: é sempre um ato de fé.<sup>75</sup>

Com o termo “ilusão”, Freud refere-se a uma motivação baseada na realização de um desejo, que não necessariamente precisa ser racional, e, por isso, ele vai dizer que todas as doutrinas religiosas não passam de ilusões, pois, como foi visto, não possuem bases racionais

---

73 Linha de pensamento de Tertuliano, teólogo cristão do século III, que ficou conhecido pela frase “*Credo quia absurdum*” (“creio por ser absurdo”), para ele o absurdo seria algo que ultrapassa os limites do entendimento humano, ou seja, em se tratando das questões de fé não seria necessário entender, pois não se trataria de um processo racional, mas sim de crer em algo supra racional. *Idem*, p. 264.

74 *Idem*, p. 266.

75 Chaves, W.; Pereira, K. *Freud e a Religião: a ilusão que conta uma verdade histórica*. Tempo Psicanalítico, Rio de Janeiro, v. 48.1, p. 112-127, 2016. p. 119.

e correspondem a desejos profundos<sup>76</sup> dos seres humanos, motivo pelo qual eles se apegam a essas ideias.

De acordo com Henriquez, para Freud, estas são as características da ilusão:

a crença, motivada pelo desejo, e a indiferença à realidade, ambas constituem a seiva da qual a ilusão retira sua força. De todas as ilusões, a religiosa é a mais inexplicável e a mais tenaz, visto ser a única que se funda sobre o amor por um objeto ausente e invisível, mas cuja luminosidade, portanto, não pode se embaçar. Podemos um dia descobrir os crimes de Stalin ou de Mao, mas não podemos descobrir os crimes de Deus ou suas brechas. O mais idealizado dos objetos sexuais acaba se cobrindo de rugas e mostrando suas imperfeições. Mas o objeto com o qual existe uma união mística se manterá sempre igual a si mesmo. O que garante a permanência de seu efeito é o fato dele existir fora de qualquer razão. Ele nos induziu, de uma vez por todas, na neurose e no sonho.<sup>77</sup>

Mesmo tratando-se de ilusões, em nenhum momento Freud discorda da premissa de que a religião colaborou em grande medida para a manutenção da cultura humana, e assume a possibilidade de que, se ela tivesse conseguido fazer a maioria dos indivíduos felizes, agora eles talvez não demonstrassem uma insatisfação em relação à cultura e à religião em si.

Ainda que Freud concorde com a importância da religião para conter inúmeras pulsões antissociais que poderiam ameaçar a cultura, ele pretende mostrar que manter a postura atual da sociedade em relação à religião pode ser mais perigoso para a cultura do que abandoná-la. Esse perigo, segundo ele, estaria relacionado a uma relativa atrofia do intelecto humano por causa dos estudos religiosos, pois nos primeiros anos de vida os pais já transmitem esses conceitos religiosos para as crianças. Consequentemente já se instala nelas o medo do inferno ou da ira divina, por exemplo, e, ao invés da criança desenvolver seu senso crítico, ela acaba interditando a si mesma possíveis dúvidas e questionamentos que poderiam vir a surgir sobre o assunto.

Claro que Freud admite a dificuldade que residiria em retirar a doutrina religiosa da vida dos indivíduos. Porém, ele também é otimista em acreditar que “a longo prazo, nada pode resistir à razão e à experiência”<sup>78</sup> e que, com os avanços da ciência, chegaria o momento

---

76 O desejo da proteção do pai, causado pelo desamparo paterno na infância, que leva o indivíduo a apegar-se à existência de outro pai, um pai divino e poderoso, que, além de suprir essa necessidade de proteção, ainda responde a enigmas que satisfazem o desejo humano de saber, como as questões sobre a origem do mundo e o sentido da vida. Freud, S. (1927). “O futuro de uma ilusão”. Em: *Freud – Obras completas (1926-1929)* Vol. 17. Companhia da Letras, 2014. p. 266.

77 Henriquez, E. Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: J. Zahar. 1990. p. 89.

78 Freud, S. (1927). “O futuro de uma ilusão”. Em: *Freud – Obras completas (1926-1929)* Vol. 17. Companhia da Letras, 2014. p. 298.

em que os indivíduos iriam acabar percebendo as falhas irracionais cometidas pela religião. Assim como em uma sociedade as leis são trocadas por novas leis que se adéquem melhor à época histórica dessa suposta sociedade, os indivíduos também se dariam conta da necessidade de confiar em uma nova doutrina, uma racional, que, mesmo não conseguindo explicar os mistérios do além, seria a mais racional e capaz de guiar a humanidade a uma nova era. Na visão de Freud, essa nova doutrina seria a ciência.

Esse otimismo e normatividade subscritos por Freud, a aposta de que a ciência poderia substituir a religião e, ainda assim, não se mostrar como uma ilusão, nos leva a concordar com o seguinte questionamento feito por Henriquez:

Pode-se perguntar, com razão, se Freud, ao contrário, não se dá conta (como todos os seres humanos) de que ele [Freud] jamais acabará com as ilusões, e que a ciência jamais poderá preencher o vazio criado pelo desaparecimento das ilusões, ao contrário, ela alimentará uma nova ilusão.<sup>79</sup>

Quase que como uma possível resposta que Freud daria para esse questionamento, encontramos essa frase no final de sua obra: “Não, nossa ciência não é uma ilusão. Seria ilusão, isto sim, acreditar que poderíamos obter de outras fontes aquilo que ela não pode nos dar.”<sup>80</sup> De certa forma, essa resposta acaba sendo paradoxal, mas, talvez, o que o próprio Freud concebe como sendo o futuro de uma ilusão seja, em si, uma ilusão; tanto no sentido de ser uma ilusão universal, como podemos observar na interpretação de Henriquez, em que ele diz o seguinte: “podemos dizer ser ela [a ciência] a mais forte de nossas ilusões, apesar das recusas de Freud”<sup>81</sup>, como também no sentido de ser uma ilusão do próprio Freud, ou seja, de ser um desejo dele que a ciência possa substituir a religião sem que pra isso ela implique em uma ilusão. Por fim, nas palavras de Henriquez,

Freud inclui-se na ilusão comum, a de acreditar que o mundo pode ser transformado pela educação. Mesmo que Freud o saiba, parece querer ignorá-lo talvez, para adiar, o mais possível, o momento em que se dará conta de que a ciência pode ser também um elemento fundador da infelicidade da humanidade, o que veremos em *O mal-estar na cultura*.<sup>82</sup>

---

79 Henriquez, E. Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: J. Zahar. 1990. p. 82.

80 Freud, S. (1927). “O futuro de uma ilusão”. Em: *Freud – Obras completas (1926-1929)* Vol. 17. Companhia da Letras, 2014. p. 301.

81 Henriquez, E. Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: J. Zahar. 1990. p. 95.

82 *Idem*. Modificado.

## 1.5 Um futuro não tão auspicioso

Quase que como uma continuação de *O futuro de uma ilusão*, Freud inicia sua obra *O mal-estar na cultura* discorrendo sobre o que seria, segundo Romain Rolland, a fonte do sentimento religioso, um “sentimento oceânico”<sup>83</sup>. De acordo com Henri Rey-Flaud,

Freud dá conta desse ‘sentimento’ ao interpretá-lo como reminiscência do eu-real originário sem cortes, sem bordas, sem temporalidade, do qual o sujeito-realidade ‘terminado’ guardou na memória obscura sob a forma de sentimento do infinito. Esse estado originário mítico, figura do primeiro narcisismo, mostra um mundo onde não acontece nada, posto que nada pode advir desse *apeiron* que não oferece ao ato nenhuma referência de lugar ou de tempo. Freud vai então inverter o argumento de Romain Rolland e mostrar que a vida do homem só é possível se ele renuncia a esse narcisismo para entrar no mundo do limite, quer dizer, da castração e da morte.<sup>84</sup>

Sabemos que a real fonte do sentimento religioso é, na verdade, ‘a nostalgia da proteção do pai’<sup>85</sup>. É como se os indivíduos ainda guardassem resquícios daquele sentimento, ainda não delimitado, do Eu, antes de ser instaurado o princípio de realidade; na fase adulta, esse sentimento é também o desejo de restaurar esse ‘estado oceânico’ anterior, estado esse em que os indivíduos não sofriam com as inúmeras possibilidades que ameaçam o Eu. Ou seja, segundo Freud, a associação desse sentimento, que é compartilhado por alguns indivíduos, “do narcisismo ilimitado”<sup>86</sup> à religião, é “um pedido de proteção endereçado a um salvador”<sup>87</sup>, já que é isso o que a religião pretende oferecer aos indivíduos.

Nesse momento, entramos em um ponto crucial para essa pesquisa, em que Freud diz o seguinte:

Em *O futuro de uma ilusão*, eu estava menos interessado nas fontes profundas do sentimento religioso do que naquilo que o homem comum entende como a sua religião, o sistema de doutrinas e promessas que de um lado lhe esclarece os enigmas deste mundo com invejável perfeição, e de

---

83 Freud, S. (1930) “O mal-estar na civilização”. Em: *Freud – Obras completas (1930-1936)* Vol. 18. Companhia das Letras, 2010. p. 15.

84 Le Rider et al. Em torno de O mal-estar na cultura, de Freud. São Paulo: Escuta, 2002. p. 21.

85 *Idem*.

86 Freud, S. (1930) “O mal-estar na civilização”. Em: *Freud – Obras completas (1930-1936)* Vol. 18. Companhia das Letras, 2010. p. 25.

87 Le Rider et al. Em torno de O mal-estar na cultura, de Freud. São Paulo: Escuta, 2002. p. 21.

outro lhe garante que uma solícita Providência velará por sua vida e compensará numa outra existência as eventuais frustrações desta.<sup>88</sup>

É a esse trecho que precisamos nos ater, pois o objetivo de *O mal-estar...* é investigar as razões da infelicidade conectada à cultura, qual a origem do mal-estar vinculado a essa condição. Com o desenrolar de suas pesquisas, Freud chega à conclusão de que a insatisfação em relação à cultura é devido às exigências que ela faz para que seja possível a vida em sociedade.

Essas exigências são, principalmente, a renúncia pulsional, tanto das pulsões sexuais, como das pulsões agressivas. O autor ainda percebe em suas pesquisas que a renúncia às pulsões agressivas causa ainda mais infelicidade do que a renúncia às pulsões sexuais, e que, se a natureza dos seres humanos é, predominantemente, agressiva (o que não condiz com a vida em cultura), então é necessário que existam mecanismos que sejam eficientes na inibição dessa agressividade, possibilitando a vida em cultura.

Logo, Freud chega à resposta de sua investigação. O psiquismo parece não estar de acordo com o processo civilizatório e, de acordo com ele, existem alguns operadores que acabam estabelecendo essa adequação (mesmo que problemática) do indivíduo à cultura. São eles: **1-** o processo de identificação; **2-** a repressão; **3-** o Supereu; **4-** a renúncia pulsional. Porém, de modo relacionado mais diretamente ao Supereu, Freud sustenta que existe nos seres humanos um sentimento que acaba sendo o fator mais importante (apesar de ser o menos perceptível) para a inibição da agressividade humana: o sentimento de culpa. Ele é também o responsável pelo sentimento de mal-estar.

Isso se dá da seguinte forma: quando não há uma autoridade para punir o indivíduo transgressor, para que ele não se sinta livre para dar vazão a suas pulsões, a instância psíquica do Supereu age no momento em que o indivíduo deseja, até porque, como já vimos antes, não existe diferença entre o desejo e o ato no psiquismo; sendo assim, o Supereu pune o indivíduo através de “sensações de angústia e fica à espreita de oportunidades para fazê-lo ser punido pelo mundo exterior”<sup>89</sup>.

Essa sensação de angústia gerada pelo Supereu para punir o Eu, é o sentimento de culpa; porém, na grande maioria das vezes, ele não é percebido como culpa por se tratar de um processo inconsciente; ele acaba sendo sentido pelos indivíduos como uma angústia ou

---

88 Freud, S. (1930) “O mal-estar na civilização”. Em: *Freud – Obras completas (1930-1936)* Vol. 18. Companhia das Letras, 2010. p. 26, 27.

89 *Idem*, p. 95.



um mal-estar, que, muitas vezes, sequer aparenta ter motivos. Nas palavras do autor: “O sentimento de culpa nada é, no fundo, senão uma variedade topográfica da angústia”<sup>90</sup>.

É nesse momento, em 1930, ao escrever *O mal-estar...*, que Freud parece finalmente unir os argumentos do que, até então, poderiam ser consideradas suas principais obras sobre a cultura, como anotam Chaves e Pereira:

No que concerne à religião, Freud fornece aqui [*O mal-estar...*] a chave para articularmos *Totem e tabu* e *O futuro de uma ilusão*: se é com a culpa oriunda da morte do pai primevo que surge a religião, como aponta o primeiro texto; e se essa culpa, em termos sociais, é oriunda do ódio fundamental de todo ser humano pela humanidade; então a religião realmente é análoga a uma neurose universal, e seu caráter ilusório se aproxima da estrutura de uma fantasia. Isso explica ainda a relação entre a religião e a moralidade: se é de um assassinato que ambas se originam, e a primeira se configura como uma tentativa de dar conta da agressividade desferida ao pai, a segunda nada mais é do que o redirecionamento, socialmente operado pela religião – aos moldes do Supereu – dessa agressividade de volta ao próprio sujeito, em formas de proibições morais.<sup>91</sup>

Porém, o problema aqui é justamente esse: a religião, na realidade, não cumpre totalmente seu papel como agente civilizador, pois, precisamos lembrar que Freud teceu três grandes críticas a ela, sendo elas: **1-** “coagir a razão infantil”<sup>92</sup>; **2-** “impor um modelo de felicidade único e restritivo”<sup>93</sup>; **3-** “ter falhado em sua missão de conciliar o homem com as renúncias pulsionais impostas pela civilização”<sup>94</sup>. A terceira crítica é crucial, já que em *O mal-estar...*, Freud coloca o sentimento de culpa como a resposta de sua pesquisa. Ou seja, não existiria cultura sem o sentimento de culpa; logo, se pensamos em uma falha da religião em conciliar os homens com as renúncias pulsionais, isso significa também que a religião não consegue realmente lidar com o sentimento de culpa, ela não é o suficiente para inibir esse sentimento que faz com que os indivíduos estejam tão insatisfeitos com a cultura e, ao mesmo tempo, que também constitui seu alicerce.

Portanto, se, como vimos no trecho<sup>95</sup> anterior escrito por Freud, a religião é culturalmente relevante por seu caráter ilusório (sim, ilusório, já que ela promete algo que não pode cumprir, que nem ao menos se limita a essa existência, e ainda explica enigmas que não

---

90 *Idem*, p. 108.

91 Chaves, W.; Pereira, K. *Freud e a Religião: a ilusão que conta uma verdade histórica*. Tempo Psicanalítico, Rio de Janeiro, v. 48.1, p. 112-127, 2016. p. 121.

92 Mezan, R. (1985) Freud, pensador da cultura. São Paulo: Blucher, 2019. p. 599.

93 *Idem*.

94 *Idem*.

95 “Cf. p. tal.” Em: *Freud – Obras completas (1930-1936)* Vol. 18. Companhia das Letras, 2010. p. 26, 27.

podem realmente ser explicados logicamente), então ela realmente não é tão diferente de outras 'ilusões', como a arte por exemplo. A diferença entre elas é que a arte é uma ilusão que se sabe ser ilusão, ou seja, psiquicamente nos traria um ganho ainda maior (já que, diferente da religião, teríamos consciência de que se trata de uma ilusão), se a hipótese de *O futuro de uma ilusão*, de um desvencilhamento dos seres humanos da religião, fosse passível de realização.

Porém, a questão aqui é que não é pela arte que Freud pretende uma substituição da religião, mas pela ciência; por mais concreta que ela possa ser, se, como vimos na seção anterior, a hipótese de Henríquez (de a ciência também corresponder a uma ilusão universal) estiver correta, então a mudança, entre as ilusões, pretendida por Freud, não trará ganhos para a humanidade, já que, nesse sentido, a ciência, assim como a religião, também não se sabe ser uma ilusão.

Sendo assim, finalizamos esse capítulo, depois de entendermos o lugar do desejo incestuoso e da religião na teoria freudiana da cultura, e, daí, concluimos que a religião, a cultura, a moralidade e os tabus são provenientes do complexo de Édipo. Contudo, chegamos ao seguinte questionamento: como o tabu do incesto é vinculado ao aparelho psíquico? Qual é o seu lugar na constituição do psiquismo?

Segundo Mezan, em seu livro *Freud, pensador da cultura*, o tabu do incesto seria a versão psíquica da regra da exogamia, e, se pensarmos que a regra da exogamia nada mais é do que uma renúncia pulsional necessária para a vida em cultura – ou seja, trata-se da repressão da pulsão nos indivíduos –, então, para chegarmos na articulação do tabu do incesto no psiquismo, é necessário compreendermos o mecanismo freudiano da repressão.

## CAPÍTULO 2

### 2. O mecanismo da repressão e suas modificações ao longo da teoria freudiana

Ao escrever o *Projeto*, em 1895, Freud acreditava que o mecanismo de defesa (que viria a ser especificado como repressão posteriormente) agia sob memórias reais de sedução que teriam ocorrido na infância, mas que só seriam entendidas e transformadas em angústia (por causa da excitação sexual que causa ao indivíduo) na puberdade, já que nesse momento Freud ainda acreditava que a sexualidade surgia apenas na puberdade.

Apenas a partir da *Carta 52*, direcionada a Wilhelm Fliess em 1896, Freud conclui que, na realidade, a repressão é direcionada a fantasias sexuais que o indivíduo produziu em sua infância, rompendo com a crença de que a sexualidade só surge na puberdade. Nas palavras de Caropreso e Simanke: “A repressão atuaria sobre desejos, não sobre recordações objetivas”<sup>96</sup>.

Nesse momento da *Carta 52*, o que Freud chama de repressão (*Verdrängung*) é o que tem lugar quando o “processo de transcrição dos traços mnêmicos poderia não ocorrer a uma parte do material representacional, caso isso resultasse em desprazer”<sup>97</sup>. Como Freud vincula o sistema consciente com representações linguísticas, as representações reprimidas por serem afastadas do consciente não possuíam representações de palavras e não poderiam tornar-se “conscientes pela via normal do pensamento. (...) A repressão, segundo Freud, seria uma defesa patológica”<sup>98</sup>. Portanto, nesse momento, Freud associa o inconsciente com o reprimido. Nesse sentido, Caropreso e Simanke escrevem:

As representações que permanecem integrando o sistema inconsciente seriam aquelas que não foram transcritas de acordo com suas relações verbais. Como, nesse momento, Freud chama de repressão a esse processo de falta de tradução, é possível dizer que sim: todas as representações que integram o sistema inconsciente encontram-se reprimidas. Não apenas elas, porém, mas também aquelas que integram o sistema dos signos de

---

96 Caropreso, F; Simanke, R. T. *Repressão e inconsciente no desenvolvimento da metapsicologia freudiana*. Ágora (PPGTP/UFRJ), v. 16, p. 201-216, 2013. p. 204.

97 *Idem*.

98 *Idem*.

percepção. Portanto, o inconsciente, em sentido estrito, seria apenas uma parte do reprimido.<sup>99</sup>

Em sua obra *A Interpretação dos sonhos* de 1900, ainda segundo Caropreso e Simanke, Freud reformula o que até então havia feito, adotando uma representação tópica do aparelho psíquico e modificando sua concepção de repressão, de forma que o inconsciente não possa mais ser apenas uma parte do reprimido. Retomemos então a argumentação do autor no capítulo VII de *A Interpretação dos sonhos*.

Freud inicia o capítulo VII com um questionamento que é feito a ele, principalmente por outros autores, de que não seria possível interpretar o conteúdo dos sonhos, uma vez que, ao elaborá-lo no estado de vigília, a elaboração não seria fiel ao conteúdo onírico. Porém, Freud irá dizer que é justamente esse conteúdo modificado no relato do sonho que é crucial para uma possível interpretação deste, já que, se ele foi modificado, isso ocorreu devido a se tratar de um conteúdo de extrema importância para o indivíduo ao ponto de ter de sofrer a censura onírica. Essa deformação do sonho é chamada de elaboração secundária. Por mais que possa parecer que ela ocorre de forma arbitrária, isso não é real, já que nada relativo ao sistema psíquico pode ocorrer de tal forma; para Freud, tudo o que é pensado, por mais desintencional que pareça ser, na realidade tem lugar através de uma cadeia de pensamentos que já havia ocorrido anteriormente. Nesse sentido, Freud escreve:

A interpretação dos sonhos pode começar aí. Ao solicitar que o narrador repita o sonho, eu lhe aviso que farei um esforço especial para solucioná-lo; logo ele protege, sob a pressão da resistência, os pontos fracos do disfarce do sonho, substituindo uma expressão reveladora por outra mais distante. Desse modo, chama a minha atenção para a expressão descartada. O empenho com que ele busca impedir a solução do sonho me permite inferir também o cuidado com que teceu o manto do sonho.<sup>100</sup>

Portanto, essa dúvida em relação à elaboração correta do sonho no estado de vigília é causada pela censura do sonho, que tem por objetivo o cerceamento dos pensamentos oníricos na consciência, utilizando de deslocamentos, substituições e da própria dúvida para alcançar tal fim. Essa dúvida não costuma ser questionada como um mecanismo de censura por sua sutileza, já que ela não costuma se dar diretamente com relação ao que seria considerado

---

99 *Idem*, p. 205.

100 Freud, S. (1900). “A interpretação dos sonhos”. Em: *Freud – Obras completas* (1900) Vol. 4. Companhia da Letras, 2019. p. 564.

como o elemento principal do sonho; ela apenas ataca os elementos que aparecem de forma lateral e parecem não ter grande importância para o indivíduo que teve o sonho.

No caminho percorrido entre os pensamentos oníricos e o sonho, ocorre uma transmutação que é essencial para o conteúdo onírico final: os valores psíquicos do conteúdo sofrem uma subtração para poderem passar pela censura. Por isso, coloca-se a necessidade de desconsiderar a dúvida sobre a verdade do conteúdo do sonho, pois sua finalidade é justamente impossibilitar tal interpretação. Cito Freud:

É justamente esse efeito da dúvida perturbadora da análise que a desmascara como um derivado e um instrumento da resistência psíquica. A psicanálise tem razão em ser desconfiada. Uma de suas regras é: qualquer coisa que perturbe o prosseguimento do trabalho é uma resistência.<sup>101</sup>

Logo, a censura onírica, ou resistência, é um produto do mecanismo da repressão, como é possível observar no processo de análise. Quando o analista consegue fazer com que o paciente se desvencilhe de um afeto desagradável, a censura é quebrada, conseqüentemente possibilitando que o paciente venha, em certa medida, a se lembrar de seus sonhos.

Mas, se muitas das vezes em que acordamos a resistência logo censura o sonho por inteiro, nos dando a sensação de que não sonhamos, por que então ela já não censura todo o trabalho do sonho de uma vez? Para esta questão, Freud irá dizer que, no estado de sono, a resistência tem seu poder diminuído em relação ao estado de vigília; por isso, acaba deixando elementos passarem no trabalho onírico; mas, assim que o indivíduo acorda, seu poder é restabelecido novamente, podendo censurar todo o sonho. “O estado de sono possibilita a formação do sonho ao diminuir a censura endopsíquica.”<sup>102</sup>

Segundo Freud, a censura poderia ocorrer de duas formas: **1-** aproveitando a censura diminuída, sendo necessária, então, a transmutação de valores psíquicos dos conteúdos em que as associações que possuem ligações profundas são substituídas por ligações superficiais, ou seja, a censura se volta apenas contra a ligação entre pensamentos; **2-** quando a censura ataca diretamente os pensamentos modificando-os e o essencial passa a ser a ligação entre eles. Em ambos os casos, o que ocorre é o que Freud chama de deslocamento, que, sob esse aspecto, nada mais é do que essa substituição de valores psíquicos.

Após explicar as objeções feitas, Freud passa então a pensar em como se daria a constituição típica do aparelho psíquico: “O aparelho psíquico deve ser construído como um

---

101 *Idem*, p. 566.

102 *Idem*, p. 576.

aparelho reflexo”<sup>103</sup>. Ao receber uma percepção, ela é gravada no aparelho psíquico como uma memória; os componentes desse registro são denominados por Freud de “traço mnêmico”. Porém, assim como já havia sido apontado por Joseph Breuer<sup>104</sup>, não seria possível o mesmo sistema que produziu a memória ser também o receptor da percepção do traço mnêmico. Por isso, Freud sustenta que cada atividade deve ser realizada por um sistema distinto. Sendo assim, nas palavras do autor, o aparelho se constituiria da seguinte forma:

suporemos que um sistema mais à frente no aparelho recebe os estímulos perceptivos, mas nada conserva deles, ou seja, não possui memória, e que por trás dele há um segundo sistema que transforma a excitação momentânea do primeiro em traços duradouros.<sup>105</sup>

Entre esses dois sistemas, o que recebe a percepção, ou consciente (*Cs*), e o que produz a memória, existem três outros sistemas: o sistema mnêmico, em que ocorre a associação dos traços mnêmicos, que irá tornar perceptível as ligações entre as percepções ao ser produzida a memória; em seguida o sistema inconsciente (*Ics*), pois é para lá que todas as lembranças vão, já que “são inconscientes em si mesmas”<sup>106</sup>, podendo ou não tornarem-se conscientes; por fim, temos o sistema pré-consciente (*Pcs*), pois é ele que possui acesso para o *Cs*. Logo, todo conteúdo *Ics* que venha a se tornar *Cs* precisa passar pelo *Pcs* que irá modificá-lo antes de enviá-lo para o *Cs*.

A reformulação da repressão na *Interpretação dos sonhos* se passa da seguinte forma. Existem duas formas de decurso da excitação: o processo primário, referente ao sistema inconsciente, “caracterizado pelo livre fluxo de quantidade”<sup>107</sup>; e o processo secundário, que corresponde ao pré-consciente, “caracterizado pela retenção de uma parte da excitação nas representações.”<sup>108</sup>

Desde o início do funcionamento psíquico, o processo primário já se faz presente, já que ele é o responsável pela descarga de excitação do aparelho. Já o processo secundário é estabelecido aos poucos, à medida que o processo primário vai sendo inibido. Porém, o processo secundário não consegue inibir totalmente o primário, pois, como o processo

---

103 *Idem*, p. 588.

104 Colega de Freud, com quem ele escreveu *Estudos sobre histeria*, obra publicada em 1895.

105 Freud, S. (1900). “A interpretação dos sonhos”. Em: *Freud – Obras completas* (1900) Vol. 4. Companhia da Letras, 2019. p. 588.

106 *Idem*, p. 590.

107 Caropreso, F; Simanke, R. T. *Repressão e inconsciente no desenvolvimento da metapsicologia freudiana*. Ágora ( PPGTP/UFRJ), v. 16, p. 201-216, 2013. p. 206.

108 *Idem*.

secundário só foi estabelecido um tempo depois do primário, as representações anteriores ao processo secundário não foram inibidas e “continuariam submetidas ao processo primário.”<sup>109</sup>

Esse conjunto de representações, que são anteriores ao processo secundário, é dividido em dois grupos, um grupo é formado pelas representações que não causam desprazer para o pré-consciente e o outro grupo é formado por representações que causariam um desprazer tão grande que seria “impossível de inibir.”<sup>110</sup>

O objetivo de toda moção de desejo é tornar-se consciente, ou seja, é atingir a satisfação. Mesmo as representações de desejos inconscientes não tendo acesso ao pré-consciente, esse continua sendo seu objetivo. “Por isso, esse sistema teria de fazer um esforço contínuo no sentido oposto para proteger-se contra a irrupção da exaltação oriunda do inconsciente – o que, mais tarde, Freud vai chamar de contra-investimento.”<sup>111</sup>

Porém, nem sempre o mecanismo de contra-investimento teria êxito e, ao falhar em bloquear o acesso das representações inconsciente ao sistema pré-consciente, leva à produção de desprazer. Para evitar o desprazer causado por tais representações, o aparelho tende a retirar

o investimento pré-consciente dessa representação (...), e a mesma cairia sob o domínio do processo primário, tornando-se inconsciente e insuscetível de consciência. Esse processo de retirada da ocupação de uma representação pré-consciente é agora definido como repressão.<sup>112</sup>

Em relação à formação do sonho, seu processo tem início no sistema inconsciente, já que sua força motriz vem de lá, mas ele é formado no pré-consciente, onde ficam os pensamentos oníricos. Assim, durante o dia a censura é estabelecida e o ‘desejo do sonho’ não consegue acessar o pré-consciente, mas, como dito anteriormente, o sono acarreta a diminuição da resistência, possibilitando a produção do sonho.

Se pensarmos que o desejo pelo incesto, que como vimos no capítulo anterior é constitutivo de todos os indivíduos, se manifesta no campo social através dos sonhos, percebemos que se trata de um desejo considerado imoral que, portanto, é reprimido. Assim,

---

109 *Idem.*

110 *Idem*, p. 207.

111 *Idem*. Modificado. Contra-investimento é um conceito descrito pela primeira vez por Freud em sua obra *A repressão* de 1915; com ele, o autor diz que, para ocorrer a repressão, é necessária a ação de duas forças constantes opostas, uma que vem da censura do *Cs* que repele e do outro lado uma força que atrai para o *Ics*.

112 *Idem*, p. 207, 208.

concluimos que o desejo incestuoso, que dá origem aos sonhos incestuosos<sup>113</sup>, também é originado no sistema inconsciente e impedido de se tornar consciente pela repressão. Concentremo-nos então em compreender os conceitos de inconsciente e repressão e a ligação entre eles.

## 2.1 Introdução do princípio de realidade na teoria freudiana

Antes de passarmos para a tentativa de compreender o argumento de Freud sobre a repressão, é importante lembrar que em 1900, quando ele formula a primeira tópica do aparelho psíquico, apenas um princípio regia o funcionamento psíquico, o princípio de prazer, que “tem por objetivo evitar o desprazer e proporcionar o prazer. É um princípio econômico na medida em que o desprazer está ligado ao aumento das quantidades de excitação e o prazer à sua redução”<sup>114</sup>. Porém, depois do caso Schreber (1911), Freud percebe a necessidade de investigar a relação do indivíduo com a realidade<sup>115</sup>, por notar o distanciamento existente entre a neurose e a psicose. Para isso, Freud escreve, também em 1911, o texto *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico*, em que sustenta que o funcionamento psíquico não é regido apenas pelo princípio de prazer, mas também pelo princípio de realidade. Essa nova guinada na teoria freudiana do aparelho psíquico acaba repercutindo em diversas alterações da teoria até então estabelecida, inclusive sobre o conceito de repressão.

Freud inicia esse texto de 1911 dizendo que os processos psíquicos primários obedecem ao princípio do prazer, ou seja, possuem a obtenção do prazer como objetivo, e, quando o aparelho psíquico se depara com processos desprazerosos, estes são levados à repressão. Como já mencionamos, esse argumento tem início em sua obra *A interpretação dos sonhos*, em que o autor irá “supor que o estado de repouso psíquico foi inicialmente perturbado pelas exigências imperiosas das necessidades internas. Nesse caso, o pensado

---

113 Na obra *Sexo e repressão na sociedade selvagem*, do antropólogo Bronislaw Malinowski, em suas pesquisas de campo na tentativa de compreender a vida sexual das sociedades consideradas selvagens, o autor percebeu que uma das formas de manifestação do desejo incestuoso no campo social era através dos sonhos.

114 Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (1982) *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 364.

115 O que se entende por realidade aqui, é a realidade psíquica. A realidade psíquica não necessariamente precisa condizer com a realidade material, ela apenas precisa possuir o valor de realidade no psiquismo do indivíduo.



(desejado) foi simplesmente colocado de modo alucinatório”<sup>116</sup> e, justamente por tratar-se de uma alucinação, o indivíduo não consegue alcançar a satisfação por meio deste encaminhamento, levando-o a abandonar essa ideia de prazer total causada pela ilusão, para lidar com a realidade e seus momentos de desprazer e prazer. Porém, isso traz um ganho, já que agora o prazer realmente conduz à satisfação. Estabelece-se então o que Freud chama de princípio de realidade. Nas palavras do autor:

Assim como o Eu-de-prazer não pode senão *desejar*, trabalhar pela obtenção de prazer e evitar o desprazer, o Eu-realidade necessita apenas buscar o que é útil e proteger-se dos danos. Na verdade, a substituição do princípio do prazer pelo da realidade não significa a deposição do princípio do prazer, mas a sua salvaguarda. Abandona-se um prazer momentâneo, incerto quanto a seus resultados, para ganhar, no novo caminho, um prazer seguro, que virá depois.<sup>117</sup>

“Esse estabelecimento do princípio de realidade resultou ser um passo de enormes consequências”<sup>118</sup>, tal qual a necessidade de fazer modificações no aparelho psíquico. Como por exemplo,

no lugar da repressão, que excluía do investimento uma parte das ideias emergentes, por gerarem desprazer, colocou-se o juízo imparcial, que deveria resolver se uma determinada ideia era verdadeira ou falsa, isto é, se concordava ou não com a realidade, e o fazia comparando-a com os traços de memória da realidade.<sup>119</sup>

Com a introdução do princípio de realidade, ocorreu também a separação de uma “atividade de pensamento”: a fantasia, que ficou livre do princípio de realidade.

A repressão permanece todo-poderosa no âmbito da fantasia; ela consegue inibir ideias *in statu nascendi*, antes que sejam notadas pela consciência, quando o seu investimento pode ocasionar o desprazer.<sup>120</sup>

Uma questão importante que Freud destaca nesse texto e que retoma, já como característica da repressão, em seu texto de 1915 sobre o conceito, é o fato de que, no âmbito dos processos inconscientes reprimidos, não tem relevância o fato de as memórias serem reais ou obra da fantasia do indivíduo, “(...) neles a prova da realidade não conta, a realidade do

---

116 Freud, S. (1911). “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico”. Em: *Freud – Obras completas* (1911-1913) Vol. 10. Companhia da Letras, 2020. p. 111.

117 *Idem*, p. 116, 117.

118 *Idem*, p. 112.

119 *Idem*, p. 113.

120 *Idem*, p. 116.

pensamento é equiparada à realidade externa, o desejo à sua realização”<sup>121</sup>, assim como ocorre com os processos psíquicos quando estão sob a vigência exclusiva do princípio do prazer.

## 2.2 A repressão

Como pudemos ver, desde o início da obra freudiana a repressão aparece ligada ao conceito de defesa. Mas em 1911, com o caso Schreber, Freud percebe a magnitude da repressão que passa “de um simples mecanismo de defesa para o nível de um mecanismo constitutivo do inconsciente”<sup>122</sup>, distinguindo um mecanismo de defesa que viria a ser a repressão originária em seu artigo *A repressão*, de 1915.

Logo no início de *A repressão*, o autor retoma o argumento usado em seu texto *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico*, quando diz que um dos destinos para a moção pulsional é a repressão, ou seja, a repressão diz respeito a uma situação em que uma pulsão que causaria desprazer ao indivíduo acaba tornando-se inoperante por ações de resistências do próprio sistema psíquico, que consistem em separar a representação de sua quantidade de afeto. Quando o desprazer tem origem no exterior, o indivíduo apenas necessita fugir de tais estímulos; mas, quando o desprazer é causado por uma pulsão, não há a possibilidade de fugir de algo interno, já que, como dissemos, o sistema não diferencia o desejo de sua realização.

A dificuldade que Freud enfrenta em relação à repressão é entender o porquê de uma moção pulsional ter tal destino, já que toda pulsão serve ao princípio do prazer.<sup>123</sup> Assim, ela deveria gerar prazer e não desprazer. Então, por que uma moção pulsional causaria desprazer ao indivíduo a ponto de ser reprimida? Para resolver essa questão, Freud busca entender as circunstâncias em que “o prazer da satisfação é transformado em desprazer”<sup>124</sup>. A resposta para esse questionamento consiste, em parte, nas exigências impostas pela vida em cultura<sup>125</sup>. Portanto, mesmo que ocorresse a satisfação da pulsão, ela acarretaria um grande

---

121 *Idem*, p. 119.

122 Jorge, M. A. C. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan*. Vol. 3: a prática analítica. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. v. 1. p. 23.

123 Era o que Freud acreditava, já que o autor elabora sua segunda teoria pulsional apenas em 1920.

124 Freud, S. (1915). “A repressão”. Em: *Freud – Obras completas* (1914-1916) Vol. 12. Companhia da Letras, 2015. p. 84.

125 Como pode ser observado através da análise da obra freudiana *O mal-estar na cultura*.

desprazer, desprazer este que seria muito mais forte do que o prazer oferecido pela realização de satisfação, levando enfim, à repressão de certas pulsões.

Se a repressão é causada, em certa medida, por um fator externo e, como vimos em obras anteriores de Freud (*A interpretação dos sonhos*), o mecanismo da repressão tem por essência “rejeitar e manter algo afastado da consciência,”<sup>126</sup> então essa essência do que seria a repressão faz com que Freud perceba uma correlação entre ela e o inconsciente, o que leva Freud “a formular a noção de repressão originária, isto é, de uma repressão que antecede tudo e está na origem mesma da constituição da estrutura do sujeito.”<sup>127</sup>

Segundo Freud, a repressão será constituída por três estágios. O primeiro é a fixação, que é antecedida pela repressão originária e consiste no impedimento do representante psíquico da pulsão de acessar o consciente; a fixação liga definitivamente a pulsão à sua representação, ou seja, ela é a “ligação entre afeto e sua agência representante.”<sup>128</sup>

O estágio da repressão propriamente dita corresponde ao vínculo de cadeias de pensamentos com a representação que estava no processo da repressão originária, pensamentos que, como consequência, acabam tendo o mesmo destino e sendo reprimidos também. “A repressão propriamente dita é, portanto, uma pós-repressão”<sup>129</sup>.

Sendo assim, a repressão propriamente dita ocorre através de duas forças: a repulsa, responsável por repelir do consciente tudo aquilo que pode ser conflituoso/desprazeroso para o Eu; a força de atração, que é responsável por atrair para aquelas representações primárias que ficaram no inconsciente tudo o que conseguir estabelecer uma ligação com elas. Cito Freud:

Deve-se ter em conta, em igual medida, a atração que o primordialmente reprimido exerce sobre tudo aquilo com que pode estabelecer contato. Provavelmente a tendência para a repressão não alcançaria seu propósito se essas forças não atuassem juntas, se não houvesse algo reprimido anteriormente, disposto a acolher o que é repelido pelo consciente.<sup>130</sup>

---

126 Freud, S. (1915). “A repressão”. Em: *Freud – Obras completas* (1914-1916) Vol. 12. Companhia da Letras, 2015. p. 85.

127 Jorge, M. A. C. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan*. Vol. 3: a prática analítica. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. v. 1. p. 22, modificado.

128 Namba, J. Estudos sobre as psicoses e a metapsicologia em Freud. In: Luiz Roberto Monzani e Ana Carolina Soliva Soria. (Org.). *Freud: Filosofia e Psicanálise*. 1ed. São Carlos: Edufscar, 2019, v. , p. 145-168. p. 155.

129 Freud, S. (1915). “A repressão”. Em: *Freud – Obras completas* (1914-1916) Vol. 12. Companhia da Letras, 2015. p. 86.

130 *Idem*, p. 86, 87.

E por fim, o terceiro estágio é o do retorno do reprimido, que ocorre a partir do “fracasso da repressão”<sup>131</sup>, tornando o conteúdo, até então reprimido, consciente. Isso ocorre “como consequência [de] uma regressão do desenvolvimento libidinal.”<sup>132</sup>

O mecanismo da repressão não anula o representante psíquico. Ele apenas o impede de se tornar consciente. O representante psíquico continua existindo livremente no inconsciente, inclusive continua estabelecendo conexões com outras representações. A repressão é móvel, e exige um grande dispêndio de energia para ser mantida. Ao ser interrompida, por ser móvel, ela se encerra e seria necessário estabelecer uma nova repressão. Por exigir muito gasto de energia ela acha expressão nas características psíquicas do sono, que representa uma poupança de energia, e, com o despertar, a repressão volta a se estabelecer. Nesse sentido, Jorge escreve:

Outra característica maior da repressão é a de que ela exige um constante dispêndio de força. Pois, se a repressão exerce uma pressão constante em direção ao consciente, é necessária igualmente uma contrapressão também incessante para equilibrá-la. Observe-se o quanto tal definição da repressão como um processo contínuo é congruente com a definição freudiana da pulsão como uma força constante (*konstant Kraft*). É precisamente esse ponto que Freud salientará posteriormente, em *Inibição, sintoma e angústia* (1926): ‘É porque as pulsões são contínuas em sua natureza que o eu tem de tornar segura sua ação defensiva por um dispêndio permanente (de energia). Essa ação empreendida para proteger a repressão é observável no tratamento analítico como resistência.’ Vê-se, assim, o quanto os processos de repressão produzem um acentuado consumo de energia psíquica para enfrentar a ação da força constante da pulsão.<sup>133</sup>

Esse é um dos motivos que explicam a necessidade de haver uma repressão originária, pois os processos secundários da repressão só poderiam surgir caso já houvesse uma divergência significativa entre os sistemas consciente e inconsciente. Portanto, “a repressão originária é verdadeiramente constitutiva do inconsciente.”<sup>134</sup> O que nos leva, então, a tentar compreender melhor a argumentação de Freud em sua obra *O inconsciente*, de 1915, e principalmente como o autor refere a constituição do aparelho psíquico à repressão originária.

---

131 Jorge, M. A. C. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan*. Vol. 3: a prática analítica. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. v. 1. p. 24. Modificado.

132 Caropreso, F; Simanke, R. T. *Repressão e inconsciente no desenvolvimento da metapsicologia freudiana*. Ágora ( PPGTP/UFRJ), v. 16, p. 201-216, 2013. p. 210.

133 Jorge, M. A. C. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan*. Vol. 3: a prática analítica. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. v. 1. p. 25, 26. Modificado.

134 *Idem*, p. 26. Modificado.

### 2.3 O Inconsciente

O que está em jogo nesse artigo de 1915 é principalmente a oposição que, nesse momento da primeira tópica freudiana, parece existir entre o sistema inconsciente e o pré-consciente–consciente. Segundo Monzani, em seu livro *Freud, o movimento de um pensamento*, essa oposição decorria do fato de que no sistema inconsciente era depositado todo o conteúdo reprimido, o que levava a crer que o mecanismo da repressão pertenceria aos outros dois sistemas<sup>135</sup>, como podemos observar logo no início da obra em questão.

Freud inicia o artigo *O inconsciente* destacando que, ao longo de suas pesquisas sobre a repressão, o objetivo de tal mecanismo mostrou-se ser o impedimento de certas representações de pulsões chegarem ao consciente, e não a aniquilação de tais representações. Essas representações que passam pelo processo da repressão vão ficar então no inconsciente, mas isso não significa que não causem efeitos nos indivíduos. Como podemos observar, nas palavras do autor: “Tudo que é reprimido tem de permanecer inconsciente, mas constatamos logo de início que o reprimido não cobre tudo que é inconsciente. O inconsciente tem o âmbito maior; o reprimido tem uma parte do inconsciente”<sup>136</sup>.

Freud supõe um sistema inconsciente mediante as várias lacunas encontradas durante a prática clínica e suas pesquisas. Ele percebe que a consciência acaba não dando conta, por exemplo, de estabelecer ligações entre diversas representações, quando na realidade tais representações não parecem de forma alguma estar ligadas entre si, e isso ocorre com a psique de todos os indivíduos, independentemente de estarem doentes ou sadios do ponto de vista psíquico.

Um dos pontos determinantes da psicanálise foi o estabelecimento de duas fases, incluindo um exame entre elas (que seria a censura), pelas quais um ato psíquico deveria sempre passar:

Na primeira fase ele é inconsciente e pertence ao sistema *Ics*; se no exame ele é rejeitado pela censura, não consegue passar para a segunda fase; então

---

135 Esse argumento é revisto por Freud em 1923 em sua obra *O Eu e o Isso*, ao perceber que as coisas não se passam bem assim, que na realidade “aquilo que reprime, o sistema defensivo, está no mesmo nível inconsciente que a instância reprimida, [ou seja, a própria] defesa é, em si, inconsciente.” Monzani, L. R. *Freud, O Movimento de Um Pensamento*. 2. ed. Campinas: Edunicamp, 1989. p. 237. Modificado.

136 Freud, S. (1915). “O Inconsciente”. Em: *Freud – Obras completas* (1914-1916) Vol. 12. Companhia da Letras, 2015. p. 100.

ele é ‘reprimido’ e tem que permanecer inconsciente. Saindo-se bem no exame, porém, ele entra na segunda fase e participa do segundo sistema, o que denominamos *Cs*<sup>137</sup>. Mas essa participação não chega a determinar inequivocamente a sua relação com a consciência<sup>138</sup>

Essa determinação inequívoca não ocorre porque isso não torna o ato psíquico consciente, mas apenas passível de consciência.

Nesse momento do texto, Freud ainda não discrimina totalmente a divisão entre os sistemas *Cs* e *Pcs*, tomando-os quase que como um só. Esse é um dos principais pontos que distingue a psicanálise da psicologia descritiva da consciência, pois o que Freud está tentando fazer é considerar “a topologia da psique, e indicar, acerca de um ato psíquico qualquer, no interior de qual sistema ou entre quais sistemas ele se passa”<sup>139</sup>. Lembremos que a questão aqui é justamente entender a topologia do aparelho psíquico, sendo que essa topologia não possui, segundo Freud, relação com a anatomia.

A primeira questão posta pelo autor vai ser em relação à transposição de um ato psíquico de um sistema para outro. Essa mudança consistiria apenas em uma mudança de estado ou, na realidade, o registro inconsciente original é mantido, criando-se um segundo registro que se encontraria em uma outra localidade psíquica? A hipótese de só haver um registro que muda de estado parece, diz Freud, ser a mais plausível, mas, nesse momento do texto, ele ainda não tem a resposta para esta questão.

Outra questão importante é compreender que, apesar de, como dissemos anteriormente, uma representação poder ser consciente ou inconsciente, uma pulsão jamais pode entrar nessa classificação, já que não pode ser objeto da consciência. O objeto da consciência é a ideia (ou representação) que representa a pulsão, que está ligada a ela. Portanto, por mais que ela nos apareça como um estado afetivo, o que nos leva a crer que ela seria consciente, na realidade a moção pulsional jamais muda de estado, apenas sua representação pode vir a tornar-se objeto da consciência, assim como seu afeto. Sobre as moções afetivas, Freud escreveu:

O uso das expressões ‘afeto inconsciente’ e ‘emoção inconsciente’ remete aos destinos do fator quantitativo da moção pulsional, em consequência da repressão. Sabemos que esses destinos podem ser três: ou o afeto continua

---

137 Na obra *O inconsciente*, Freud opta por utilizar as abreviaturas *Cs* (consciência), *Ics* (inconsciente) e *Pcs* (pré-consciente) para se referir às palavras em seus sentidos sistemáticos.

138 Freud, S. (1915). “O Inconsciente”. Em: *Freud – Obras completas* (1914-1916) Vol. 12. Companhia da Letras, 2015. p. 109,110.

139 *Idem*, p. 110.

como é, no todo ou em parte; ou se transforma num montante de afeto qualitativamente diferente, sobretudo em angústia; ou é suprimido, ou seja, seu desenvolvimento é interrompido.”<sup>140</sup>

Esse terceiro destino do afeto é justamente o objetivo da repressão. O que nos leva à compreensão do motivo pelo qual não estaria incorreto utilizar a expressão ‘afeto inconsciente’, pois todas as vezes que a repressão consegue atingir seu objetivo com êxito, o afeto que é separado de sua representação acaba culminando em angústia.

Em uma tentativa de descrever melhor o mecanismo da repressão, Freud diz que se trata de um processo de retirada de investimento que ocorre nas fronteiras dos sistemas psíquicos inconsciente e pré-consciente, o que nos leva à seguinte questão: “em qual sistema ocorre a retirada e a qual sistema pertence o investimento retirado”<sup>141</sup>?

Se, mesmo sendo reprimida, a ideia<sup>142</sup> ainda é “capaz de ação no *Ics*”<sup>143</sup>, então ela “deve ter conservado seu investimento”<sup>144</sup>, o que nos leva a crer que não é o investimento *Ics* que é retirado quando ocorre a repressão, mas outra coisa. Freud dá o exemplo do que ocorre com a repressão propriamente dita, em que só é retirado o investimento pré-consciente, fazendo com que a ideia permaneça sem investimento, “ou recebe investimento do *Ics*, ou conserva o investimento *Ics* que já possuía antes”<sup>145</sup>.

Contudo essa explicação ainda não dá conta da razão pela qual a ideia não continua tentando acessar o sistema *Pcs*, já que novamente ela estaria investida. Para explicar esse ponto, Freud depara-se com a necessidade de acrescentar um

outro processo, que no primeiro caso sustente a repressão, e no segundo cuide da sua produção e continuidade, e só podemos enxergá-lo na suposição de um *contrainvestimento*, através do qual o sistema *Pcs* se proteja do assalto da ideia inconsciente<sup>146</sup>.

Portanto é esse *contrainvestimento* que será o responsável por garantir a permanência da repressão, impedindo que as representações reprimidas acessem o sistema *Pcs*.

---

140 *Idem*, p. 116. Tradução modificada.

141 *Idem*, p. 119.

142 O termo utilizado por Freud é *Vorstellung*, que pode ser traduzido tanto por ideia, quanto por representação.

143 Freud, S. (1915). “O Inconsciente”. Em: *Freud – Obras completas* (1914-1916) Vol. 12. Companhia da Letras, 2015. p. 119.

144 *Idem*.

145 *Idem*.

146 *Idem*, p. 120.

A partir dos conceitos de investimento e contrainvestimento, além dos pontos de vista tópico e dinâmico, Freud está incluindo também o ponto de vista econômico dos ‘fenômenos psíquicos’, que tem por objetivo compreender as quantidades de excitação e seus destinos. É nesse momento que o autor decide nomear esse ramo de estudos de *metapsicologia*; em suas palavras: “Proponho que seja denominada *metapsicológica* uma exposição na qual consigamos descrever um processo psíquico em suas relações *dinâmicas, topológicas e econômicas*.”<sup>147</sup>

Voltando para as características próprias do sistema *Ics*, Freud diz que o cerne do *Ics*

consiste em representantes pulsionais que querem descarregar seu investimento, de moções de desejo, portanto. Essas moções pulsionais são coordenadas entre si, coexistem sem influência mútua, não contradizem umas as outras. Quando duas moções de desejo são ativadas ao mesmo tempo, e suas metas nos parecem claramente incompatíveis, as duas moções não subtraem algo uma da outra ou eliminam uma a outra, mas concorrem para a formação de um objetivo intermediário, um compromisso.<sup>148</sup>

Esse sistema é diferente dos outros principalmente pelo fato de não produzir juízos em relação às representações, que se distinguem umas das outras apenas através da quantidade de investimento. Ocorre nele uma mobilidade muito grande da quantidade de investimento. Uma representação pode, então, diminuir totalmente sua quantidade de investimento através do processo de deslocamento, e uma segunda representação pode acolher para si todo esse investimento que foi deixado pela primeira através do processo de condensação. Esses dois processos são equivalentes ao processo psíquico primário; já no sistema *Pcs*, encontra-se o processo secundário.

Outros aspectos que são característicos do sistema *Ics* é que seus processos são atemporais, ou seja, não possuem nenhum tipo de relação com o tempo, também não se subordinam ao princípio de realidade, funcionando apenas de acordo com o princípio do prazer. A única forma de conseguirmos acessar o inconsciente seria através dos sonhos ou das neuroses. Resumindo, nas palavras de Freud: “ausência de contradição, processo primário (mobilidade dos investimentos), atemporalidade e substituição da realidade externa pela

---

147 *Idem*, p. 121.

148 *Idem*, p. 126, 127. Tradução modificada.



psíquica são as características que podemos esperar encontrar nos processos do sistema *Ics*.”<sup>149</sup>

O inconsciente não se relaciona com o pré-consciente apenas pelo mecanismo da repressão; os dois sistemas possuem várias relações entre si, como por exemplo a de cooperação. O inconsciente não é um órgão acabado que serve apenas como receptáculo para as representações desprazerosas, ele é “algo vivo, capaz de desenvolvimento”<sup>150</sup> e altamente organizado.

É nesse momento do texto que Freud exclui definitivamente a possibilidade da hipótese da duplicação dos registros da representação nos sistemas psíquicos, pois se, para uma representação passar de um sistema para o outro ela precisa passar pela censura, então não seria possível ela possuir vários registros; em vez disso, seria necessário que um único registro transitasse pelos sistemas sofrendo modificações.

Essa censura estaria localizada entre o fim de um sistema e o início de outro, ou seja, entre o *Ics* e *Pcs* e entre *Pcs* e *Cs*; sendo que a primeira censura é estabelecida diretamente para o *Ics* e a segunda é para seus derivados que conseguiram contornar a primeira censura e passar para o *Pcs*. Quando esses derivados conseguem também atingir o *Cs*, eles aparecem “como formações substitutas e sintomas”<sup>151</sup>. Já o caminho inverso, do *Cs* ao *Ics*, é livre para a passagem das percepções externas.

Para finalizar as possíveis características do *Ics*, Freud distingue, então, as representações conscientes das inconscientes da seguinte forma: o que anteriormente<sup>152</sup> era chamado pelo autor de

representação consciente do objeto se decompõe para nós em *representação da palavra* e em *representação da coisa (...)* a representação consciente abrange a representação da coisa mais a da palavra correspondente, e a inconsciente é apenas a representação de coisa.<sup>153</sup>

Para chegar a esse argumento fundamental para a elaboração que Freud faz do inconsciente, o autor retomou dois conceitos de sua obra *Sobre a concepção das afasias: um estudo crítico*, de 1891: os conceitos de representação de palavra e representação de objeto. A

---

149 Freud, S. (1915). “O Inconsciente”. Em: *Freud – Obras completas (1914-1916)* Vol. 12. Companhia da Letras, 2015. p. 128.

150 *Idem*, p. 131.

151 *Idem*, p. 135.

152 Em 1891, como explicado logo na sequência.

153 Freud, S. (1915). “O Inconsciente”. Em: *Freud – Obras completas (1914-1916)* Vol. 12. Companhia da Letras, 2015. p. 146.

representação de objeto, nessa obra de 1915, é denominada de representação de coisa, e a representação de objeto “passa a designar o complexo formado pela representação de palavra mais a representação de coisa.”<sup>154</sup> Sendo assim, teríamos o processo primário equivalente à ocupação do aparelho com representações de coisas e, à medida que tais representações fossem adicionadas às representações de palavras, teríamos então o processo secundário. Ou seja, ainda na obra de 1915 é possível encontrar como sendo característica do inconsciente o processo primário e, do pré-consciente, o processo secundário. A diferença relativamente à obra *A interpretação dos sonhos* é que no texto de 1915 “é a palavra que possibilita a ligação da excitação em estado livre e (...) o surgimento do processo secundário é uma consequência do sobre-investimento trazido pela representação de palavra.”<sup>155</sup>

Portanto, no sistema inconsciente encontra-se a representação de coisa. Quando essa representação de coisa estabelece ligações com as representações de palavras, surge o pré-consciente, ou seja, ocorre uma substituição do processo primário pelo secundário; e toda representação que não possui sobre-investimento é reprimida e permanece no inconsciente. O fato de uma representação de coisa possuir uma ligação com a representação de palavra não faz dela uma representação consciente, apenas possibilita que ocorra tal passagem de estados por estar no pré-consciente.

Sendo assim, podemos inferir que o inconsciente é o primeiro sistema psíquico, os demais só são instituídos nos indivíduos a partir de um desdobramento deste. Por isso, certas representações estão presentes no âmago do *Ics*, já que estas foram as primeiras representações adquiridas em um momento em que ainda não haviam sido estabelecidos os demais sistemas. Portanto, o mecanismo da repressão originária está estritamente ligado à constituição do aparelho psíquico, pois ele “está na origem das primeiras formações inconscientes,”<sup>156</sup> o que nos leva a suspeitar que é esse o lugar do tabu do incesto no psiquismo.

---

154 Caropreso, F; Simanke, R. T. *Repressão e inconsciente no desenvolvimento da metapsicologia freudiana*. Ágora ( PPGTP/UFRJ), v. 16, p. 201-216, 2013. p. 209.

155 *Idem*. Modificado.

156 Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (1982) *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 435.

## 2.4 Trauma, repetição e pulsão de morte

O mecanismo da repressão originária continuará como um conceito nebuloso por um bom tempo na obra freudiana. Apenas em 1926, ao escrever *Inibição, sintoma e angústia*, Freud irá finalmente conseguir explicá-lo plenamente, vinculando o conceito “a vivências traumáticas originárias”<sup>157</sup>. Segundo Caropreso e Simanke, a explicação do autor é elaborada da seguinte forma:

A hipótese central de Freud agora, portanto, é a de que o nascimento consistiria numa vivência traumática originária e, assim, a ocasião de uma angústia primordial que viria a atribuir caráter traumático a uma série de vivências posteriores, dando origem a uma sucessão de novas formas de angústia que estariam na base da repressão e seriam derivadas daquela gerada pelo trauma do nascimento.<sup>158</sup>

Contudo, essa conclusão só pode ser alcançada por conta de uma nova teoria pulsional apresentada por Freud em 1920 em sua obra *Além do princípio do prazer* e também pela reformulação da teoria do aparelho psíquico em 1923. Passemos, então, para a compreensão dessa ‘nova’ pulsão, a pulsão de morte, que seria, como diz Monzani em sua obra *Freud, o movimento de um pensamento*, o cerne do inconsciente. Esse novo conceito acarretou em mudanças para certos aspectos da teoria freudiana, inclusive o enriquecimento da teoria da repressão. Nesse sentido, Monzani escreve:

Nessa perspectiva, teria havido verdadeiramente, a partir dos anos 20, uma dupla ruptura no pensamento freudiano: a primeira seria cronológica, pois a partir de *Além do princípio do prazer* Freud repensa de maneira radical os fundamentos da teoria psicanalítica. (...) A primeira ruptura, ‘horizontal’, por assim dizer, se acoplaria à segunda, ‘vertical’: o estatuto da teoria não é mais o mesmo. Antes ciência, agora metafísica.<sup>159</sup>

Mesmo antes de *Além do princípio do prazer*, Freud já sustentava uma dualidade pulsional, mas nesse primeiro momento tratava-se de uma dualidade entre as pulsões sexuais (que visavam atingir o prazer do órgão) e as pulsões do Eu (autopreservação); Freud escolhe contrapor as pulsões sexuais e as pulsões do Eu, pois em seu texto de 1911, *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*, o autor atribui às pulsões de

157 Caropreso, F; Simanke, R. T. *Repressão e inconsciente no desenvolvimento da metapsicologia freudiana*. Ágora (PPGTP/UFRJ), v. 16, p. 201-216, 2013. p. 211.

158 *Idem*, p. 213.

159 Monzani, L. R. *Freud, O Movimento de Um Pensamento*. 2. ed. Campinas: Edunicamp, 1989. p. 151, 152.

autoconservação o papel de agentes da realidade, enquanto as pulsões sexuais seriam agentes do princípio do prazer.

Porém, em 1914 ao escrever *Introdução ao narcisismo*, Freud acaba percebendo que a linha pela qual ele tenta separar as pulsões sexuais das pulsões do Eu, é extremamente tênue e, na realidade, a libido é a energia de ambas, de modo que possuem a mesma natureza. A dualidade passa, então, a ser traçada entre a libido do Eu e a libido objetal.

Mas, ao escrever *Além do princípio do prazer*, Freud retoma a sua teoria da dualidade pulsional, só que agora entre as pulsões de vida e as pulsões de morte. As duas teorias são diferentes entre si, sendo a dualidade sua única característica em comum. Tentemos compreender, então, essa nova teoria pulsional para entender sua relação com a repressão.

Para conseguir chegar ao conceito de pulsão de morte, Freud observou através da clínica, diversos fenômenos repetitivos, inclusive os sonhos traumáticos, fenômeno que não se encaixava em sua tese de *A interpretação dos sonhos*: se todo sonho é uma realização de desejo, como pode um indivíduo sonhar repetidamente com um acontecimento traumático e desprazeroso?

Se, como vimos anteriormente, o funcionamento psíquico é regido pelos princípios de prazer e de realidade, isso significa que a maior parte dos processos psíquicos levaria ao prazer e uma parte seria inibida pelo princípio de realidade, visando a renúncia temporária do indivíduo ao prazer e causando o desprazer. Mas não é isso o que realmente ocorre e que pode ser observado na clínica.

Essas questões levam Freud a tentar entender quais são as circunstâncias que impedem o prevalecimento do princípio do prazer. Ele se depara com três situações: **1-** o princípio de realidade; **2-** a repressão; **3-** o perigo externo; porém, essa terceira situação, por mais que cause desprazer, não contraria o domínio do prazer, o que leva Freud a querer investigar melhor essa situação.

A primeira forma de perigo externo apontada por Freud são as circunstâncias que provocam as neuroses traumáticas: as catástrofes naturais, os acidentes graves e as guerras. A neurose traumática corresponde a um estado psíquico que ocorre posteriormente a um acidente com risco de vida, mas que, obrigatoriamente, não cause uma grande lesão física, pois quanto maior o trauma físico menos se nota o trauma psíquico, já que ocorreria um enorme investimento narcísico no órgão lesionado. É necessário também que esse acidente seja acompanhado de um susto, ocasionando um estado de pavor no indivíduo.

Freud percebe então que um dos sintomas da neurose traumática é a repetição, já que os doentes têm a tendência de sonhar com o trauma vivido; ato que contradiz a proposta do autor em *A interpretação dos sonhos*, de que todo sonho seria uma realização de desejo. Nesse momento, o autor ainda não consegue explicar essa peculiaridade, mas começa a perceber em diversos outros processos psíquicos essa mesma tendência à repetição, como no fenômeno da transferência e nas brincadeiras infantis.

Freud fica intrigado com a seguinte questão: como a criança poderia repetir em forma de brincadeira uma vivência dolorosa? Essa repetição não condiz com o princípio do prazer, parecendo implicar outra função do aparelho psíquico, algo ainda mais anterior do que obter prazer e evitar o desprazer. Nas palavras de Freud, “se existe um ‘além do princípio do prazer’, é coerente admitir que também houve uma época anterior à tendência dos sonhos a realizar desejos.”<sup>160</sup>

Freud começa a fazer investigações nesse sentido e acaba percebendo uma característica que irá se revelar importante para as pulsões e, conforme ele argumenta aqui, de toda a vida orgânica: a compulsão à repetição. A questão, então, é que “há uma compulsão à repetição que está além e em oposição ao princípio do prazer”<sup>161</sup>. Mas, qual é o conteúdo dessa repetição? Seu conteúdo é “o material reprimido, via de regra ligado aos eventos da sexualidade infantil e da situação edípica.”<sup>162</sup>

Por mais que o conteúdo da repetição seja o reprimido, ainda assim, a compulsão à repetição não está em desacordo com o princípio do prazer, já que a repetição do conteúdo reprimido pode significar desprazer para o Eu, mas também significar o ganho de prazer para o Isso.

É importante para essa pesquisa a associação que Freud faz nesse momento entre a compulsão à repetição e a repressão, pois é exatamente essa associação que o levará à compreensão da repressão originária em *Inibição, sintoma e angústia*. Como é possível observar no trecho a seguir, Freud já se referia às vivências traumáticas originárias:

Mas o fato novo e digno de nota que agora iremos descrever é que a compulsão à repetição também traz de volta aquelas experiências do passado

---

160 Freud, S. (1920). “Além do princípio do prazer”. Em: *Freud – Obras completas (1917-1920)* Vol. 14. Companhia da Letras, 2010. p. 196.

161 Monzani, L. R. *Freud, O Movimento de Um Pensamento*. 2. ed. Campinas: Edunicamp, 1989. p. 184.

162 *Idem*.

que não contêm nenhuma possibilidade de prazer e que mesmo naquela época não puderam ser satisfações.<sup>163</sup>

Chama a atenção a forma com que os conceitos de pulsão, repressão originária e compulsão à repetição estão ligados entre si e a forma com que juntos parecem desembocar na constituição do próprio aparelho psíquico e, como especulação dessa pesquisa, originando também a proibição do incesto.

Freud tenta embasar sua teoria da existência de uma compulsão orgânica à repetição através da embriologia, com exemplos de protozoários unicelulares, e da biologia, em que ele utiliza do exemplo dos peixes e das aves migratórias que migram na época da desova para se encontrarem novamente em seus antigos lugares de habitação. A partir disso, Freud faz uma construção conceitual, através dos fatos da embriologia e dos fenômenos da hereditariedade, em que ele diz que existe uma compulsão orgânica à repetição.

Portanto, é importante pensarmos que, agora, juntamente com os demais processos psíquicos do inconsciente, como por exemplo, o deslocamento e a condensação, é preciso incluir mais um à lista: “a repetição, [ela] é um dos modos pelos quais o inconsciente trabalha seus conteúdos, é um dos operadores do inconsciente, ou melhor, é um dos seus modos de funcionamento. Repetir é um dos modos de ser do psiquismo inconsciente”<sup>164</sup> e, segundo os estudos de Freud, é um dos modos de ser de todo organismo vivo.

Para melhor compreendermos sobre a compulsão à repetição, acompanhemos Monzani na consideração de que estão presentes no inconsciente dois tipos de materiais:

1) o reprimido enquanto tal; e 2) os representantes pulsionais. Esses representantes pulsionais têm uma fonte (somática), uma finalidade (a satisfação, a eliminação da tensão), um objeto (aquilo através do qual se obtém a satisfação) e um fator motor, uma exigência de trabalho que aparece como uma pressão.<sup>165</sup>

A pulsão, em seu estado livre, corresponde a uma energia, a uma força constante em direção ao seu objetivo. “Se o inconsciente se caracteriza por ser um estado livre e selvagem da energia, com uma quase total mobilidade, é porque isso está inscrito na natureza da pulsão,”<sup>166</sup> tornando a domesticação das pulsões o objetivo dos demais sistemas psíquicos.

163 Freud, S. (1920). “Além do princípio do prazer [Jenseits des lustprinzips]”. Em: *Além do princípio do prazer [Jenseits des lustprinzips]. Obras incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020. p. 91.

164 Monzani, L. R. *Freud, O Movimento de Um Pensamento*. 2. ed. Campinas: Edunicamp, 1989. p. 184.

165 *Idem*, p. 185.

166 *Idem*.

Ora, isso significa dizer, então, que o modo de existência dos fenômenos inconscientes é determinado, desse ponto de vista, pelas características e atributos das pulsões enquanto existem nessa forma livre. E se a repetição é uma das características da mente inconsciente, isso significa dizer que a pulsão é nela mesma repetitiva.<sup>167</sup>

Até mesmo as pulsões que parecem ser coniventes com a transformação e o progresso, na realidade só atendem às mudanças para preservá-las para a repetição, com o objetivo de alcançar um estado originário antigo, fazendo valer a ‘nova’ hipótese freudiana de que “todas as pulsões querem restabelecer algo anterior.”<sup>168</sup> Dessa forma, segundo a natureza conservadora das pulsões, esse estado anterior a ser restabelecido tem de ser um estado anterior ao vivente. Se o estado anterior à vida era o inanimado e se o destino de todos os seres vivos é a morte, o retorno a esse estado inanimado, seria o estado desejado por todos os viventes, “tornando, então, a morte o objetivo da vida e a vontade de retornar ao inanimado a primeira pulsão.”<sup>169</sup>

Esse objetivo das pulsões, de retornar ao inorgânico, acaba gerando um paradoxo, o paradoxo do prazer, já que, segundo o que sabemos sobre as pulsões autoconservadoras<sup>170</sup>, existiria uma desarmonia em relação aos seus objetivos e a essa característica das pulsões de que toda a vida pulsional serve à realização da morte. Sobre esse paradoxo do prazer, Monzani escreve:

De um lado ele parece ser o guardião, por excelência, da vida, na medida em que parece tender a reconduzir sistematicamente o aparelho anímico ao seu estado ideal de funcionamento. Mas, por outro lado, ele parece expressar essa tendência ao escoamento total das tensões, das excitações internas, fazendo com que o prazer supremo seja idêntico ao alcançar uma redução a zero, isto é, à morte, ao aniquilamento total da vida. Guarda-costas da vida ou laçao da morte?<sup>171</sup>

Para resolver essa questão, Freud percebe que, mesmo o organismo buscando retornar ao inanimado, ainda assim ele pretende morrer à sua maneira, por motivos internos, donde se segue a necessidade das pulsões autoconservadoras: elas estão a serviço de prolongar o curso

---

167 *Idem.*

168 Freud, S. (1920). “Além do princípio do prazer”. Em: *Freud – Obras completas (1917-1920)* Vol. 14. Companhia da Letras, 2010. p. 203, tradução modificada.

169 Ferreira, I. B. *O lugar do conceito de sentimento de culpa em "O Mal-estar na Cultura"*. Orientadora: Léa Silveira. 2018. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018. p. 31.

170 Conjunto de pulsões que teriam por objetivo a autoconservação do indivíduo; pulsões que trabalhariam a favor da conservação da vida. No primeiro dualismo pulsional, correspondem às pulsões do Eu.

171 Monzani, L. R. *Freud, O Movimento de Um Pensamento*. 2. ed. Campinas: Edunicamp, 1989. p. 200.

da vida de forma que os indivíduos não deem cabo dela antes do desejado pelo organismo. Isso mostra, então, que na realidade não existe uma oposição entre as pulsões de vida e as pulsões de morte, já que as pulsões de vida trabalham a favor das pulsões de morte.

Portanto, isso explica o motivo pelo qual os processos psíquicos não resultam apenas no prazer, levando o autor a perceber que sua tese, de que seria o princípio do prazer que regularia o aparelho psíquico, não estaria totalmente correta, já que a tendência ao princípio do prazer estaria “a serviço de uma função, à qual cabe tornar o aparelho psíquico isento de excitação, ou conservar o montante de excitação dentro dele constante ou o menor possível.”<sup>172</sup>

Como afirmamos no início dessa seção, a implementação da nova teoria pulsional acarretaria no enriquecimento da teoria freudiana, mas também em mudanças que precisariam ser feitas para agregar a nova pulsão. Uma das maiores mudanças, por exemplo, foi a da teoria do aparelho psíquico, que precisou ser reformulada, pois a primeira tópica já não era mais suficiente para explicar inúmeros processos psíquicos. O que nos leva à tentativa de compreensão da segunda tópica freudiana, já que, como foi dito anteriormente, esta será importante para, em seguida, retomarmos nossa argumentação sobre o mecanismo da repressão originária.

## 2.5 A segunda tópica freudiana

Três anos depois de escrever *Além do princípio do prazer*, Freud elabora sua percepção da necessidade de uma reformulação do aparelho psíquico, já que sua primeira tópica não é mais suficiente para explicar certos aspectos com os quais ele se depara na clínica e principalmente pela instauração de sua nova teoria pulsional. Sendo assim, Freud apresenta sua segunda teoria do aparelho psíquico em sua obra *O Eu e o Isso* de 1923, texto em que o autor nomeará três instâncias psíquicas (Eu, Isso e Supereu), refazendo então o desenho do aparelho psíquico.

Essa necessidade de reformulação se dá a partir de alguns problemas e impasses da primeira tópica, já que ela foi estabelecida praticamente em torno da oposição entre o sistema

---

172 Freud, S. (1920). “Além do princípio do prazer”. Em: *Freud – Obras completas (1917-1920)* Vol. 14. Companhia da Letras, 2010. p. 236.



inconsciente e o sistema pré-consciente-consciente, o que levava a uma dimensão de identificação do inconsciente com o reprimido, como se a instância repressora pertencesse ao sistema pré-consciente-consciente. Mas Freud percebe, e tenta mostrar esse ponto em *O Eu e o Isso*, que as coisas não se passam bem assim, que, na realidade, a instância repressora também pertence ao inconsciente, ou seja, a própria “defesa é, em si, inconsciente”<sup>173</sup>; é possível observar em trechos<sup>174</sup> da obra *O inconsciente*, que o autor já deixava claro que o inconsciente não deveria ser confundido com o reprimido.

Freud chega ao conceito de inconsciente a partir da teoria da repressão, mas, nesse momento, ele vai dizer que existem dois tipos de inconsciente: “o que é latente, mas capaz de consciência, e o reprimido, que em si e sem dificuldades não é capaz de consciência.”<sup>175</sup> Esse inconsciente latente e passível de alcançar o consciente, será chamado de pré-consciente.

Porém, mesmo com os três sistemas da primeira tópica (*Ics, Pcs e Cs*), Freud percebe através da clínica que eles não são o suficiente, já que, nas palavras do autor:

encontramos no próprio Eu algo que é também inconsciente, comporta-se exatamente como o reprimido, isto é, exerce poderosos efeitos sem tornar-se consciente, e requer um trabalho especial para ser tornado consciente.<sup>176</sup>

Portanto, agora temos também a possibilidade de uma parte do Eu ser inconsciente, o que leva Freud a uma investigação mais detalhada do Eu. Para isso, ele utiliza-se do termo ‘Eu’, e do termo ‘Isso’, criado por Georg Groddeck para designar “poderes desconhecidos e incontroláveis”<sup>177</sup> que conduziriam a vida do indivíduo, ou seja, a parte *Ics* da psique. Em suas palavras:

Proponho que a levemos em consideração, chamando de *Eu* a entidade que parte do sistema *Pcp* e é inicialmente *pcs*, e de *Isso*, segundo o uso de Groddeck, a outra parte da psique, na qual ela prossegue, e que se comporta como *ics*.<sup>178</sup>

---

173 Monzani, L. R. Freud, *O Movimento de Um Pensamento*. 2. ed. Campinas: Edunicamp, 1989. p. 237.

174 “Tudo que é reprimido tem de permanecer inconsciente, mas constatemos logo de início que o reprimido não cobre tudo que é inconsciente. O inconsciente tem o âmbito maior; o reprimido é uma parte do inconsciente.” Freud, S. (1915). “O Inconsciente”. Em: *Freud – Obras completas (1914-1916)* Vol. 12. Companhia da Letras, 2015. p. 100.

175 Freud, S. (1923). “O Eu e o id”. Em: *Freud – Obras completas (1923-1925)* Vol. 16. Companhia da Letras, 2011. p. 21.

176 *Idem*.

177 *Idem*. p. 28.

178 *Idem*, p. 29, tradução modificada.

A partir desse novo conceito, Freud faz, então, uma nova topografia do aparelho psíquico, em que o Eu encontrar-se-ia na superfície e o Isso logo abaixo dele, sem contato com o consciente, apenas com uma parte do reprimido. Sendo assim, a forma que o reprimido teria para comunicar-se com o Eu, seria através do Isso. O Eu e o Isso são como duas vertentes de uma mesma coisa. O que os diferencia é o que os governa: enquanto o Isso é governado pelo princípio do prazer, o Eu, por estar em contato direto com o mundo externo, acaba instaurando o princípio de realidade, na tentativa de fazê-lo valer para o Isso também. “A percepção tem, para o Eu, o papel que no Isso cabe à pulsão. O Eu representa o que se pode chamar de razão e circunspeção, em oposição ao Isso, que contém as paixões.”<sup>179</sup>

Outra peculiaridade percebida por Freud na clínica e que acaba tendo grande relevância para a construção da segunda tópica, surge através do sentimento inconsciente de culpa. Em suas palavras:

um tal sentimento de culpa inconsciente tem papel decisivo, em termos econômicos, num grande número de neuroses, e ergue os maiores obstáculos na direção da cura. Querendo retornar à nossa escala de valores, teremos de afirmar: Não só as coisas mais fundas do Eu, também as mais altas podem ser inconscientes.<sup>180</sup>

Em sua obra *Luto e Melancolia* de 1917, Freud percebeu que “um investimento objetal é substituído por uma identificação”<sup>181</sup> e essa substituição é essencial para a formação do que seria o caráter do Eu. Esse processo se dá da seguinte forma: nos primórdios do desenvolvimento libidinal dos indivíduos, o isso faz investimentos objetais enquanto o Eu, ao se tornar ciente de tais investimentos, “aprova-os ou procura afastá-los mediante o processo da repressão”<sup>182</sup>. Se, como dito anteriormente, ocorre uma substituição do investimento objetal por uma identificação, essa substituição acarreta uma alteração do Eu, pois ele acaba assumindo para si traços daquele objeto, em uma tentativa narcísica de compensação ao Isso, trocando a libido objetal por uma libido narcísica, suscitando o “abandono das metas sexuais, uma dessexualização, ou seja, uma espécie de sublimação.”<sup>183</sup>

Essas primeiras identificações ocasionadas pelo abandono dos investimentos objetais, nos levam então “à origem do ideal do Eu, pois por trás dele se esconde a primeira e mais

---

179 *Idem*, p. 31, tradução modificada.

180 *Idem*, p. 34.

181 *Idem*, p. 35.

182 *Idem*, p. 36.

183 *Idem*, p. 37.

significativa identificação do indivíduo, aquela com o pai da pré-história pessoal”<sup>184</sup>, mas que não ocorre através desse abandono objetal, pois ela é muito mais antiga e anterior a isso, estabelecendo-se com o fim do complexo de Édipo, instaurando então uma “dupla face do ideal do Eu”<sup>185</sup> a qual moldará o Supereu: “Assim (como o pai) você deve ser [e] assim (como o pai) você não pode ser, isto é, não pode fazer tudo o que ele faz; há coisas que continuam reservadas a ele.”<sup>186</sup>

Dessa forma,

o Supereu conservará o caráter do pai, e quanto mais forte foi o complexo de Édipo tanto mais rapidamente (sob influência de autoridade, ensino religioso, escola, leituras) ocorreu a sua repressão, tanto mais severamente o Supereu terá domínio sobre o Eu como consciência moral, talvez como inconsciente sentimento de culpa.<sup>187</sup>

O Supereu<sup>188</sup> é então a primeira identificação e o herdeiro do complexo de Édipo, e ele possui relações estreitas com o Isso. Mas,

como acontece de o Supereu manifestar-se essencialmente como sentimento de culpa (ou melhor, como crítica; sentimento de culpa é a percepção no Eu que corresponde a essa crítica) e desenvolver tão extraordinário rigor e dureza para com o Eu?<sup>189</sup>

Para responder a essa questão, Freud volta-se para a melancolia, na qual se encontra um Supereu extremamente forte e sádico em relação ao Eu. Na melancolia, tudo se passa como se toda a pulsão de morte do indivíduo estivesse centralizada no Supereu e voltada para o Eu. Nesse sentido, Freud escreve: “o que então vigora no Supereu é como que pura cultura da pulsão de morte.”<sup>190</sup>

As tendências de destruição em relação ao objeto amado são provenientes do Isso, porém, o Supereu, que pune tais tendências, acaba punindo o Eu como se ele fosse o responsável por essas tendências, mesmo que também lute contra elas. O Eu acaba ficando

184 *Idem*, p. 38, 39.

185 *Idem*, p. 43.

186 *Idem*, p. 42, 43.

187 *Idem*, p. 43, tradução modificada.

188 Nesse momento da obra *O Eu e o Isso*, quando Freud aborda sobre o Supereu, ele faz referência à possibilidade dessa instância psíquica guardar traços da evolução da espécie que seriam transmitidas através das gerações, ou nas palavras de Freud, “uma herança da evolução para a cultura imposta pela era glacial.” (FREUD, 2011, p. 44). O autor aborda também sobre a possibilidade de aquisições filogenéticas através do Isso, porém, não irei me ater aqui ao assunto, já que esse não é o objetivo dessa pesquisa.

189 Freud, S. (1923). “O Eu e o id”. Em: *Freud – Obras completas (1923-1925)* Vol. 16. Companhia da Letras, 2011. p. 66, tradução modificada.

190 *Idem*.

desamparado, pois é atacado de ambos os lados pelas outras duas instâncias psíquicas, precisando defender-se, de um lado, dos estímulos do Isso e, do outro, das censuras do Supereu que o culpa pelos desejos do Isso.

As pulsões de morte acabam tendo vários destinos nos indivíduos, como por exemplo quando são exteriorizadas como agressividade. Também podem aparecer como componentes eróticos ou “prosseguem desimpedidos o seu trabalho interior.”<sup>191</sup> Como, poderia então, o Supereu vir a tornar-se um desses destinos? O que ocorre aqui “é como um deslocamento, uma volta contra o próprio Eu,”<sup>192</sup> pois, se o indivíduo é impedido de exteriorizar suas pulsões de destruição, isso significa que tais pulsões são interiorizadas pelo Supereu, voltando-as para o Eu, punindo-o por seus desejos.

Como pudemos observar na seção anterior e nessa, a pulsão de morte tem um papel decisivo na constituição dos processos psíquicos dos indivíduos, por mais ‘silenciosa’ que ela seja. Diferentemente das pulsões de vida, nos parece que é ela que realmente conduz o aparelho. Segundo Bairrão,

Nesse caso, a ‘caluniada’ pulsão ‘destrutiva’ meramente restauraria uma pureza e simplicidade originária, repondo o sujeito em casa no seu estatuto originário de não ser. E se a morte fosse, com o perdão da expressão, a matéria-prima original do sujeito?<sup>193</sup>

Talvez essa indagação feita por Bairrão tenha uma grande parcela de veracidade e, para compreender as razões relacionadas a isso, será necessário retomar a linha de raciocínio em que estávamos, voltando para a compreensão do mecanismo da repressão originária e da obra *Inibição, sintoma e angústia*.

## 2.6 A repressão originária e o trauma do nascimento

Como já dissemos anteriormente, apenas em 1926, ao escrever a obra *Inibição, sintoma e angústia*, Freud irá conseguir avançar em sua compreensão do mecanismo da repressão originária. Mas, primeiramente, é necessário ressaltar que essa obra possui como

---

191 *Idem*, p. 68.

192 *Idem*.

193 Bairrão, J. F. M. H. O Protagonismo da Morte. *Freud: filosofia e psicanálise*. 1ed. São Carlos: Edufscar, 2019. p. 76.

pano de fundo a obra *O trauma do nascimento: e seu significado para a psicanálise*, publicada em 1924 por Otto Rank, e a argumentação desse livro de Rank é imprescindível para entender o movimento que a obra freudiana fez em 1926 que acabou levando ao mecanismo da repressão originária.

*O Trauma do Nascimento*, obra que Rank dedicou a Freud, foi também a obra em que o autor acabou rompendo com o movimento psicanalítico da época. Rank acompanhou durante um longo tempo o debate incitado por Freud, no círculo vienense de psicanálise, sobre o nascimento ser um trauma que leva os indivíduos a experimentarem pela primeira vez a angústia, e escreveu *O Trauma do Nascimento* como uma forma de se aprofundar no tema. Porém a obra não foi bem recebida, pois o autor propõe mudanças à prática da psicanálise. Freud considera o nascimento como sendo a primeira experiência de angústia, porém acredita que a fonte da neurose é de natureza sexual; já Rank acredita que até mesmo a neurose possui sua fonte no trauma do nascimento. A obra de Rank leva Freud a escrever, em *Inibição, sintoma e angústia*, sobre seu ponto de vista a respeito do ato do nascimento, o que acaba culminando em uma crítica a Rank<sup>194</sup>.

Antes de passarmos para a obra freudiana, tentaremos entender como se dá o trauma do nascimento para Rank e sua importância para a constituição da vida psíquica dos indivíduos, para compreendermos como a obra freudiana foi construída a partir de uma crítica a Rank.

Rank inicia a obra explicando como observou em inúmeros casos clínicos a reprodução do nascimento nas análises, tanto que era comum os pacientes expressarem que sentiam como se estivessem “nascendo novamente”. O autor explica que tudo se passava como se o processo da análise imitasse o período da gestação e sua conclusão fosse o parto em si, ou seja, a separação do corpo da mãe. Portanto, essa fantasia criada na análise nada mais seria do que uma repetição do parto real do indivíduo. Nas palavras de Rank:

Em uma série de análises concluídas de forma bem-sucedida, chamou minha atenção o fato de que, na fase final, o processo de cura se refletia com muita regularidade no inconsciente, na forma simbólica e bastante conhecida do nascimento. [...] E, assim, a análise se revela, em última instância, como

---

194 Castro, E. G. “Introdução: Um trauma e seus desdobramentos”. Em: *O Trauma do Nascimento: e seu significado para a psicanálise*. São Paulo: Cienbook, 2016. p. 15.

sendo a realização ulterior do trauma, ainda não completamente superado, do nascimento.<sup>195</sup>

Por não ter sido superado e por se tratar de um trauma, o traço de memória do nascimento é reprimido. Se o trauma do nascimento é o primeiro traço de memória a ser reprimido, chegamos então ao ponto de origem do mecanismo da repressão, e em contrapartida, Rank lança a hipótese de a própria memória ter sua origem no mecanismo da repressão. Sendo assim, o autor chega à seguinte conclusão: “todas as recordações infantis podem, de certa forma, ser consideradas como ‘recordações encobridoras’”<sup>196</sup> e isso se deve ao fato de que tais lembranças, através do método da associação livre, levariam à recordação da mais penosa de todas, a do trauma do nascimento. Levando em conta a hipótese proposta por Rank e sua última conclusão, alcançamos a seguinte formulação: por um lado, a memória é atraída por esse mecanismo da repressão, ou como é chamado pelo autor ‘repressão primitiva’, e por outro lado, ela acaba sendo “reproduzida posteriormente, a título de substituição daquilo que é realmente reprimido – o trauma primitivo.”<sup>197</sup>

Em resumo, para o autor, o trauma do nascimento daria origem ao mecanismo da repressão, que, por sua vez, originaria a memória. Esta, como uma forma de substituição, ocasionaria, então, a repetição desse processo. Essa repetição pode ser encontrada através do processo da análise. Nesse sentido, Rank escreve: “o inconsciente do paciente se utiliza da situação de cura da análise para repetir o trauma do nascimento e, assim, sentir-se parcialmente aliviado.”<sup>198</sup>

Mais uma peculiaridade sobre o trauma do nascimento com que Rank se deparou através da análise clínica é a fobia de animais, tanto de animais pequenos quanto de grandes, porém, dos predadores grandes em especial, pois esse “animal (grande) é um símbolo maternal repleto, primeiro de prazer e, em seguida, de medo;”<sup>199</sup> o medo de ser devorado por esses animais (ou “pelo corpo animal da mãe”<sup>200</sup>) e o desejo de voltar a fazer parte do corpo da mãe. Já os animais pequenos simbolizam o feto ou o pênis, como no caso da serpente, em que o autor dá o exemplo de uma crença predominante de algumas tribos australianas, que acreditam que espíritos animais, para dar origem às crianças, entram no corpo da mãe através

---

195 Rank, O. (1924). *O Trauma do Nascimento: e seu significado para a psicanálise*. São Paulo: Cienbook, 2016. p. 26, 27.

196 *Idem*, p. 29.

197 *Idem*, p. 30.

198 *Idem*, p. 33.

199 *Idem*, p. 36.

200 *Idem*, p. 35.

do umbigo, na forma de uma serpente para as crianças do sexo masculino e na forma de uma maçarico<sup>201</sup> para as do sexo feminino. Portanto, “toda manifestação de medo infantil corresponde a uma manifestação parcial do medo do nascimento”<sup>202</sup>, o que nos leva também a uma hegemonia da pulsão de morte, pois, se existe um medo real do nascimento e um desejo de voltar ao útero materno, temos também um desejo intenso e inconsciente de retornar ao inanimado, o que explicaria a questão posta, anteriormente, por Bairrão.

Essa hegemonia pode ser encontrada também na questão da sexualidade infantil, em que o autor irá dizer que basicamente toda a questão gira em torno da famosa pergunta “de onde vêm os bebês?”, como uma forma de tentar chegar a essa lembrança que foi reprimida. Até mesmo o ato de pedir um irmãozinho, pedido que se mostra recorrente entre as crianças, seria uma forma indireta de tentar entender como se dá o nascimento. Porém, na realidade, não é o ato em si da concepção que interessa à criança, mas sim o “como se entra ali, [revelando então uma] tendência em retornar para onde estava antes.”<sup>203</sup>

Contudo, Rank vai dizer que o problema central será a negligência do feminino nas teorias sociais e científicas. O autor acredita que essa negligência se dá, não pelo fato da mulher ser subestimada, mas sim por causa de “uma repressão primitiva, que pretende depreciar e renegar a mulher social e intelectualmente, justamente por causa de sua ligação original com o trauma do nascimento.”<sup>204</sup> Essa repressão se dá também com o genital feminino, já que teria sido através dele que os indivíduos teriam irrompido a este mundo e separado-se da mãe; um exemplo dessa repressão é descrito pelo autor como a negação dos meninos pelo genital feminino, e para as meninas manifesta-se através da “inveja do pênis”. Rank vai dizer que a inveja, na realidade, não é um sentimento de inferioridade, como dizia Freud, mas sim uma forma de negar aquele genital que lhe causou o trauma.

Como a inveja do pênis era o que levava ao complexo de castração feminino (que no caso se dá como algo já consumado), a aceitação da castração pela menina a leva a substituir a separação da mãe no trauma do nascimento por uma identificação com ela, fazendo com que o ato sexual retome, tanto para o homem quanto para a mulher, a situação primitiva. Essa encenação do trauma do nascimento através do ato sexual ocorre porque, para o homem, a penetração representa de forma simbólica um retorno ao corpo materno, e, para a mulher,

---

201 Espécie de ave.

202 Rank, O. (1924). *O Trauma do Nascimento: e seu significado para a psicanálise*. São Paulo: Cienbook, 2016. p. 38.

203 *Idem*, p. 47.

204 *Idem*, p. 52. Tradução modificada.

“acontece algo semelhante, pois esta, graças à intensa libido clitoriana que experimenta na masturbação, pode identificar-se em maior escala – geralmente bem maior – com o pênis e, por extensão, com o homem e, assim, aproximar-se indiretamente da situação intrauterina.”<sup>205</sup>

O que nos leva à seguinte questão: não estaria o trauma do nascimento estritamente ligado, de certa forma, com o incesto? Pois, se esse é o maior trauma de todos os indivíduos e se, sem exceções, todos anseiam por retornar ao útero materno, poderíamos inferir que o incesto é uma forma simbólica de tentativa de consumir tal retorno. Freud, em *Inibição, sintoma e angústia*, concorda com essa teoria de que o ato sexual é uma tentativa de retornar ao útero materno, nas palavras do autor: “A alta apreciação narcísica do pênis pode alegar que a posse desse órgão envolve a garantia de uma reunificação com a mãe (a substituta da mãe) no ato do coito.”<sup>206</sup>

Tendo em vista essas novas descobertas sobre o ato do nascimento ser a primeira angústia sentida pelos indivíduos e que, inclusive, para Rank, continua sendo a fonte de todas as angústias e neuroses não só na infância, mas também na fase adulta, Freud, então, escreve sua própria obra sobre o assunto, uma obra que tem por objetivo tentar entender o papel da angústia nas neuroses e sua relação com os sintomas.

O autor inicia a obra fazendo uma distinção entre sintomas e inibições, porém, considera ambos como sendo características de patologias psíquicas. O sintoma é descrito como o resultado de uma repressão. Como nesse momento (1926) sua teoria do aparelho psíquico já foi reformulada, Freud vai dizer, então, que essa repressão é proveniente do Eu, que acaba reprimindo investimentos vindos do Isso que não são ‘aceitos’ pelo Supereu, mantendo-os longe da consciência.

Porém, mesmo a ideia, vinda do Isso, tendo sido reprimida, a moção pulsional que estava ligada a essa ideia continua livre, apesar de passar a ser transformada em desprazer pelo Eu, o que nos leva a não ver mais o Eu como totalmente submisso às vontades do Isso. Essa transformação da moção pulsional, de prazer em desprazer, ocorre da seguinte forma: “o Eu retira o investimento (pré-consciente) do representante da pulsão a ser reprimida e o aplica na liberação de desprazer (angústia).”<sup>207</sup>

---

205 *Idem*, p. 53.

206 Freud, S. (1926). “Inibição, sintoma e angústia”. Em: *Freud – Obras completas* (1926-1929) Vol. 17. Companhia da Letras, 2014. p. 81.

207 *Idem*, p. 22, tradução modificada.



A angústia não é apenas um produto da repressão. Ela é, antes de tudo, um afeto, que, como diz Freud, possui sua sede no Eu. Sua origem está em vivências traumáticas muito antigas (não só da angústia, mas de todos os afetos), que acabam vindo à tona sempre que ocorre uma situação semelhante ao trauma anterior. O primeiro trauma e a primeira experiência de angústia vivida por todos os indivíduos se dá no ato do nascimento, mas Freud já deixa claro (e com isso percebemos uma forma de contestar os argumentos apresentados por Rank em *O trauma do nascimento*) que isso não significa que toda angústia sentida ocorra por “uma reprodução da situação do nascimento.”<sup>208</sup>

Sendo assim, o sintoma tem origem a partir da ação da repressão nas moções pulsionais. Quando uma repressão não é totalmente bem-sucedida, a moção pulsional acaba encontrando um substituto, mas esse, por sua vez, acaba não desembocando no prazer ao ser satisfeito; na realidade, a própria satisfação tem lugar como um sintoma, assumindo “o caráter de coerção.”<sup>209</sup> Nesse sentido, Freud escreve:

O processo substitutivo tem a descarga dificultada possivelmente pela motilidade; mesmo quando isso não sucede, ele tem de se esgotar na alteração do próprio corpo e não pode se estender ao mundo exterior; é-lhe interdito se converter em ação. Como sabemos, na repressão o Eu trabalha sob a influência da realidade externa e, por isso, exclui que o processo substitutivo ocorra com sucesso nesta realidade.

O que nos leva a questionar a posição dada ao Eu em *O Eu e o Isso* que, como dito anteriormente, parecia um Eu submisso às vontades do Isso, mas também do Supereu; o Eu que Freud descreve nessa nova obra não parece exercer um papel de submissão, mas sim de coerção em relação aos desejos do Isso. O que ocorre aqui é que, na realidade, o Eu é uma organização, ele não é oposto ao Isso. O Isso e o Supereu são parte dele, e, por ele possuir uma “energia dessexualizada”<sup>210</sup>, acaba sendo uma ‘ponte’ entre todos os compostos dessa organização.

Nesse momento, Freud passa para a tentativa de compreensão dos sintomas da neurose histérica que, segundo ele, nos levará também à compreensão do problema da angústia. Mas esta acaba sendo uma tentativa falida que não colabora com sua pesquisa, assim como a análise dos sintomas da histeria de conversão, que também não o leva a resultados satisfatórios. Por fim, ele recorre à tentativa de analisar os sintomas da neurose obsessiva.

---

208 *Idem*, p. 23.

209 *Idem*, p. 25.

210 *Idem*, p. 28.

Existem dois tipos de sintomas da neurose obsessiva: eles “ou são interdições, medidas de precaução, penitências, de natureza negativa, portanto; ou, pelo contrário, satisfações substitutivas, frequentemente em camuflagem simbólica.”<sup>211</sup> A principal característica dos sintomas da neurose obsessiva é a tentativa de união da punição e da satisfação, já que a ambivalência possui grande influência na neurose obsessiva (como vimos no capítulo anterior), o que leva Freud a crer que esses sintomas são formados pelo Eu e pelo Supereu, e estão em constante luta contra o reprimido.

Na neurose obsessiva, temos o complexo de Édipo como seu ponto de partida e o complexo da castração como o que move a defesa, que vai justamente em direção a qualquer resquício do complexo de Édipo. O que ocorre aqui, então, é uma regressão libidinal ao período de latência, e já que, com o fim do complexo de Édipo, estabelece-se o Supereu, nesse momento, nos deparamos com um fortalecimento ainda mais rigoroso deste, característico da neurose obsessiva. Já na puberdade,

graças a essa camuflagem das tendências eróticas e às poderosas formações reativas no Eu, a luta contra a sexualidade passa a ser travada sob a bandeira da ética. O Eu se rebela, surpreso, contra as demandas cruéis e violentas que lhe são enviadas à consciência desde o Isso, e não suspeita que nisso está combatendo desejos eróticos, entre os quais alguns que normalmente não teriam seu veto. O severíssimo Supereu insiste mais energicamente na supressão da sexualidade, depois que ela adota formas tão repulsivas.<sup>212</sup>

O Supereu, então, culpa o Eu por seus desejos, sejam eles eróticos ou agressivos, desejos estes que, vale lembrar, não são do conhecimento do Eu, já que apareceram para ele de forma camuflada. Dessa forma, o Eu carrega um sentimento de culpa (dado a ele pelo Supereu) sem nem ao menos saber o porquê. Essa ‘ignorância’ do Eu em relação às vontades do Isso ocorre pelo fato de, no momento da repressão, o Eu ter se fechado para ele, mas não para o Supereu. Em relação ao sentimento de culpa, o Eu cria sintomas na tentativa de fugir desse sentimento, mas também como uma forma de satisfazer suas moções pulsionais masoquistas.

Ainda em relação aos sintomas, Freud vai dizer que existem “duas atividade do Eu que formam sintomas e merecem particular interesse, pois são claramente sub-rogados da repressão,”<sup>213</sup> são elas “a anulação do acontecimento e o isolamento”<sup>214</sup>. A anulação do

---

211 *Idem*, p. 48.

212 *Idem*, p. 53, tradução modificada.

213 *Idem*, p. 56.

acontecimento corresponde literalmente à tentativa de apagar algo que aconteceu através de um símbolo, símbolo este que é chamado por Freud de ‘magia negativa’, já que esse símbolo (que pode ser um sintoma, um cerimonial neurótico ou uma prática religiosa) teria a capacidade de apagar um acontecimento anterior.

Tratando-se de um cerimonial neurótico, ele sucede por dois motivos. O primeiro motivo é que ele consiste numa forma de tentar prevenir que o ato, que levou à neurose obsessiva, se repita e o segundo motivo corresponde justamente a uma tentativa de apagar o ato em questão. Existe uma diferença peculiar entre ambos os motivos: segundo Freud, o primeiro seria racional e o segundo não, possuindo uma natureza mágica, já que não é possível apagar o que já aconteceu.

Já na neurose traumática, a tendência é de “cancelar o passado mesmo, reprimi-lo por via motora,”<sup>215</sup> o que nos leva à predisposição à repetição, visto que o organismo pretende retornar a um momento anterior ao ato cometido, na tentativa de fazer com que tal ato não tivesse ocorrido, mas, como isso não é possível, formam-se então os sintomas; e segundo o autor, essa passa a ser uma nova forma ‘imprecisa’ de repressão.

Em relação ao mecanismo do isolamento, como não é possível apagar ou esquecer os acontecimentos implicados na neurose obsessiva, o que tem lugar, então, é uma separação entre o ocorrido e seu afeto, ou seja, acontece um isolamento do ato ocorrido; ele não produz afetos, pensamentos e não se associa a outros acontecimentos. Portanto, por mais que o ato em si não seja esquecido, ele acaba não produzindo efeito algum, assim como quando ocorre a repressão que leva ao esquecimento.

Mais uma vez, Freud volta-se para as fobias infantis, mas dessa vez tendo em vista a angústia. O autor vai dizer que o processo de formação das fobias ocorre da seguinte forma: assim que “o Eu reconhece o perigo de castração, ele dá o sinal de angústia e inibe, através da instância prazer-desprazer, e de um modo que não compreendemos em maior profundidade, o iminente processo de investimento no Isso. Simultaneamente ocorre a formação da fobia.”<sup>216</sup>

Dessa forma, a fobia nada mais é do que o medo da castração, mas com uma mudança de objeto, ou seja, o pai passa a ser substituído por outra coisa nessa equação. A fobia acaba sendo uma boa saída para o Eu, pois evita que ele tenha que lidar com a ambivalência em relação ao pai e também, ao dirigir seu medo para um objeto que não está presente na maior

---

214 *Idem*, p. 57.

215 *Idem*, p. 58.

216 *Idem*, p. 64.

parte do tempo da vida do indivíduo, o Eu consegue diminuir consideravelmente o sentimento de angústia.

As fobias dos adultos procedem exatamente da mesma forma, diferenciando-se apenas por existir uma complexidade maior de fatores para a constituição de sintomas. O processo, no entanto, é o mesmo, já que a fobia no adulto ainda é a substituição de um medo interno por um externo. Portanto, segundo Freud

a angústia é a reação à situação de perigo; dela é poupado o Eu ao fazer algo para evitar a situação ou subtrair-se a ela. [Sendo assim,] os sintomas são criados para evitar a situação de perigo que é sinalizada pelo desenvolvimento da angústia.<sup>217</sup>

Com o objetivo de compreender a natureza da angústia, Freud, agora, troca sua abordagem, e tenta simplesmente reunir tudo o que até então se sabe sobre ela, de forma totalmente despretensiosa. Como já falamos anteriormente, a angústia consiste num estado afetivo, que é sentido pelos indivíduos como algo desprazeroso. Mas trata-se de um desprazer específico, que pode ser ligado a sensações fisiológicas no coração ou relativas à respiração. Esse caráter específico diferencia a angústia de outras sensações desprazerosas, já que a maioria delas não causa sensações físicas.

A função da angústia é promover a reação sempre que o indivíduo se deparar com situações de perigo. Mas o que seria um perigo? Tendo em vista tudo o que foi dito até aqui sobre a angústia, inclusive que a primeira angústia dos seres humanos é o ato do nascimento, como pode o sistema psíquico de um recém-nascido conseguir elaborar o ato do nascimento como um perigo se, naquele momento, ele ainda não possuía ‘bagagem psíquica’ para aquilo?

Nesse momento, Freud começa a fazer uma crítica à obra de Rank, dizendo que ela não foi bem-sucedida, já que, em oposição aos argumentos de Rank, Freud não acredita que “a criança retenha, do processo do nascimento, mais do que sensações tácteis e de natureza geral.”<sup>218</sup>

A grande maioria dos casos de angústia infantil pode ser explicada a partir da “falta da pessoa amada (ansiada)”<sup>219</sup>, pois quando a criança se recorda de forma ilusória da pessoa por quem tanto anseia, investindo intensamente a imagem dessa pessoa, esse anseio acaba

---

217 *Idem*, p. 68.

218 *Idem*, p. 77.

219 *Idem*, p. 78.

transformando-se em angústia quando a criança percebe que a pessoa não irá aparecer. Sobre o assunto, Freud escreve:

A angústia aparece, então, como reação à falta do objeto, e duas analogias se nos apresentam: que também o medo da castração tem por conteúdo a separação de um objeto bastante estimado e que a angústia mais primordial (o ‘medo primevo’ do nascimento) origina-se na separação da mãe.

O que está em jogo nessa angústia sentida pela separação do objeto, é a insatisfação, ou seja, a criança sabe que precisa da mãe por perto para que ela possa satisfazer todas as suas necessidades, o que nos leva à situação do recém-nascido, pois o perigo que ele sente é relacionado à separação dessa mãe que o satisfaz. Portanto, a angústia está estritamente relacionada ao desamparo e diz respeito não só à perda do objeto em si, mas também à perda do amor desse objeto.

Chegamos então ao seguinte cenário: o afeto de angústia é suscitado pela percepção de um perigo e a primeira experiência de angústia pela qual um indivíduo passa ocorre no ato do nascimento, pois naquele momento ele se vê separado da mãe. Como afirmam Caropreso e Simanke, esse seria o protótipo de todas as experiências de angústia na vida dos indivíduos, pois, a partir desse momento, a falta do objeto levará a essa lembrança do desamparo do nascimento, que causará o afeto de angústia, levando a nova moção pulsional à repressão. Nas palavras de Caropreso e Simanke:

O nascimento seria a experiência primordial de angústia, quando o perigo em questão fora o aumento brusco e intenso da estimulação, frente ao qual o recém-nascido é impotente. Na sequência, surgiria a angústia da perda do objeto, na qual o perigo seria o de reviver, sem auxílio, a situação de aumento incontrolável de tensão, reproduzindo o desamparo do nascimento. A próxima desta série seria a angústia de castração, na qual o perigo seria a perda dos genitais e a possibilidade de permanecer num estado de desamparo diante da libido genital. O passo seguinte seria a angústia frente ao supereu — a angústia da consciência moral —, que assinalaria o perigo de ser castigado, de perda de amor e, no limite, de ver-se devolvido à situação de desamparo. A última modificação da angústia seria a angústia diante da morte, isto é, diante da projeção do supereu nos poderes do destino, como diz Freud.<sup>220</sup>

Portanto, é possível entender agora por que apenas nessa obra o conceito de repressão originária fica claro, pois ela foi justamente o trauma do nascimento. E é esse trauma que

---

<sup>220</sup> Caropreso, F; Simanke, R. T. *Repressão e inconsciente no desenvolvimento da metapsicologia freudiana*. *Ágora* ( PPGTP/UFRJ), v. 16, p. 201-216, 2013. p. 212.

caracteriza os demais, ou melhor, é o sentimento de angústia gerado pelo trauma do nascimento que levará às novas repressões, como, por exemplo, o medo da castração, o complexo de Édipo, dentre outras, que, por se assemelharem à repressão originária, acabam sendo objeto da repressão.

Quando o Eu utiliza da repressão para se defender de alguma pulsão vinda do Isso, e que ele considera perigosa, uma parte do Isso acaba sendo inibida e danificada. Esse fato ocorre pois vem da própria “natureza da repressão, que é fundamentalmente uma tentativa de fuga.”<sup>221</sup> A partir daí, o conteúdo reprimido passa a ser excluído do Eu,

sujeito apenas às leis que vigoram no âmbito do inconsciente. Caso se altere a situação de perigo, de sorte que o Eu não tenha motivo para a defesa contra uma nova moção pulsional análoga ao reprimido, tornam-se manifestas as consequências da restrição do Eu. O novo curso pulsional se dá sob influência do automatismo – Eu preferia dizer: da compulsão à repetição –, ele percorre os mesmos caminhos do que foi reprimido antes, como se a situação de perigo ultrapassada ainda existisse. Assim, o fator que fixa na repressão é a compulsão à repetição do Isso inconsciente, que normalmente é eliminada apenas pela função livremente móvel do Eu.<sup>222</sup>

O Eu até pode, algumas vezes, quebrar com o ciclo da repetição e tentar reordenar uma moção pulsional que é considerada perigosa por possuir conexão com a repressão originária. Mas na maior parte das vezes ele fracassa, pois a repressão originária exerce uma atração regressiva tão forte que a nova pulsão não consegue fugir desse ciclo de repetição. Segundo Freud, “em outros casos percebemos a contribuição de outro jogo de forças, a atração do modelo original reprimido é fortalecida pela repulsão por parte das dificuldades reais que se contrapõem a algum outro curso da nova moção pulsional.”<sup>223</sup> Essa situação é nomeada pelo autor de fixação na repressão, em que uma situação anterior de perigo continua se mantendo por causa da força do Isso reprimido.

Até o momento, nós abordamos sobre o mecanismo da repressão, sua forma de funcionamento, suas modificações ao longo da teoria freudiana e a estrita ligação entre a repressão originária e o tabu do incesto, assim como o lugar que esse tabu ocupa no psiquismo humano; mas, não nos detivemos na seguinte questão: e quando o conteúdo reprimido consegue se manifestar no consciente? Uma das formas dessa manifestação nos

---

221 Freud, S. (1926). “Inibição, sintoma e angústia”. Em: *Freud – Obras completas* (1926-1929) Vol. 17. Companhia da Letras, 2014. p. 99.

222 *Idem*, p. 99, 100, tradução modificada.

223 *Idem*, p. 100, tradução modificada.

chamou a atenção, já que essa parece ser de extrema relevância para o objetivo dessa pesquisa, o que justifica um estudo mais aprofundado sobre *A negação*, no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 3

### 3. Ciência, o futuro da ilusão

A negação é uma das formas de manifestação de um conteúdo reprimido na consciência; tudo se passa como se, por ser negado na formulação linguística, o conteúdo pudesse se revelar. Esse fenômeno foi observado por Freud através da clínica, o que o levou a escrever o texto *A negação* em 1925. Nas palavras do autor, “a negação é uma forma de tomar conhecimento do que foi reprimido, já é mesmo um levantamento da repressão, mas não, certamente, uma aceitação do reprimido.”<sup>224</sup> Pois, segundo o autor, quando a negação ocorre, o único elemento que é anulado do processo da repressão é o fato de a representação tornar-se consciente, as demais características do processo continuam sem alterações.

Tudo se passa como se o movimento de colocar o ‘não’ (símbolo da denegação<sup>225</sup>) juntamente com o objeto da repressão, acabasse permitindo uma brecha para esse pensamento reprimido, e também uma brecha para que o analista se depare com o objeto da repressão. Freud dá o exemplo do sonho incestuoso, em que o paciente diz não lembrar quem era a mulher do sonho, e logo em seguida completa (e ao mesmo tempo se trai) com a denegação e o objeto da repressão. Portanto, o paciente não consegue se lembrar quem era a mulher no sonho, mas sabe que ‘NÃO’ era sua mãe. Como podemos ver, nas palavras de Marta D’Agord, “no movimento de suspensão da repressão, o eu não admite o inconscientizado, mas o reconhece, justamente, nesse ato de não-admissão.”<sup>226</sup>

Como o próprio Freud disse que “o juízo negativo é o substituto intelectual da repressão”<sup>227</sup> no sistema consciente, e como é o juízo que determina o que é considerado moral ou não, é como se o “não” diminuísse o peso da imoralidade daquilo que foi reprimido,

224 Freud, S. (1925). “A negação”. Em: *Freud – Obras completas (1923-1925)* Vol. 16. Companhia da Letras, 2011. p. 277.

225 Segundo Marta D’Agord, essa negativa (*Verneinung*), ou como a autora chama a ‘denegação’, é diferente da negação lógica. Enquanto a negação lógica põe em cena o princípio da contradição, em que algo não pode ser e não ser ao mesmo tempo, a denegação da psicanálise corresponde à “acolhida primordial”. D’Agord, M. *A negação lógica e a lógica do sujeito*. Ágora (Rio de Janeiro) v. IX n. 2 jul/dez 2006 241-258. p. 246.

226 D’Agord, M. *A negação lógica e a lógica do sujeito*. Ágora (Rio de Janeiro) v. IX n. 2 jul/dez 2006 241-258. p. 246. Modificado.

227 Freud, S. (1925). “A negação”. Em: *Freud – Obras completas (1923-1925)* Vol. 16. Companhia da Letras, 2011. p. 278.



permitindo que a representação se liberte, mas mantendo as demais características do processo da repressão.

Mas, por que esse texto tão curto (porém, extremamente complexo) de Freud é relevante para o objetivo dessa pesquisa? Porque é nesse texto que o autor reflete sobre a “origem psicológica do julgamento”<sup>228</sup>, o que influencia diretamente no lugar que a ciência tem dentro da teoria freudiana, seu lugar ‘real’ e o lugar que Freud quer que ela ocupe, como vimos no primeiro capítulo, em que o autor pretende que a religião possa ser substituída pela ciência em sua obra *O futuro de uma ilusão*. Porém, em que medida a ciência pode, realmente, ocupar esse lugar sem tornar-se uma nova ilusão?

Dentre muitas das questões postas nesse texto de 1925, em seu âmago encontramos a função do juízo: “A função do juízo tem essencialmente duas decisões a tomar. Deve adjudicar ou recusar a uma coisa uma característica e deve admitir ou contestar a uma representação a existência na realidade.”<sup>229</sup> Ou seja, o juízo possui duas deliberações a fazer: a primeira é atribuir características para as representações, como por exemplo bom ou mau, querer ou não querer, e a segunda é referente à existência dessa representação, se ela é real ou não.

Freud identificou dois tipos de juízos, os de atribuição e os de existência. Os juízos de atribuição possuem como objetivo a ‘escolha’ daquilo que ‘pertenceria’<sup>230</sup> ou não ao Eu. Nas palavras de Freud: “O Eu-de-prazer original quer introjetar tudo que é bom e excluir tudo que é mau, como afirmei em outro lugar. Para o Eu o que é mau e o que é forasteiro, que se acha de fora, são idênticos inicialmente.”<sup>231</sup> Para Safatle, essa “expulsão para fora de si”<sup>232</sup> seria a “primeira forma de negação.”<sup>233</sup>

É a partir do desenvolvimento desse Eu-de-prazer que é estabelecido o Eu-realidade, que, diferentemente da forma com que o Eu-de-prazer trabalhava na criança, decidindo o que seria ou não introjetado no Eu, o Eu-realidade decide se aquilo que se encontra no Eu pode ser encontrado, de forma real, no exterior, com o objetivo de atingir a satisfação.

228 Safatle, V. Posfácio “Aquele que diz “não”: sobre um modo peculiar de falar de si”. Em: A negação. São Paulo: Cosac Naif, 2014. p. 35.

229 Freud, S. (1925). “A negação”. Em: Freud – Obras completas (1923-1925) Vol. 16. Companhia da Letras, 2011. p. 278.

230 Coloquei ‘a escolha’ e ‘pertenceria’ entre aspas, pois, se presumirmos que pensamos de forma racional, o pertencimento, ou a constituição de algo não deveria se dar no campo da escolha, mas sim do concreto.

231 Freud, S. (1925). “A negação”. Em: Freud – Obras completas (1923-1925) Vol. 16. Companhia da Letras, 2011. p. 278.

232 Safatle, V. Posfácio “Aquele que diz “não”: sobre um modo peculiar de falar de si”. Em: A negação. São Paulo: Cosac Naif, 2014. p. 46.

233 *Idem*.

A “realidade” só aparece depois que expulso algo sobre o qual nada quero saber. Isso permite a Freud reapresentar sua ideia da percepção como uma espécie de reencontro do objeto. Se os julgamentos de existências são aqueles nos quais decido se algo existe ou não na realidade, então Freud deve completar lembrando que tal decisão é motivada pela tentativa de repetir experiências de satisfação. Procuo decidir o estatuto de realidade de uma representação mental porque sua realidade é, para mim, fonte de satisfação.<sup>234</sup>

O problema com o qual nos deparamos nesse momento é em relação ao conceito de realidade. Para Freud existem dois tipos de realidade, a realidade externa e a realidade psíquica, que não necessariamente precisam coincidir, já que a realidade externa condiz com a percepção do mundo exterior, empiricamente, através dos sentidos, e a realidade psíquica concerne aos desejos. Sobre a distinção entre realidade externa e realidade psíquica, Patrícia Porchat escreve:

A noção de realidade é ampliada muito cedo na obra de Freud, quando aparece um questionamento relativo às possíveis marcas, no inconsciente, dos fatos ocorridos no mundo externo. Freud oscilará ao longo de sua obra entre duas posições: a) conferir realidade à fantasia “que Freud chamará de realidade psíquica” - e com isso não se importar em saber se o material psíquico corresponde ou não à realidade externa; b) acreditar na existência de provas reais, no inconsciente, daquilo que se passou na realidade externa, perseguindo suas pistas em sonhos e fantasias. Trata-se, nesses casos, de saber sobre a correspondência das lembranças a uma realidade vivida anteriormente. Freud não está aí questionando a realidade que se apresenta à percepção a cada momento.<sup>235</sup>

Mas, se pensarmos nas palavras de Safatle, “Procuo decidir o estatuto de realidade de uma representação mental porque sua realidade é, para mim, fonte de satisfação”<sup>236</sup>, percebemos que, apenas uma realidade, a realidade externa é capaz de promover a satisfação. E como distinguir uma alucinação de um objeto real, para que o indivíduo consiga realmente alcançar a satisfação?

Para essa finalidade temos o “teste de realidade” que Freud determinou ser a segunda função do juízo nesse texto de 1925. O teste de realidade “decide sobre a existência real de um objeto previamente representado no psiquismo”<sup>237</sup>. É possível compreender melhor essa situação a partir da “possibilidade de o bebê alucinar”.<sup>238</sup> Quando o bebê alucina o seio materno, em sua realidade psíquica, o seio existe, porém, por se tratar de uma representação, ele não traz a

---

234 *Idem*, p. 47.

235 Porchat, P. *Freud e o teste de realidade*. São paulo: Casa do Psicólogo: FAPESP, 2005. p. 24.

236 Safatle, V. Posfácio “Aquele que diz “não”: sobre um modo peculiar de falar de si”. Em: *A negação*. São Paulo: Cosac Naif, 2014. p. 47.

237 Porchat, P. *Freud e o teste de realidade*. São paulo: Casa do Psicólogo: FAPESP, 2005. p. 58.

238 *Idem*, p. 59.

satisfação para o bebê, sendo necessário, então, que o teste de realidade interrompa esse processo alucinatório, para que o bebê consiga encontrar o objeto desejado a partir da realidade externa, para que possa, enfim, se satisfazer. Contudo, como é a satisfação que determina o teste de realidade, ou seja, se o objeto se encontra no mundo externo ou não, isso faz com que, de certa forma, Freud rompa com a noção de que os juízos são apenas epistêmicos.

Isso significa que os juízos são formados através do “processo de constituição subjetiva”<sup>239</sup>, ou seja, se trata de um jogo entre o princípio do prazer e a repressão, que leva à “constituição do símbolo da negação”<sup>240</sup>. Dessa forma, o princípio de realidade trabalha a favor do princípio de prazer, ou seja, o princípio de realidade não procura a realidade como um fim último, mas sim, como uma forma de executar o princípio de prazer. Logo, o próprio juízo seria fruto do funcionamento psicológico relacionado ao desejo, “pensamos da mesma maneira que procuramos nos satisfazer diante do mundo”<sup>241</sup>.

Posto isso, se esses elementos estiverem corretos, acabamos reconhecendo uma instabilidade nas bases do conhecimento que considerávamos até o momento como o mais seguro, o conhecimento científico, já que, segundo os apontamentos feitos até o momento, uma das funções intelectuais seria servir ao princípio do prazer, o que comprometeria a hipótese proposta por Freud em *O futuro de uma ilusão*, em que o autor acredita que a ciência poderia substituir a religião sem implicar uma nova ilusão.

Sobre o assunto em questão, Ripoll escreve:

Ao associar diretamente o símbolo da negação ao jogo das moções pulsionais primárias, Freud desconstrói toda uma racionalidade cartesiana do pensamento e também a afirmação de uma verdade inquestionável caucionada pelos parâmetros da lógica clássica. Abre, assim, um rombo no supostamente neutro edifício da ciência e nos raciocínios “bem-formados”.<sup>242</sup>

Contudo, acredito que possa haver uma saída para esse problema. Segundo Ana Carolina Soria, em seu artigo *Fantasia e realidade nos escritos metapsicológicos*, existe um paradoxo na teoria freudiana em relação à concepção da realidade: “se a realidade depende de

---

239 Ripoll, L. *A negação freudiana: fissuras na razão cartesiana e na neutralidade científica*. Revista EPOS; Rio de Janeiro – RJ, Vol.5, nº 2, jul-dez de 2014; ISSN 2178-700X; pág. 311-316. p. 12.

240 *Idem*.

241 Safátle, V. Posfácio “Aquele que diz “não””: sobre um modo peculiar de falar de si”. Em: *A negação*. São Paulo: Cosac Naif, 2014. p. 44, 45.

242 Ripoll, L. *A negação freudiana: fissuras na razão cartesiana e na neutralidade científica*. Revista EPOS; Rio de Janeiro – RJ, Vol.5, nº 2, jul-dez de 2014; ISSN 2178-700X; pág. 311-316. p. 12.

um julgamento proferido no interior do psiquismo, certamente não pode estar além dos limites da representação”<sup>243</sup>. Isso significa que, se a realidade é estabelecida de forma subjetiva, o mecanismo psíquico que a estabelece não possui “contato direto com a fonte dos estímulos psíquicos”<sup>244</sup>, o que implicaria na não comunicação entre a realidade externa e o mecanismo psíquico que produz a representação, portanto, como já dito anteriormente, os juízos se originariam a partir da própria subjetividade. Nesse sentido, Soria escreve:

Não podemos desconsiderar o fato de que a fonte de quaisquer atividades psíquicas (entre elas, o próprio julgamento de realidade) encontra-se além da possibilidade de representação, a saber: na estimulação somática. Estaria este fundo originário de toda atividade anímica destituído de realidade?<sup>245</sup>

A autora afirma que Freud não concordaria com essa suposição, que para ele existiria algo precisamente real no interior do psiquismo, que seria fonte do funcionamento psíquico. Essa afirmação pode ser comprovada no seguinte trecho do próprio texto *A negação*: “devemos lembrar que todas as representações vêm de percepções, são repetições das mesmas.”<sup>246</sup> Nesse sentido, segundo Silveira, existiria ainda um momento anterior ao Eu-prazer originário, momento esse em que o Eu ainda não delimitado, torna possível apenas os registros da percepção no sistema psíquico. Nas palavras da pesquisadora:

Essa elaboração da constituição das relações entre o Eu e o mundo externo tem, no entanto, uma etapa ainda anterior, a qual carece de Eu e que conta apenas com o registro, no aparelho psíquico, de traços oriundos da percepção. Não havia Eu no momento inicial da vida em que a percepção antecede a representação.<sup>247</sup>

Ou seja, mesmo que a realidade seja estabelecida de forma subjetiva no interior do psiquismo, isso não invalida seu valor de realidade, pois em algum momento foi necessário que o indivíduo se deparasse com o objeto externo para que o aparelho psíquico pudesse

---

243 Soria, A. C. S. Fantasia e realidade nos escritos metapsicológicos. *Freud: filosofia e psicanálise*. 1ed. São Carlos: Edufscar, 2019. p. 194.

244 *Idem*.

245 *Idem*.

246 Freud, S. (1925). “A negação”. Em: Freud – Obras completas (1923-1925) Vol. 16. Companhia da Letras, 2011. p. 279.

247 Silveira, L. *Três passos para escrever sobre Freud negligenciando o conceito de pulsão: Bento Prado Jr. e a denúncia da degradação intelectualista da psicanálise em 'Conhecimento e interesse'*. Revista Sísifo, v. 1, p. 53-74, 2018.

formar representações deste. Ou nas palavras do próprio Freud: “Assim, originalmente a existência da representação já é uma garantia da realidade do representado.”<sup>248</sup>

Contudo, de acordo com Soria, o verdadeiro problema dessa questão (questão que inclusive é pontuda no texto de Freud e no artigo de Silveira) não é a realidade possuir sua fonte na subjetividade, mas a oposição existente (e que é incentivada pela tradição filosófica) entre subjetivo e objetivo. Em suas palavras, “subjetivo e objetivo não podem ser vistos como contrários, mas como sendo reciprocamente determinados (por uma *Wechselwirkung*)”<sup>249</sup>.

Essa interação se dá da seguinte forma: como já falamos anteriormente, só acessamos o objeto externo a partir de sua representação, porém, mesmo que a realidade seja estabelecida de forma subjetiva, para que o mecanismo psíquico produza representações, em algum momento ele precisou estar em contato com os objetos externos que produzem os estímulos psíquicos, para, em seguida, elaborar a representação. Como o exame de realidade não possui contato com o externo, apenas com as representações, seu objetivo passa a ser reencontrar o objeto “por meio do pensamento (...) no interior dos sistemas de memória”.<sup>250</sup>

Se não fosse dessa forma, a realidade só seria atribuída no exato momento em que o sistema Percepção-consciência entrasse em contato com o objeto externo; no momento em que esse contato terminasse, o objeto, mesmo sendo real, passaria a ser considerado irreal pelo exame de realidade. Portanto, como dito por Soria, “a coisa percebida não precisa ser continuamente apresentada à percepção para que a ela se atribua realidade.”<sup>251</sup>

Inclusive, a autora diz que, se os objetos externos precisassem estar constantemente na consciência para que fossem reais, não haveria necessidade dos juízos de existência e, também, dos objetos se tornarem representações. Portanto, para se ter representações, é necessário que o objeto seja perdido, e para se ter o exame de realidade é necessário que haja representações, já que esse exame só se dá através da memória (“no interior da própria subjetividade”<sup>252</sup>) e não no momento em que o sistema da percepção entra em contato com o objeto externo.

Sendo assim, não é correto dizer que Freud “abre um rombo no edifício da ciência e da racionalidade”, pois o fato de os juízos possuírem parte de suas bases no subjetivismo não os

---

248 Freud, S. (1925). “A negação”. Em: Freud – Obras completas (1923-1925) Vol. 16. Companhia da Letras, 2011. p. 279.

249 Soria, A. C. S. Fantasia e realidade nos escritos metapsicológicos. *Freud: filosofia e psicanálise*. 1ed. São Carlos: Edufscar, 2019. p. 194.

250 *Idem*, p. 202.

251 *Idem*.

252 *Idem*, p. 203.

invalida, pois, segundo Soria, “a realidade não pode ser reduzida ao puro objetivo: ela tem de ser subjetiva e objetiva ao mesmo tempo.”<sup>253</sup>

Ainda sobre a ciência, segundo Mezan, em seu livro *Freud, pensador da cultura*, ela é relativa aos conceitos de verdade e de realidade, pois, para Freud, existiriam dois tipos de verdade, a verdade histórica e a verdade material. A verdade material é a que coincide com a realidade externa e a histórica é relativa aos primórdios da espécie humana. Em vista disso, Mezan cita a pretensão do pensamento científico, de acordo com Freud em *Novas conferências introdutórias à psicanálise*:

A aspiração do pensamento científico é alcançar a coincidência com a realidade; isto é, com aquilo que existe fora e independentemente de nós e que, como mostrou a experiência, é decisivo para o cumprimento ou o fracasso de nossos desejos. Essa coincidência com o mundo exterior real é o que chamamos verdade. Esta é a meta do trabalho científico.<sup>254</sup>

Logo, se o objetivo da ciência é encontrar a ‘verdade’ na ‘realidade’, mesmo que essa realidade se trate de uma realidade psíquica, ainda assim, como vimos na pesquisa da Ana Carolina Soria, em algum momento, para se tornar uma realidade psíquica, o sistema da percepção precisou estar em contato com a realidade concreta, ou seja, “o exame psicanalítico acerca da realidade deve partir da subjetividade para alcançar a objetividade das representações humanas”<sup>255</sup>, o que não invalida o trabalho científico, já que, mesmo não sendo puramente objetivo, ainda assim consegue coincidir com a realidade externa.

Dessa forma, retornamos a uma questão que colocamos no primeiro capítulo, no final do item 1.4, intitulado de *Religião: o maior patrimônio psíquico da humanidade*. Para retomar de forma breve, o modo como, na obra *O futuro de uma ilusão*, Freud acredita ser possível, no futuro, a cultura se desvencilhar da religião (já que essa traria mais malefícios, por causa de suas crenças irracionais, do que benefícios para a espécie humana), substituindo essa pela ciência. A partir disso, questionamos se a própria ciência não seria em si uma ilusão, seja uma ilusão universal ou do próprio Freud.

Tomando em consideração o que vimos até o momento sobre os conceitos de verdade, realidade e sobre o pensamento científico, e partindo do que Freud entende por ilusão – como vimos no primeiro capítulo, “com o termo ilusão, Freud refere-se a uma motivação baseada na

---

253 *Idem*.

254 Mezan, R. (1985) *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Blucher, 2019. p. 662.

255 Soria, A. C. S. *Fantasia e realidade nos escritos metapsicológicos. Freud: filosofia e psicanálise*. 1ed. São Carlos: Edufscar, 2019. p. 194.

realização de um desejo, que não necessariamente precisa ser racional” –, é a partir disso que conseguimos, então, eliminar ao menos uma das hipóteses anteriores. Não, a ciência não corresponde a uma ilusão universal (como posto por Henriquez, em sua obra *Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social*), pois, por mais que o princípio de realidade trabalhe para o princípio do prazer e os juízos não sejam puramente objetivos, ainda assim, ela precisa coincidir com a realidade externa, ou seja, relacionada (ou não) a desejos inconscientes, é necessário que ela [a ciência] seja concreta e racional, o que, de imediato, já elimina as chances dela ser uma ilusão.

Mas, por mais que a ciência não seja uma ilusão em si, isso não descarta a possibilidade dela ser uma ilusão do próprio Freud, do autor tomá-la como sua ilusão pessoal, no sentido de ser um desejo profundo de um resquício de “esperança” no desenvolvimento e na evolução da humanidade. É possível notar essa atitude ansiosa de Freud quando ele chama a ciência de “nosso deus logos” em *O futuro de uma ilusão*; é como se ele apenas substituísse o objeto de crença. Cito um trecho do texto, em que Freud “dialoga” com seu interlocutor imaginário:

Veja a diferença entre a sua e a minha atitude diante da ilusão. Você precisa defender a ilusão religiosa com todas as forças; se ela ficar sem valor – e está verdadeiramente ameaçada –, o seu mundo desmoronará, nada lhe restará senão o desespero, com a civilização e com o futuro da humanidade. Dessa servidão eu estou, nós estamos livres. Como estamos dispostos a renunciar a boa parte de nossos desejos infantis, podemos tolerar que algumas de nossas expectativas se revelem ilusões.<sup>256</sup>

Apesar das palavras do autor, que expressam contrariedade em relação às atitudes de seu interlocutor, me parece que é exatamente essa a atitude que Freud possui com a ciência, defendendo-a, no decorrer de suas obras, a todo custo, e se essa desmoronar, o que lhe restaria? Ainda nas palavras de Freud, em *O futuro...*, “se esta crença é uma ilusão, achamo-nos na mesma situação que você, mas a ciência já nos provou, por meio de numerosos e importantes êxitos, que não é uma ilusão.”<sup>257</sup> Realmente, a ciência não é uma ilusão em si, porém, ela se tornou uma ilusão do próprio Freud. Ele mesmo admite, em *O Mal-estar na cultura*, “que a atividade científica é uma “poderosa distração” das misérias da vida”<sup>258</sup>, porém, não pelo fato da atividade científica não ser verídica, mas pela postura que os

256 Freud, S. (1927). “O futuro de uma ilusão”. Em: *Freud – Obras completas (1926-1929)* Vol. 17. Companhia da Letras, 2014. p. 298.

257 *Idem*, p. 299.

258 Mezan, R. (1985) Freud, pensador da cultura. São Paulo: Blucher, 2019. p. 665.

indivíduos podem ter em relação a ela, postura essa que, a meu ver, é exatamente a mesma que Freud tem. Tudo se passa como se ele escrevesse isso tomando a si mesmo por base. Sobre esse assunto, Mezan escreve:

Nosso deus logos leva até as últimas consequências a humilhação narcísica inerente ao poder afiado da verdade, fazendo com que nos curvemos perante a natureza para, na medida do possível, melhor dominá-la. Não é onipotente, pois superou o estágio do animismo infantil em que permanece a religião; encarnação do princípio de realidade, promete-nos prazeres menos intensos, porém mais seguros (*O Mal-estar na cultura* não diz que a atividade científica é uma “poderosa distração” das misérias da vida?), que nascem da satisfação de poder e da tranquilidade de fruir tal poder, porque está solidamente ancorado no real.<sup>259</sup>

Ao tentar demonstrar que a ciência e a religião são divergentes, já que, para o autor, a ciência não produziria uma ilusão, Freud também compara a filosofia com a religião, defendendo que elas são similares devido a, em sua visão, ambas possuírem como fim último a criação de ilusões, ilusões originadas do desejo de proteção causado pelo desamparo paterno. É como se, para Freud, apenas a ciência conseguisse escapar desse terreno ilusório, e isso é interessante, já que, em *Totem e tabu*, ele coloca as neuroses como caricaturas das grandes criações sociais (a religião, a filosofia e a arte),

As neuroses mostram, por um lado, notáveis e profundas concordâncias com as grandes produções sociais que são a arte, a religião e a filosofia, e, por outro lado, aparecem como deformações delas. Pode-se arriscar a afirmação de que uma histeria é uma caricatura de uma obra de arte, uma neurose obsessiva, a caricatura de uma religião, e um delírio paranoico, de um sistema filosófico.<sup>260</sup>

E aqui nos perguntamos: mas e a ciência, não seria ela também uma das (se não a maior de todas) grandes criações sociais? Parece-me que a ciência não entra aqui, pois ela está no lugar da própria enunciação para que se chegue a essa conclusão. Ou, talvez, um dos motivos dela não entrar nessa lista seja uma forma de defesa do próprio Freud, já que, para ele, a psicanálise, sua grande criação, faria parte do campo do pensamento científico, porém, como sabemos, existem inúmeras características semelhantes entre a psicanálise e a filosofia, o que, de certa forma, do ponto de vista do próprio argumento de Freud, comprometeria a pretensão de veracidade da psicanálise, caso a ciência também estivesse nessa lista de Freud.

---

259 *Idem*.

260 Freud, S. (1913). “Totem e Tabu”. Em: *Freud – Obras completas (1912-1914)* Vol. 11. Companhia da Letras, 2012. p. 119, 120.



Segundo Mezan, essa semelhança entre a psicanálise e a filosofia justificaria o desprezo de Freud pela filosofia, pois, tal desprezo pode ser, na realidade, uma forma de defesa. Da mesma forma que ele julga a filosofia por criar ilusões e não estar verdadeiramente baseada no campo científico, a psicanálise poderia ser julgada também. Nas palavras de Mezan,

Freud lê Schnitzler com extrema atenção, como se deixa fascinar pelas obras de outros artistas; mas confessa repetidas vezes que jamais conseguiu ler Nietzsche, e isso não por falta, mas por excesso de interesse. Mesmo movimento defensivo, mesma imperiosa necessidade de demarcar os campos, para não ver fagocitado seu território pelos monstros gêmeos do artista que encontra a verdade “no turbilhão de seus próprios sentimentos” e do filósofo que extrai de sua “auto-observação minuciosa” tantos elementos que anunciam descobertas freudianas.<sup>261</sup>

Portanto, de todas as produções sociais que estariam no campo das ilusões, para Freud, a filosofia ainda seria a “mais perigosa” por acreditar pertencer ao campo científico, e a arte seria a que traria mais ganhos, por se saber ser uma ilusão.

Enfim, diante de tudo o que vimos nessa pesquisa, e sabendo que a religião é, então, uma das criações sociais que tem por objetivo preservar a cultura, seja respondendo as questões que não podem ser respondidas através do pensamento científico, ou através da ilusão de suprimir a angústia do desamparo paterno; acredito que a resposta que alcançamos, através dessa última argumentação, sobre a possibilidade da constituição da cultura sem que ela implique a consequência da fé religiosa é, no mínimo, complexa.

Pois, tendo em vista que, segundo o próprio Freud, existem outras criações sociais que possuem esses mesmos objetivos (preservar a cultura, responder as questões sobre a finalidade da vida, acalmar a angústia do desamparo paterno), nesse sentido, sim, acredito que seria possível, nos termos do próprio pensamento psicanalítico, substituir a religião por qualquer uma dessas criações sociais e, ainda assim, preservar a cultura; do ponto de vista psíquico, essas outras grandes produções sociais fariam a vez da religião.

Porém, por outro lado, como vimos que ocorreu com o próprio Freud, à medida que uma dessas produções ‘torna-se’, por assim dizer, o lugar da religião, em que medida ela não se transformaria, praticamente, em uma crença ‘religiosa’? Ou melhor, em uma crença tão cega quanto a própria religião? Não parece que foi exatamente isso que Freud fez com a ciência, transformando-a em uma ilusão, ao ponto de nomeá-la “nosso deus logos”?

---

261 Mezan, R. (1985) Freud, pensador da cultura. São Paulo: Blucher, 2019. p. 683.

Então, se formos pensar em um desvencilhamento da religião, como uma instituição, preservando a cultura, sim, a meu ver, essa possibilidade estaria inscrita no escopo do pensamento psicanalítico; mas, se pensarmos em um desvencilhamento da religião como uma crença cega, ilusória, em que o indivíduo que deposita sua fé nela sequer questiona sua racionalidade, então não, não acredito ser possível inscrever, na forma freudiana de articular o pensar, o desvencilhamento de uma crença desse tipo e, ainda assim, preservar a cultura.

Na expectativa de responder ou de esboçar respostas para as demais questões colocadas nessa pesquisa, retomemos então a compreensão freudiana do tabu do incesto. A partir do que vimos sobre o tabu e o desejo incestuoso no primeiro capítulo, concluímos que “a interdição do incesto é considerada como um marco fundador da cultura.”<sup>262</sup>

Isso devido ao fato de que não poderia existir cultura se não houvesse “o interdito do assassinato (e do canibalismo) bem como o do incesto”<sup>263</sup>, posto que, segundo a teoria freudiana da cultura, esta teria surgido a partir do assassinato do pai da horda primeva, pelos irmãos que desejavam possuir as mulheres do pai. Dessa forma, para que os irmãos pudessem viver em sociedade sem que corressem o risco de passar pelo mesmo que o pai passara, tiveram então que interditar esses dois desejos ‘primordiais’, o do incesto e o do assassinato.

Como já vimos anteriormente, para que um desejo venha a ser instituído como um tabu, é necessário que ele seja “fundamentalmente desejado”<sup>264</sup>, ou seja, ele deve ser desejado por todos os indivíduos. Porém, supondo que todos os indivíduos dessem vazão a suas pulsões, seria impossível a constituição da cultura, viveríamos em uma espécie de estado de natureza, em que apenas existiria o caos de uma “guerra de todos os homens contra todos os homens”<sup>265</sup>, como supunha Hobbes.

Entretanto, precisamos ter em vista que, apesar do mito científico de Freud se assemelhar muito ao que a tradição filosófica chama de estado de natureza, de acordo com minhas leituras da obra freudiana, não seria possível esse estado pré-civilizatório, pois o nascimento da cultura seria concomitante com a instauração do próprio psiquismo. Nesse sentido, Mezan escreve:

---

262 Namba, J. A proibição do incesto em Lévi-Strauss e Freud: algumas aproximações. *Revista de Antropologia* (São Paulo), v. 61, p. 176-190, 2018. p. 178.

263 Razon, L. *Enigma do incesto: da fantasia à realidade*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2007. p. 21.

264 *Idem*, p. 22.

265 Hobbes, T. (1651) *Leviatã ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 111. Desenvolvi esse tópico no artigo “A influência hobbesiana na teoria freudiana e a relação entre desejo e justiça”, publicado na revista *Ipseitas*. Ferreira, I. B. *A influência hobbesiana na teoria freudiana e a relação entre desejo e justiça*. *Ipseitas*, São Carlos, vol. 7, n. 2, pp. 44-53, mai.-ago., 2021.

É evidente que o ‘primitivo’ a que se refere Freud não é o selvagem australiano nem nenhum outro passível de ser estudado pela etnologia nos dias de hoje, pois se caracteriza pela inexistência de vida psíquica: trata-se do hominídeo da horda, isto é, de um elo na cadeia evolutiva, cuja suposta existência precede o estabelecimento da sociedade.<sup>266</sup>

Portanto, se pensarmos que esse mito científico, que Freud considera como sendo uma narrativa sobre o ato fundante da cultura, relata algo que realmente ocorreu, então é necessário que toda e qualquer atividade psíquica também tenha seu ponto de partida ali, no momento em que os filhos assassinam o pai, dando início à vida psíquica, à cultura e a todas as instituições sociais (como a religião).

Como pudemos ver no primeiro capítulo que a vida em cultura só é possível mediante a renúncia pulsional, e se o psiquismo e a cultura são concomitantes, então podemos inferir que a primeira atividade psíquica foi a própria repressão; no caso, como vimos no segundo capítulo que o mecanismo da repressão advém da repressão originária, acreditamos que esse [a repressão originária] é o ponto de partida de toda a vida psíquica.

Conforme visto também no segundo capítulo, a repressão originária refere-se trauma do nascimento e, se, como afirmamos, o desejo incestuoso pode ser uma forma simbólica de retornar ao corpo da mãe, então esse desejo poderia estar diretamente ligado à pulsão de morte, e, seguindo a lógica do dualismo pulsional, isso nos leva a crer que, então, o tabu do incesto seja proveniente das pulsões de vida. De acordo com Razon,

Se nos referirmos aos conceitos de “crise”, de “ruptura” e de “superação” definidos por René Kaës<sup>267</sup>, podemos interpretar a hipótese freudiana da horda primitiva assim: a crise nasceria do todo-poder de um ser; a ruptura seria simbolizada pelo assassinato e a superação consistiria na instituição de leis que fadavam a humanidade a nunca mais regredir a esse estágio primitivo ou primário, isto é, aquém da triangulação edipiana. Assim, foi bem uma pulsão de vida ou uma pulsão de sobrevivência que permitiu a humanização graças à proibição do incesto. Esse interdito implica a injunção de não voltar ao ventre materno, logo, ao estado originário e fusional.<sup>268</sup>

A interdição do incesto então, seria a primeira repressão ligada ao trauma do nascimento, a primeira de uma cadeia de repressões que viriam a seguir, o que sugere que seu lugar no psiquismo seja no âmago do inconsciente; esse tabu parece ser originado pela junção de duas forças: a do mecanismo da repressão e a das pulsões de vida.

---

266 Mezan, R. (1985) Freud, pensador da cultura. São Paulo: Blucher, 2019. p. 380.

267 Psicanalista francês.

268 Razon, L. Enigma do incesto: da fantasia à realidade. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2007. p. 23, 24. Tradução modificada.

Segundo Janaina Namba,

anteriormente muitos antropólogos e sociólogos já haviam se debruçado sobre o fenômeno da interdição do incesto, mas o que o torna particularmente problemático é justamente o fato de saber se é uma regra pertencente à natureza ou à cultura.<sup>269</sup>

Porém, tendo em vista tudo o que vimos até agora, parece que, dentro da teoria freudiana, se trata de uma regra pertencente ao psiquismo humano e, como é a partir do próprio psiquismo que se originam as instituições sociais, estas acabam favorecendo o interdito do incesto, o que nos leva a pensar ser esse um produto da cultura, ou até mesmo da religião. Mas, como a instituição religiosa surge em decorrência do sentimento de culpa pelo assassinato do pai, não teria como a religião dar origem à proibição do incesto, pois a proibição do incesto é uma das bases da cultura e a religião é uma produção cultural, o que nos leva a inferir que a religião teve sua origem depois da instituição da proibição do incesto.

Apesar das evidências parecerem suficientemente claras, sabemos que questionamentos como o de Lévi-Strauss, citado por Janaina Namba em seu artigo, ocorrerão inúmeras vezes. Cito a autora: “Ora, se uma propensão biológica e, portanto, instintiva, como essa existisse dessa maneira, não haveria a necessidade de recorrer a uma determinação proibitiva por uma via institucional.”<sup>270</sup> Mas acredito que, talvez, seja exatamente esse o fato que faz toda a diferença para essa questão: não se trata de instintos, mas de pulsões, ou seja, diferentemente dos animais, os indivíduos podem se servir da racionalidade, o que presume a possibilidade de alguma deliberação em relação a renunciar ou não a essas pulsões.

Ou seja, mesmo que a proibição do incesto seja uma construção psíquica, ainda assim, isso não impede o indivíduo de transgredi-la, até porque, como concluímos que essa proibição é constituída através da repressão e da pulsão de vida, mesmo o tabu do incesto tendo sido interiorizado no Supereu, a pulsão (que é uma energia constante) ainda está lá, querendo romper as barreiras da repressão para ser satisfeita.

Para que a interdição do incesto se dê de fato, é necessário que haja renúncia pulsional; porém, como afirma Namba, “essa [renúncia] dificilmente ocorre de maneira espontânea, sem a intervenção de uma autoridade, sem uma coação.”<sup>271</sup> É por isso que, em *O*

---

269 Namba, J. A proibição do incesto em Lévi-Strauss e Freud: algumas aproximações. *Revista de Antropologia* (São Paulo), v. 61, p. 176-190, 2018. p. 178, 179.

270 *Idem*, p. 179, 180.

271 Namba, J. Exogamia em Freud e em Lévi-Strauss: algumas aproximações. *Dois Pontos (UFPR) Digital*, v. 13, p. 81-91, 2017. p. 88.

*futuro...*, Freud coloca o Supereu como um dos patrimônios psíquicos da humanidade, pois é essa a instância psíquica que representará a autoridade quando não houver nenhuma autoridade externa para impedir os indivíduos de darem vazão a suas pulsões que parecem trabalhar contra a preservação da cultura.

Segundo Janaina Namba, e como já vimos no primeiro capítulo, é a proibição do incesto a responsável pela formação da instância psíquica do Supereu. Isso significa que essa proibição possui sim um papel de importância para a construção do psiquismo: ela representa a possibilidade de vida em cultura.

Contudo, isso nos leva à seguinte especulação. No nível psíquico, é a instância do Supereu a responsável por determinar o que é culturalmente considerado moral ou não, e, como vimos no primeiro capítulo, a instauração do Supereu ocorre a partir do declínio do complexo de Édipo. Porém, nos parece que, mesmo antes da instauração do Supereu, já existe, na criança, mesmo muito nova, uma forte tendência a reprimir esses desejos incestuosos. Como poderia, então, isso ocorrer antes mesmo da instauração dessa instância psíquica?

No início desse capítulo falamos que existiam dois tipos de verdade para Freud, a verdade material e a verdade histórica, que, segundo Ambra e Paulon, “se relaciona à noção de temporalidade atrelada à experiência. Assim, passado e presente articulam-se por meio de acontecimentos sucessivos”<sup>272</sup>. No pensamento freudiano é possível explicarmos a questão acima a partir da verdade histórica. Freud assume a possibilidade de transmissão filogenética de traços de memória, ou seja, traços que são “uma herança da evolução para a cultura imposta pela era glacial”<sup>273</sup>.

O autor é levado a acreditar nessa hipótese a partir de observar através da clínica que existiam fantasias, e fantasias originárias (como por exemplo a castração, a sensação de ter observado o ato sexual entre os pais, dentre outras...) que acabavam sendo inerentes a todos os pacientes, que não podiam ser explicadas mediante as experiências de vida dos indivíduos. Dessa forma, ele conclui que tais acontecimentos só poderiam ter ocorrido na história da

---

272 Ambra, P; Paulon, C. P. *O analista é o historiador: verdade, interpretação e perplexidade*. Psicologia USP, v. 29, p. 412-417, 2018. p. 412.

273 Freud, S. (1923). “O Eu e o id”. Em: *Freud – Obras completas (1923-1925)* Vol. 16. Companhia da Letras, 2011. p. 44.

espécie e teriam sido transmitidos através da filogênese. “Em outras palavras, o que na pré-história foi realidade de fato ter-se-ia tornado realidade psíquica.”<sup>274</sup>

É devido a essa herança filogenética, à qual nos referimos no primeiro capítulo, que a ontogênese replicaria a filogênese; como vimos, as fases do desenvolvimento dos indivíduos são as mesmas fases do desenvolvimento da cultura<sup>275</sup>, porém, em escala universal. Como o exemplo do complexo de Édipo, ao passar por esse complexo, é como se a criança estivesse reproduzindo, em menor escala, o mesmo acontecimento que, segundo Freud, teria dado origem à cultura, principalmente em relação a seus sentimentos, o desejo de possuir a mãe e a ambivalência emocional em relação ao pai. Nesse sentido, Mezan escreve:

A ontogênese reproduz as etapas da filogênese. A criança ‘polimorfamente perversa’ repetiria, assim, de maneira inconsciente e de forma abreviada, um momento necessário da evolução da espécie humana, que poderia ser distinguido com nitidez na sociedade selvagem, uma vez interpretado o sentido dos tabus matrimoniais.<sup>276</sup>

Essa hipótese poderia ser uma possível resposta para as questões em torno do problema do ‘horror’ ao incesto, o que explicaria o motivo pelo qual, mesmo antes da instauração da instância psíquica do Supereu, parece já existir esse ‘horror’ intrínseco aos indivíduos.

Então, concluímos esse capítulo sustentando a afirmação de que o tabu do incesto foi o primeiro ato da pulsão de vida, tanto para manter a vida do indivíduo, para que o mesmo não tente retornar de forma não natural para o estado inorgânico, quanto para preservar a cultura. Ou seja, o tabu do incesto não é uma construção cultural, muito menos um produto da religião, ele é, no contexto do pensamento freudiano, uma construção do próprio psiquismo humano.

---

274 Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (1982) *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 174.

275 “Então a fase animista corresponde, tanto cronologicamente como em termos de conteúdo, ao narcisismo; a fase religiosa, ao estágio de eleição de objeto, caracterizado pela ligação aos pais; e a fase científica tem sua plena contrapartida no estado maduro do indivíduo que renunciou ao princípio do prazer e busca seu objeto no mundo exterior, adequando-se à realidade.” Freud, S. (1913). “Totem e Tabu”. Em: *Freud – Obras completas (1912-1914)* Vol. 11. Companhia da Letras, 2012. p. 142.

276 Mezan, R. (1985) *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Blucher, 2019. p. 362.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomemos agora a questão que procuramos investigar ao longo dessa pesquisa. Nosso objetivo central era demonstrar como a proibição do incesto poderia, a partir da teoria freudiana, se articular no psiquismo sem implicar crença religiosa. A meu ver, esse objetivo foi alcançado. Partimos da análise dos conceitos de proibição do incesto e religião no decorrer da teoria freudiana, verificamos como ambas se dão no âmbito cultural e individual, e conseguimos constatar a origem de cada conceito, o que foi crucial para respondermos nossa questão central.

Percorrendo a argumentação freudiana sobre a proibição do incesto e especulando sobre seu lugar no psiquismo humano, concluímos que a origem da proibição do incesto estaria no âmago do inconsciente, sendo um produto da pulsão de vida e do mecanismo da repressão. Essa proibição seria, então, a primeira repressão, estando vinculada ao início de toda vida psíquica.

Por sua vez, a religião origina-se do sentimento de culpa, a culpa que os filhos sentem por assassinar o pai. E, como vimos no primeiro capítulo, segundo Freud, a vida em cultura só se torna possível por causa da proibição do incesto e do sentimento de culpa; ambos estão presentes na estruturação da cultura, o que nos leva a inferir que, definitivamente, a proibição do incesto não pode ser um produto da cultura, já que é uma das responsáveis por seu desenvolvimento, e, muito menos, poderia ser um produto da religião, já que, esta sim, é uma criação cultural, o que presume que a religião teve sua origem depois da instauração da proibição do incesto.

Portanto, sim, a proibição do incesto articula-se no psiquismo sem, necessariamente, implicar crença religiosa. Tendo isso em vista, se supusermos que a hipótese posta por Freud em *O futuro de uma ilusão* – de que, no futuro, a humanidade seria capaz de se desvencilhar da religião – pudesse vir a se realizar, poderíamos concluir agora que um desvencilhamento entre a religião e a cultura não traria perdas no nível cultural, pois como vimos, a religião é uma criação da cultura. O desvencilhamento da religião não dissiparia o tabu do incesto, muito menos a cultura, já que sua estrutura não depende da religião, de modo que a cultura seria, ainda assim, preservada.

Com relação especificamente à hipótese de *O futuro de uma ilusão* que põe em cena a possibilidade da humanidade substituir a crença religiosa pela ciência, sem que isso implique em uma nova ilusão, nossa conclusão foi mais complexa, pois, como vimos no último capítulo, a ciência em si não é uma ilusão, e sustentamos que essa substituição poderia vir a acontecer. Porém, nossa pesquisa nos leva a acreditar que, mesmo a ciência não sendo uma ilusão, ela não poderia tomar o lugar da crença religiosa sem implicar uma nova ilusão, pois, tudo indica que a cultura não sobreviveria sem ela. Em decorrência disso, somos levadas a pensar que, talvez, em vez da ciência, um possível futuro de uma ilusão, na realidade, poderia ser a arte, já que essa, por se saber ser uma ilusão, seria a única que poderia substituir a religião, sem gerar uma ilusão que não se sabe enquanto tal.

Dessa forma, a presente pesquisa contribuiu para uma compreensão mais aprofundada da proibição do incesto, do modo como essa proibição se dá no decorrer da teoria freudiana, de sua relação com a religião e de seu possível desvencilhamento dela, e, ainda, da importância de ambas (da proibição do incesto e da religião) para a construção do psiquismo segundo a teoria freudiana.

Os caminhos percorridos para alcançar o objetivo dessa pesquisa também nos levaram a algumas indagações pertinentes ao assunto da pesquisa e em relação à própria teoria freudiana. Abordarei aqui, rapidamente, as duas questões que me pareceram ser mais relevantes, dignas de pesquisa futura.

Primeiramente, temos a relação entre a teoria psicanalítica e a antropologia. É praticamente impossível pesquisar sobre o tabu do incesto e não se deparar com inúmeros estudos antropológicos sobre o assunto. É ainda mais difícil não cair na tentação de unir as duas linhas de pesquisa sobre o mesmo assunto, em um emaranhado de possibilidades que, infelizmente, em um primeiro momento, parece não apresentar uma saída harmônica para duas linhas de pensamento antagônicas e, ao mesmo tempo, complementares.

A proibição do incesto se mostrou ser um assunto extremamente rico para a tentativa de construção de um diálogo fértil, porém árduo, entre a psicanálise e a antropologia. Tanto o tabu do incesto, quanto o mito científico de Freud, abrem para inúmeras possibilidades perante essa disciplina tão rica que é a antropologia. Como conseguir defender o mito da horda primeva e a teoria freudiana da cultura perante as acusações feitas pelo antropólogo Bronislaw Malinowski em sua obra, de 1927, *Sexo e repressão na sociedade selvagem?* Ou então, como tentar encontrar uma possível convergência entre a argumentação de Sigmund



Freud e a de Claude Lévi-Strauss, em *As estruturas elementares do parentesco*, sobre a proibição do incesto?

A segunda questão que também despertou meu interesse, e que, de certa forma, está estritamente relacionada à proibição do incesto é a hipótese filogenética. Falamos um pouco sobre essa questão no final do último capítulo, porém a complexidade do assunto não permitiu que nos aprofundássemos mais em relação a ele, já que isso iria requerer uma outra pesquisa.

Mas, apenas como registro da possibilidade de continuar uma pesquisa sobre a proibição do incesto e sua relação com a hipótese filogenética, retomemos superficialmente, o argumento que nos levou a essa questão.

No decorrer da pesquisa, observamos que o tabu do incesto é constitutivo tanto da cultura quanto dos próprios indivíduos. Inclusive, temos conhecimento de que a proibição do incesto no registro individual, ou seja, o complexo de Édipo, é a responsável pela instauração do Supereu no psiquismo, instância essa que responde pelos juízos morais dos indivíduos. O que nos levou a questionar como seria possível o horror pelo incesto ser tão intrínseco ao indivíduo, mostrando-se ser anterior à própria instauração do Supereu; e para responder a essa questão fomos levadas à hipótese filogenética.

No artigo *A proibição do incesto em Lévi-Strauss e Freud: algumas aproximações*, Janaina Namba argumenta a favor da hipótese filogenética. Cito a autora:

Freud nos apresenta, pela via da neurose, uma possível herança filogenética deduzida a partir de analogias entre as ações dos primitivos e os sintomas neuróticos. Esses sintomas carregariam não apenas o impulso da realidade psíquica, mas também reforços de uma herança da infância individual que repete, em alguma medida, ações primitivas.<sup>277</sup>

Essas ações primitivas, segundo a teoria freudiana, fazem referência aos primórdios da humanidade, às ações que deram origem à cultura. Isso justificaria pensarmos que o horror ao incesto já está atrelado ao indivíduo desde o momento em que ele nasce; é como se aquela história, a história de seus antepassados já estivesse atrelada a ele, segundo Freud, através de traços de memória herdados.

Finalizo, então, essa pesquisa indicando esses dois possíveis desdobramentos, suscitados pelo que foi feito até aqui: a investigação das relações possíveis entre psicanálise e antropologia e o estudo da hipótese filogenética.

---

277 Namba, J. A proibição do incesto em Lévi-Strauss e Freud: algumas aproximações. *Revista de Antropologia* (São Paulo), v. 61, p. 176-190, 2018. p. 181.

## REFERÊNCIAS

AMBRA, P; PAULON, C. P. O analista é o historiador: verdade, interpretação e perplexidade. **Psicologia USP**, v. 29, p. 412-417, 2018.

BAIRRÃO, J. F. M. H. O Protagonismo da Morte. **Freud: filosofia e psicanálise**. 1ed. São Carlos: Edufscar, 2019.

CAROPRESO, F; SIMANKE, R. T. Repressão e inconsciente no desenvolvimento da metapsicologia freudiana. **Ágora** ( PPGTP/UFRJ), v. 16, p. 201-216, 2013.

CASTRO, E. G. Introdução: Um trauma e seus desdobramentos. Em: **O Trauma do Nascimento: e seu significado para a psicanálise**. São Paulo: Cienbook, 2016.

CHAVES, W.; PEREIRA, K. Freud e a Religião: a ilusão que conta uma verdade histórica. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 48.1, p. 112-127, 2016.

D'AGORD, M. A negação lógica e a lógica do sujeito. **Ágora** (Rio de Janeiro) v. IX n. 2 jul/dez 2006 241-258.

ENRIQUEZ, E. **Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social**. Rio de Janeiro: J. Zahar. 1990.

FERNANDES, S. A. F. Considerações sobre a morte enquanto problema metapsicológico. Em: **Freud: filosofia e psicanálise**. 1ed. São Carlos: Edufscar, 2019, p. 81-94.

FERREIRA, I. B. **O lugar do conceito de sentimento de culpa em "O Mal-estar na Cultura"**. Orientadora: Léa Silveira. 2018. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018.

FERREIRA, I. B. A influência hobbesiana na teoria freudiana e a relação entre desejo e justiça. **Ipseitas**, São Carlos, vol. 7, n. 2, pp. 44-53, mai.-ago., 2021.

FREUD, S. (1900). “A interpretação dos sonhos”. Em: **Freud – Obras completas (1900)** Vol. 4. Companhia da Letras, 2019.

FREUD, S. (1907). “Atos obsessivos e práticas religiosas”. Em: **Freud – Obras completas (1906-1909)** Vol. 08. Companhia da Letras, 2015.

FREUD, S. (1911). “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico”. Em: **Freud – Obras completas (1911-1913)** Vol. 10. Companhia da Letras, 2020.

FREUD, S. (1912). “Algumas observações sobre o conceito de inconsciente na psicanálise”. Em: **Freud – Obras completas (1911-1913)** Vol. 10. Companhia da Letras, 2020.

FREUD, S. (1913). “Totem e Tabu”. Em: **Freud – Obras completas (1912-1914)** Vol. 11. Companhia da Letras, 2012.

FREUD, S. (1915). “A repressão”. Em: **Freud – Obras completas (1914-1916)** Vol. 12. Companhia da Letras, 2015.

FREUD, S. (1915). “O Inconsciente”. Em: **Freud – Obras completas (1914-1916)** Vol. 12. Companhia da Letras, 2015.

FREUD, S. (1920). “Além do princípio do prazer”. Em: **Freud – Obras completas (1917-1920)** Vol. 14. Companhia da Letras, 2010.

FREUD, S. (1920). “Além do princípio do prazer [Jenseits des lustprinzips]”. Em: **Além do princípio do prazer [Jenseits des lustprinzips]. Obras incompletas de Sigmund Freud.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

FREUD, S. (1923). “A organização genital infantil”. Em: **Freud – Obras completas (1923-1925)** Vol. 16. Companhia da Letras, 2011.

FREUD, S. (1923). “O Eu e o id”. Em: **Freud – Obras completas (1923-1925)** Vol. 16. Companhia da Letras, 2011.

FREUD, S. (1924). “A dissolução do complexo de Édipo”. Em: **Freud – Obras completas (1923-1925)** Vol. 16. Companhia da Letras, 2011.

FREUD, S. (1925). “A negação”. Em: **Freud – Obras completas (1923-1925)** Vol. 16. Companhia da Letras, 2011.

FREUD, S. (1926). “Inibição, sintoma e angústia”. Em: **Freud – Obras completas (1926-1929)** Vol. 17. Companhia da Letras, 2014.

FREUD, S. (1927). “O futuro de uma ilusão”. Em: **Freud – Obras completas (1926-1929)** Vol. 17. Companhia da Letras, 2014.

FREUD, S. (1930) “O mal-estar na civilização”. Em: **Freud – Obras completas (1930-1936)** Vol. 18. Companhia das Letras, 2010.

GELLIS, A; HAMUD, M. I. L. Sentimento de culpa na obra freudiana: universal e inconsciente. **Psicologia USP**, v. 22, n. 3, p. 635-653, 2011.

JORGE, M. A. C. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan**. Vol. 3: a prática analítica. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. v. 1.

LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.-B. (1982) **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LE RIDER et al. **Em torno de O mal-estar na cultura, de Freud**. São Paulo: Escuta, 2002.

MALINOWSKI, B. (1927). **Sexo e repressão na sociedade selvagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MEZAN, R. (1985) **Freud, pensador da cultura**. São Paulo: Blucher, 2019.

MONZANI, L. R. **Freud, O Movimento de Um Pensamento**. 2. ed. Campinas: Edunicamp, 1989.

MONZANI, L. Totem e tabu, uma revisão. Em: **Freud: Filosofia e Psicanálise**. 1ed. São Carlos: Edufscar, 2019, p. 11-19.

NAMBA, J. Exogamia em Freud e em Lévi-Strauss: algumas aproximações. **Dois Pontos (UFPR) Digital**, v. 13, p. 81-91, 2017.

NAMBA, J. A proibição do incesto em Lévi-Strauss e Freud: algumas aproximações. **Revista de Antropologia** (São Paulo), v. 61, p. 176-190, 2018.

NAMBA, J. Estudos sobre as psicoses e a metapsicologia em Freud. Em: **Freud: Filosofia e Psicanálise**. 1ed. São Carlos: Edufscar, 2019, p. 145-168.

PORCHAT, P. **Freud e o teste de realidade**. São paulo: Casa do Psicólogo: FAPESP, 2005.

RANK, O. (1924). **O Trauma do Nascimento**: e seu significado para a psicanálise. São Paulo: Cienbook, 2016.

RAZON, L. **Enigma do incesto**: da fantasia à realidade. Rio de janeiro: Cia de Freud, 2007.

RIPOLL, L. A negação freudiana: fissuras na razão cartesiana e na neutralidade científica. **Revista EPOS**; Rio de Janeiro – RJ, Vol.5, nº 2, jul-dez de 2014; ISSN 2178-700X; pág. 311-316.

SAFATLE, V. Posfácio “Aquele que diz “não””: sobre um modo peculiar de falar de si”. Em: **A negação**. São Paulo: Cosac Naif, 2014.

SANCHES, P. R. P. A alteridade na conceituação freudiana de desejo e pulsão. **Revista Brasileira de Psicanálise**, Vol. 44, n. 4, 97-108, 2010.

SILVEIRA, L. Três passos para escrever sobre Freud negligenciando o conceito de pulsão: Bento Prado Jr. e a denúncia da degradação intelectualista da psicanálise em 'Conhecimento e interesse'. **Revista Sísifo**, v. 1, p. 53-74, 2018.

SORIA, A. C. S. Fantasia e realidade nos escritos metapsicológicos. Em: **Freud**: filosofia e psicanálise. 1ed. São Carlos: Edufscar, 2019, p. 193-203.